

CELIO NORI

**O ESPORTE COMO MANIFESTAÇÃO DE
CULTURA E CIDADANIA:**

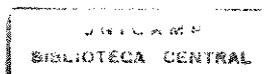
O Futebol de Praia em Santos

Dissertação de Mestrado apresentada à

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Faculdade de Educação Física - FEF

Dezembro 1998



9917168

CELIO NORI

**O ESPORTE COMO MANIFESTAÇÃO DE
CULTURA E CIDADANIA:
*O Futebol de Praia em Santos***

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual de Campinas / Faculdade de Educação Física, como requisito final para a obtenção do Grau de Mestre.

Área de Concentração: Estudos do Lazer – Conteúdos culturais nas atividades de lazer e recreação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Salles Oliveira

**CAMPINAS
Dezembro 1998**

UNIDADE BC
N.º CHAMADA: UNICAMP
Nori
V. _____ Ex. _____
TOMBO BC/ 38789
PROC. 229/99
C D
PREÇO R. \$ 11,00
DATA 30/09/99
N.º CPD _____

CM-00126204-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA – FEF - UNICAMP

Nori, Celio

N77e O esporte como manifestação de cultura e cidadania: o futebol de praia em Santos / Célio Nori. – Campinas, SP: [s.n]. 1998.

Orientador: Paulo de Salles Oliveira
Co-orientadores: Ademir Gebara, Alcindo Fernandes Gonçalves
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Esporte – Aspectos sociais. 2. Cidadania. 3. Lazer. 4. Cultura. I. Oliveira, Paulo de Salles. II. Gebara, Ademir, III. Gonçalves, Alcindo, F. IV. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. V. Título.

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida por
Célio Antonio Barros Nori,
aprovada pela Comissão Examinadora
em 04 de dezembro de 1998.

Campinas, 23 de julho de 1999.



Prof. Dr. Paulo de Salles Oliveira
Orientador

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui registrada especial gratidão e reconhecimento àqueles que me ofereceram generosamente o decisivo apoio, para que eu pudesse concluir este trabalho.

A

Fatima,
Alexandre, Ana Márcia, Marina e Daniel,
esposa e filhos, pelo amor que me
enriquece e que motiva todas as
iniciativas de minha vida.

Ao

Paulo,
professor, mestre e amigo.
Pelo discernimento e sabedoria sempre
presentes em sua segura orientação.

A

Daniilo, Porto e Neto,
pela compreensão, afeto e incentivo
em momentos de grandes dificuldades.

A

Professora Rosinha,
pelo apoio incondicional

A

Airton e Karina,
pela amizade e dedicação permanentes

A

Neto, Pérsio, Parada, Hugo, Joãozinho,
Carvalho, Galacho e Isaías,
pelos importantes depoimentos, fundamentais
para esta pesquisa.

RESUMO

O texto, ora apresentado, deriva-se de uma pesquisa elaborada sobre o Futebol de Praia que se desenvolve na cidade de Santos.

Essa modalidade é organizada pelos Clubes de Praia, núcleos informais que por três décadas vêm ocupando determinados trechos das praias para a prática de uma atividade esportiva centrada em valores que se contrapõem à cultura esportiva predominante (oficial).

A pesquisa permitiu detectar uma manifestação esportiva identificada prioritariamente com a sua característica lúdica, aliada a uma gestão autônoma e democrática de suas atividades e com a presença de intensa sociabilidade, envolvendo todos os seus agentes.

O futebol de praia santista desvincula-se, desse modo, de atitudes consumistas e do espírito competitivo exacerbado.

Apropriando-se de um espaço público de grande significado (a praia) e vivenciando continuamente processos de interação e cooperação, os praticantes, nesse contexto, assumem a condição de cidadãos esportivos.

Palavras-Chaves: Esporte, Cultura Lúdica, Auto-Gestão, Cidadania

ABSTRACT

The text, now presented, arises from an elaborated research about beach soccer, which is developed in the city of Santos.

That modality is organized by the beach clubs, informal teams that for three decades have been occupying certain spaces of the beaches for the practice of a sporting activity centered in values that are opposed to the predominant sporting culture (official).

The research allowed to detect a sporting manifestation, first of all identified with your leisure characteristic, with an autonomous and democratic administration of its activities and with the presence of intense sociability, involving all of its agents.

The beach soccer from Santos is disconnected from consuming attitudes and exacerbated competitive spirit.

When using a public space with great meaning (the beach) and experiencing interaction and cooperation processes, the players, in that context, assume the condition of sporting citizens

Key-Words: Sport, Leisure, Culture, Autonomy, Citizenship

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

| | |
|-------------------------------|----|
| • Apresentação..... | 2 |
| • Método..... | 5 |
| • Pesquisa Empírica..... | 9 |
| • Pesquisa Bibliográfica..... | 12 |

CAPÍTULO I

Futebol de Praia: Constituição, Procedimentos e Aspectos Diferenciadores - Os Clubes de Praia de Santos

| | |
|--|----|
| 1.1 A Praia como Espaço de Lazer | 15 |
| 1.2 Mantendo a Forma, mas Recriando Valores | 17 |
| 1.3 Construindo Cenários e Condições: A Busca de Consensos | 23 |
| 1.4 Conviver: Tão Importante Quanto Jogar | 30 |

CAPÍTULO II

A Cultura do Futebol de Praia: Do Esporte Oficial ao Esporte Cidadão

| | |
|---|----|
| 2.1 Ambigüidades e Contradições do Esporte | 35 |
| 2.2 Atualidade Esportiva: Entre o Lúdico e o Consumo | 39 |
| 2.3 Dimensão Política do Tempo Livre – Lazer: Direito, Privilégio ou Condenação? | 46 |
| 2.4 O Futebol de Praia diante da Cultura Esportiva Oficial | 54 |
| 2.5 Do Esporte Oficial ao Esporte Cidadão | 71 |

CAPÍTULO III

Futebol de Praia como Prática Cidadã

| | |
|---|----|
| 3.1 A Cidadania em Jogo | 75 |
| 3.2 Espaços para a Cidadania | 80 |
| 3.3 Poder Local: A Dimensão Comunitária da Cidadania | 83 |
| 3.4 Cidadão-Cidadania: Uma Relação em Permanente Construção.... | 88 |
| 3.5 Ambiente Esportivo e Ação Cidadã..... | 94 |
| 3.6 Futebol de Praia: Praticando Esporte, Exercendo Cidadania | 99 |

CAPÍTULO IV

Por um Esporte com Mais Alegria e Menos Agonia

| | |
|---|-----|
| 4.1 É preciso romper | 108 |
| 4.2 É possível mudar? | 112 |
| 4.3 Uma Cultura Esportiva Renovada | 119 |
| 4.4 O Futebol de Praia como Festa Esportiva | 122 |

| | |
|--|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 126 |
| ANEXOS | |
| Anexo 1 – Roteiro de Pesquisa e Observação | 132 |
| Anexo 2 – Regulamentação e Legislação sobre as práticas esportivas desenvolvidas nas praias em Santos | 135 |
| Anexo 3 – Clube de Praia de Santos – Localização e Dados Gerais | 137 |
| Anexo 4 - Regulamento do Clube da Ponta..... | 145 |
| Anexo 5 - Trinta Anos de Futebol de Praia - Matéria do Jornal A Tribuna | 148 |
| BIBLIOGRAFIA | 150 |
| DADOS CURRICULARES DO AUTOR | 159 |

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO

O século XX, próximo de seu final, tem recebido várias adjetivações voltadas a proporcionar uma melhor compreensão sobre o que representou esse período na história da humanidade. Assim, alguns o denominam século da comunicação, outros século da informática, século da globalização, etc.

Inserida nessas qualificações, a expressão “**século do esporte**” igualmente caberia para evidenciar um fenômeno de natureza cultural que progressivamente esteve presente no cotidiano das pessoas nos últimos cem anos.

A importância e o alcance obtidos pelo esporte na atualidade ainda não foram devidamente esclarecidos por estudos mais elaborados e sistemáticos. Observa-se que neste campo, a paixão, mais do que a razão, prevaleceu nas múltiplas interpretações do fenômeno.

Desse modo, tais interpretações se apresentam permeadas por ambigüidades, alternando-se concepções extremadas que atribuem ao esporte, desde a condição de panacéia, capaz de contribuir para a solução de todos os males sociais, até a condição de ópio do povo, como atividade indutora de um consumo supérfluo e alienante, geradora de comportamentos violentos e agressivos, tudo isso alimentado por interesses econômicos e políticos hegemônicos, que se valem da ação da mídia e da indústria cultural para lograr seus objetivos.

De fato, exageros à parte, contradições e ambigüidades podem ser visualizadas com freqüência nos diversos ambientes do mundo esportivo, nos quais predominam a seletividade e o profissionalismo crescentes, cujas práticas são privilégios de determinadas faixas etárias e classes sociais. As atividades esportivas se configuram como manifestações de cultura de massa, tornando-se, não raro, instrumentos de consumo que se viabilizam pelos modismos que criam e pelos espetáculos que promovem, por intermédio de organizações institucionais centralizadoras e hierárquicas, que apoiadas pelos veículos de comunicação de massa, fomentam um espírito competitivo exacerbado, que muitas vezes despreza comportamentos de natureza ética, em favor de resultados e de vitórias obtidos a qualquer preço.

Esse conjunto de valores e procedimentos hegemônicos constitui o que denominamos, nesse trabalho, de **ESPORTE OFICIAL**. Em suma, o esporte oficial é o esporte do atleta, do espectador, da mídia, do consumidor, da indústria cultural, das massas e dos organismos que o administram com rígidos controles e que se faz presente na atualidade, de forma intensiva no dia-a-dia dos povos de todo o mundo.

Ao lado desse esporte oficial existem, porém outras manifestações esportivas sustentadas por valores culturais diferenciados em oposição a essa cultura dominante. São manifestações de um esporte que se configura como opção de lazer livremente escolhida, exercida e incorporada como direito individual e coletivo, independente de habilidades específicas, idade ou posicionamento

social; um esporte que resgata a importância do jogo, do elemento lúdico e que seja autêntica expressão da cultura popular; um esporte em que os indivíduos são sujeitos e não objetos de suas práticas, proporcionando-lhes autonomia, superação, prazer, convivência, transcendência e qualidade de vida.

Um esporte assim concebido e concretizado por esses valores renovados, daremos a denominação de **ESPORTE CIDADÃO**, que se faz presente como **contraponto** ao esporte oficial. Isto posto, duas indagações básicas precisam ser formuladas:

Em que situações as práticas esportivas, enquanto atividades de lazer, por si mesmas ou por seus desdobramentos, podem se transformar em alternativas efetivas, capazes de favorecer o exercício da cidadania?

Uma prática esportiva que receba a qualificação “cidadã”, seria de fato a concretização de um processo de negação e resistência culturais frente ao esporte oficial, ou simplesmente seria um mero eufemismo, que apenas denominaria um processo de acomodação ou até mesmo de conformação, diante de um sistema esportivo vinculado a poderosos interesses?

Encontrar respostas para essas indagações constitui a finalidade do presente trabalho. Para tanto, partimos simultaneamente de dois caminhos: pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica.

A pesquisa bibliográfica objetiva embasar uma reflexão sobre as relações possivelmente existentes entre Esporte e Cidadania, considerando-se a carência de produção científica sobre a interligação dessas duas categorias. A esse binômio, a pesquisa bibliográfica se propõe também a enunciar, cotejar e discutir conceitos de diversos autores sobre temas correlatos - Lazer, Tempo Livre, Cultura e Poder – imprescindíveis para um melhor entendimento das ligações que podem ser estabelecidas entre as categorias acima citadas.

A pesquisa empírica é dirigida para uma atividade esportiva que se desenvolve há aproximadamente trinta anos, de forma sistemática, em Santos – **O Futebol de Praia**, produzido e organizado pelos **Clubes de Praia** da cidade.

A escolha dessa atividade deu-se em primeiro lugar porque em sua prática, como pretendemos demonstrar, prevalece grande parte daqueles aspectos culturais que apontam para uma prática esportiva cidadã.

Em segundo lugar, por uma característica específica e peculiar do futebol de praia, que à primeira vista pode parecer estranha, mas que na verdade é o fator primordial de identificação, diferenciação e personalização dessa atividade, em relação a outras instâncias onde a modalidade é praticada, profissionalmente ou de forma amadora.

Trata-se do caráter essencialmente recreativo dos jogos, que ao longo dos anos predomina nos mais de vinte clubes de praia atualmente existentes.

O que queremos dizer com a expressão “caráter essencialmente recreativo”? Queremos evidenciar que nesse ambiente esportivo não há competição formal,

ou mesmo amistosa entre os clubes, ou seja, cada clube, semanalmente (aos sábados à tarde) organiza jogos com duas equipes formadas exclusivamente por jogadores que são também os seus sócios, o que vale dizer que nas praias de Santos o futebol não comporta torneios, campeonatos e sequer jogos de um clube contra os demais. Quem está condicionado à disputa acirrada, à idéia de ser o melhor, o destaque, o campeão, poderá ter dificuldades para entender como essa prática vêm conseguindo sobreviver por tanto tempo.

Cabe-nos explicar, então, as razões da permanência dessa atividade, lúdica por excelência, e desprovida de outros componentes que se fazem presentes ostensivamente em outras práticas esportivas: utilitarismo, consumo, preciosismo técnico, prestígio e outros interesses pessoais.

Portanto, esse trabalho objetiva caracterizar a existência de um esporte cidadão, reunindo e integrando o conhecimento acadêmico-científico com o conhecimento adquirido pela apreensão de situações específicas e concretas de uma atividade esportiva levada a efeito por laços associativos e pelo espírito comunitário que unem os seus protagonistas.

Assim, no primeiro capítulo procura-se descrever e relatar o modo de ser o futebol de praia, as formas pelos quais ele se organiza, como se desenvolvem as suas atividades e como se constroem as relações interpessoais e grupais entre aqueles que vivenciam esta prática esportiva. Para tanto, procedemos a diversas entrevistas com seus diferentes personagens, como também estivemos pessoalmente presente em diversos jogos e atividades sociais dos clubes de praia, estabelecendo um processo sistemático de observação participante.

O segundo capítulo parte de uma análise das contradições e ambigüidades do esporte da atualidade, passando por uma discussão sobre os caminhos percorridos pelo esporte oficial, caminhos estes delimitados entre o lúdico e o consumo. Tecemos também considerações sobre o tempo livre e de lazer numa dimensão política, para então procurar caracterizar a especificidade cultural do futebol de praia santista, num contexto sócio-esportivo de maior amplitude. Desse modo, observa-se nessa prática esportiva uma manifestação cultural de ação e trabalho que sintetiza situações de enraizamento, memória e tradição, mas também de ruptura. A sociabilidade intensa que nutre os seus participantes por meio de atitudes solidárias e relações horizontalizadas e não hierarquizadas, é outra marca significativa dessa atividade esportiva, que se apresenta fundamentalmente como uma cultura de praticantes que rompe com a dicotomia prática-consumo, quase sempre presente no esporte oficial.

O terceiro capítulo objetiva apresentar o futebol de praia como prática cidadã, partindo inicialmente de uma discussão sobre o conceito de cidadania, as limitações impostas ao indivíduo comum brasileiro para o exercício de sua cidadania e a análise de três importantes dimensões que permeiam o próprio conceito: tempo, espaço e poder numa perspectiva comunitária. Assim, alguns procedimentos do futebol de praia serão evidenciados como indutores de cidadania: a gestão democrática de suas atividades, a conquista legitimada de espaços públicos (praia), o respeito à individualidade e a busca de autonomia.

O quarto e último capítulo se propõe a vislumbrar, a partir dos valores observados no futebol de praia (não como exemplo e modelo a ser seguido, mas como um referencial), novas perspectivas para o esporte no limiar do século XXI, cujas atividades possam cada vez mais se constituir em situações de festa e confraternização, ao invés de momentos de grande antagonismo. Em outras palavras, que o esporte seja muito mais alegria do que agonia.

Em suma, propomos o debate sobre o esporte como manifestação de cultura e cidadania; como instrumento de qualidade de vida e atividade transcendente, capaz de oferecer a sua contribuição e fazendo-se presente no bojo de um processo libertário e transformador, quer viabilize uma vida mais digna e feliz para toda a humanidade.

MÉTODO

Antecipando os capítulos que compõem o presente trabalho, torna-se necessário relatar os princípios e procedimentos de âmbito metodológico que direcionaram esta pesquisa.

Adotou-se como princípio fundamental que teoria e prática não podem ser divorciadas. Ao contrário, devem ocorrer simultaneamente, como faces de uma mesma moeda, uma subsidiando a outra de forma concorrente.

Desse modo, a ação e a atitude para o conhecimento devem ser concebidas como um processo contínuo e sistemático que resulte numa simbiose entre uma determinada situação observável e uma reflexão aprofundada sobre tal situação, visando à produção de idéias, hipóteses, princípios.

Levando em conta que situações observáveis em geral não são estáticas, mas ao contrário, extremamente dinâmicas e mutáveis, igualmente a reflexão haverá de ser permanente e atenta a esta mobilidade.

Partir dos fatos para chegar às idéias é, pois, o caminho que de início parece ser o mais lógico; porém, desde logo é preciso entender que tal caminho não é retilíneo, nem de mão única. Assim, fatos e idéias devem estabelecer uma relação biunívoca, mediada e interpretada pelo pesquisador.

Ao abordar a relação entre pesquisa empírica e leitura, WRIGHT MILLS afirma:

*O objetivo da pesquisa empírica é solucionar desacordos e dúvidas sobre fatos, e assim tornar mais frutíferas as discussões, dando a todos os lados maior base substantiva. Os fatos disciplinam a razão; mas a razão é a guarda avançada de qualquer campo do conhecimento.*¹

No entanto, tal mediação há de ser continuamente questionada, pois, de acordo com WRIGHT MILLS, devemos ter uma atitude ambígua em relação à

¹ WRIGHT MILLS, C. *Do artesanato intelectual*. In: A imaginação sociológica. Trad. de W. Dutra. 6ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pag.221

nossa experiência: *“Acredito que poder ser, ao mesmo tempo, confiante e cético em relação à sua experiência, é a marca do trabalhador maduro”*²

Desse modo, o trabalho ora proposto é o resultado de um processo simultâneo entre pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica, ambas avançando juntas, através de relações de proximidade entre sujeito-objeto em todos os momentos da pesquisa.

Procurou-se, assim, estabelecer no decurso de pesquisa o que SALLES OLIVEIRA denomina de relação de alternância, ou mútua interferência entre sujeito e objeto: *“Ambos se constituem reciprocamente, alternando entre si as condições de criador e criatura.”*³

FREIRE faz algumas importantes observações no enfoque da relação opressor-oprimido, que bem poderia ser aplicado à questão metodológica do trabalho científico em termos mais genéricos, ao analisar dialeticamente os conceitos de objetividade/subjetividade, práxis e inserção crítica, cujos significados procuramos incorporar no processo dessa pesquisa.

Assim, depreende-se do autor que a objetividade é fundamental para o trabalho científico, uma vez que, sem ela, cairíamos no subjetivismo de homens sem mundo. No entanto, ao buscar a objetividade e recusar uma visão subjetiva, não é possível negar a subjetividade, pois, se assim o fizéssemos, estaríamos caminhando para um mundo sem homens.

Desse modo, o autor propõe uma práxis que seja ao mesmo tempo *“reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”*⁴, alertando que, sem ela, é impossível a superação das contradições fundamentais, que exigem uma inserção crítica sobre a realidade opressora, por parte daqueles que são oprimidos. Assim, objetivando essa realidade, simultaneamente atua-se sobre ela. Neste sentido, Freire entende que a inserção crítica só existe na dialeticidade objetividade-subjetividade e desta forma, inserção crítica e ação já são a mesma coisa.

Outra contribuição relevante desse autor que igualmente pode ser estendida à questão metodológica e à atitude do conhecimento, diz respeito à impossibilidade de dividir em dois os momentos de investigação temática e da ação como síntese cultural: *“Esta dicotomia implicaria em que o primeiro seria todo ele um momento em que o povo estaria sendo estudado, analisado, investigado, como objeto passivo dos investigadores, o que é próprio da ação antidialógica.”*⁵

De ASSMANN adotou-se o princípio de que a realidade é opaca e não fotografável. Em decorrência, torna-se pertinente a crítica que o autor faz àqueles dedicados apenas em fotografar a realidade, bem como aos formalistas empenhados somente em fabricar a melhor máquina fotográfica:

² WRIGHT MILLS, C. Op. Cit. p. 213

³ SALLES OLIVEIRA, P. de. *Vidas compartilhadas o universo cultural nas relações entre avós e netos*. 2v. Tese de Doutorado USP. 1993. p. 55

⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979. p. 40

⁵ Idem. Ibidem. p. 214

7

A realidade dos fatos históricos é opaca. Fazer ciência social é perfurar essa opacidade. Porém, não é possível classificá-la mediante o simples processamento dos dados informativos sobre ela. Crer que isso é possível é a grande ilusão daqueles de pretensa cientificidade, que se recusam a assumir a dimensão política e o compromisso prático que a genera, como elementos determinantes do conhecimento social.

*Não se pode trazer à luz esta realidade velada, se não se toma uma posição definida em meio aos conflitos antagônicos que a atravessam. Essa posição não é apenas um problema de prática política. É também, essencialmente, um problema ligado ao ato de conhecer.*⁶

SANTOS igualmente alerta sobre a necessidade do trabalho científico superar a "aparência", ou seja, como os fatos se apresentam de forma superficial, para uma atitude de busca da "essência" desses fatos: "Quando a aparência se dissolve é a essência que começa a impor à insensibilidade. Esta mutação é reveladora porque permite abandonar o mundo fenomênico e abordar o universo das significações".⁷

Procura-se, pois, no decorrer da pesquisa, uma aproximação ao método dialético. De acordo com BOBBIO, encontram-se nas páginas de Gramsci diversos significados que o termo (dialética) assumiu.

*Podem-se distinguir, pelo menos, dois significados fundamentais: o significado de "ação recíproca" e o de "processo por tese, antítese e síntese". O primeiro significado aparece quando o adjetivo "Dialético" vem unido a "relação", "conexão", talvez mesmo "unidade". O segundo quando vem unido a "movimentação", "processo", "desenvolvimento".*⁸

Ao longo deste trabalho, objetivou-se associar esses dois significados ao desenvolvimento do tema escolhido para a pesquisa. Primeiramente, objetivando revelar uma possível ação recíproca entre Esporte e Cidadania e, posteriormente, procurando estabelecer um processo entre a prática esportiva pesquisada, seus procedimentos e valores próprios em relação às demais formas de manifestação da modalidade. Assim, vislumbra-se o futebol de praia como uma forma de expressão de cidadania esportiva, em contraponto às formas hierarquizadas, manipuladoras e alienantes presentes em outras esferas e situações do esporte em geral.

Igualmente adotou-se o entendimento de GRAMSCI, citado por BOBBIO, sobre a relação entre teoria e prática, que entende "a identidade dialética, no sentido de teoria que se justifica praticamente, e de prática que se justifica teoricamente"⁹

A relação teoria e prática é também abordada em profundidade por CHAUÍ, cuja essência procurou-se absorver no ato da pesquisa:

⁶ ASSMANN, Hugo. *A Trilateral*. Editora Vozes. 1979. p. 7

⁷ SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo. Editora Nobel. 1987. p. 54.

⁸ BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 1987 p. 65

⁹ Idem. *Ibidem*. p. 66

A teoria nega a prática enquanto prática imediata, como um fato dado para revelá-la em suas mediações e como práxis social. A teoria nega a prática como comportamento e ação dados, mostrando que são processos históricos determinados pela ação dos homens.

*A prática nega a teoria como um saber separado e autônomo, como puro movimento de idéias se produzindo, umas às outras, na cabeça dos teóricos. Nega a teoria como um saber acabado que guiaria e comandaria de fora as ações dos homens.*¹⁰

Prosseguindo em sua análise sobre o método histórico-dialético, CHAUÍ chama a atenção para o entendimento que dele faz K. MARX:

*Marx afirma que o método histórico dialético deve partir do que é mais abstrato ou mais simples ou mais imediato (o que se oferece à observação), percorrer o processo contraditório de sua constituição real e atingir o concreto como um sistema de mediações e de relações cada vez mais complexas e que nunca estão dadas à observação. Trata-se sempre de começar pelo aparecer social e chegar, pelas mediações reais ao ser social.*¹¹

A definição clara da opção temática que se pretende pesquisar, por estranho que possa parecer, é sempre uma questão difícil de ser superada pelo pesquisador, que muitas vezes se surpreende em divagações ou em desvios que o afastam de sua preocupação central.

Afinal, qual é o problema, o que me proponho a descobrir, onde quero chegar ao término da dissertação? Esses e outros questionamentos deveriam estar plenamente esclarecidos e superados no momento em que se inicia o trabalho. No entanto, não é exatamente isto que acontece, visto que ao longo da pesquisa surgem dúvidas e imprevistos que requerem uma atitude contínua de reflexão, que possam gerar novos encaminhamentos para dificuldades emergentes. Neste contexto, torna-se importante a contribuição de SAVIANI, ao se referir ao significado do termo "problema":

*Uma questão em si não caracteriza o problema, nem mesmo aquela cuja resposta é desconhecida; mas uma questão cuja resposta se desconhece e se necessita conhecer, eis aí um problema. Algo que eu não sei não é problema; mas quando ignoro alguma coisa que eu preciso saber, eis-me então diante de um problema. Da mesma forma, um obstáculo que é necessário transpor, uma dificuldade que precisa ser superada, uma dúvida que não pode deixar de ser dissipada, são situações que nos figuram como verdadeiramente problemáticas.*¹²

O conceito de "reflexão" proposto por SAVIANI é também importante instrumento para aqueles que se propõem a produzir conhecimento. Para o autor, a palavra significa voltar atrás. É, pois, um repensar, ou seja, um

¹⁰ CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1984 p. 81 e 82

¹¹ Idem. *Ibidem*. p. 48

¹² SAVIANI, Demerval. *A Filosofia na formação do educador*. In: *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Cortez Editora. 7ª ed. 1986. p. 21.

pensamento em segundo grau: “Refletir é o ato de retornar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado”.¹³

SAVIANI entende que uma reflexão voltada à produção do conhecimento não pode prescindir de três quesitos básicos que denomina exigências da reflexão filosófica: 1- Radicalidade (ir às raízes da questão, até seus fundamentos). 2- Rigor (colocar em questão as conclusões de sabedoria popular e as generalizações a que a ciência pode ensejar). 3 – Globalidade (a análise do problema não pode ser parcial, deve-se relacionar o aspecto em questão com o seu contexto).¹⁴

Cumprir destacar também, no bojo dessas considerações metodológicas que permearam e definiram os caminhos seguidos pela pesquisa, a contribuição de MANUEL SÉRGIO, que, valendo-se do pensamento de HEIDEGGER, caracteriza o homem como um ser perguntador: “A determinação da essência do homem nunca é a resposta, mas essencialmente pergunta”.¹⁵

Referindo-se a Sócrates, MANUEL SÉRGIO afirma que a pergunta é uma síntese do conhecer e não conhecer, ou seja, o desconhecer equivale ao pré-conhecer do que se procura. Ainda segundo este autor, quem pergunta procura, em verdade, a verdade, na medida em que uma pergunta é verdadeira pela sua privilegiada relação com a verdade.¹⁶

Pesquisa Empírica

A pesquisa empírica foi realizada utilizando-se dois procedimentos básicos. De um lado, entrevistas gravadas através das quais foram obtidos depoimentos dos diferentes personagens que se fazem presentes no futebol de praia – jogadores, dirigentes, colaboradores e prestadores de serviços. De outro, através de um processo de observação participante e sistemático do pesquisador, que esteve presente em diferentes situações e ambientes que constituem a vida dos clubes de praia: jogos propriamente ditos, pontos de encontro dos jogadores, anteriores e posteriores aos jogos, atividades sociais, festividades de aniversários e festividade especial comemorativa ao aniversário de fundação de um dos clubes.

Foram pesquisados de forma mais direta e aprofundada quatro dos vinte clubes existentes localizados pela pesquisa: Clube da Ponta, Democrático, Igaratá e Alvorada.

Destes, o trabalho de pesquisa se concentrou ainda mais no Clube da Ponta, em função de uma especial receptividade desta agremiação em relação ao pesquisador e à pesquisa, que se ressalta no depoimento de seu Presidente na época– PÉRSIO BENITEZ: “É uma grande honra para o Clube da Ponta poder

¹³ SAVIANI, Demerval. Op. Cit. p. 23

¹⁴ Idem. Ibidem. p. 24

¹⁵ SÉRGIO, Manuel. *A pergunta filosófica e o desporto*. Lisboa. Compendium. 1991. p. 12

¹⁶ Idem. Ibidem. p. 12

colaborar com um trabalho de pesquisa acadêmica e sociológica. Estamos à disposição para tudo aquilo que for necessário”.

A primeira vez em que, como pesquisador, estive presente num jogo do Clube da Ponta, deu-se após entrevista anteriormente realizada com o seu presidente, ocasião em que lhe foram explicados os objetivos da pesquisa. Essa entrevista prévia foi de grande importância, pois esse dirigente antes do início daquele jogo reuniu no centro do campo todos os associados presentes para apresentar formalmente o pesquisador e explicar o trabalho que o mesmo passaria a fazer no clube, a partir daquela data.

Minha maior presença no Clube da Ponta não foi motivada exclusivamente por tais facilidades. Este clube de praia é um dos mais antigos dentre os atuais remanescentes, e um dos primeiros a ter adotado a característica predominantemente recreativa na prática do futebol nas praias em Santos.

Todavia, o que mais despertou a atenção foram os processos de gestão, organização e administração adotados por esse clube, processos esses também presentes em outros clubes, mas que no Clube da Ponta se destacam sobremaneira pela coesão grupal e pela elevada interação entre os seus associados, que participam ativamente das programações esportivas e sociais, não só como beneficiários, mas igualmente como agentes dessas iniciativas.

A ênfase dada aos procedimentos que são verificados de modo especial no Clube da Ponta não significa que a linha de pesquisa possa ser entendida como “estudo de caso”, uma vez que os três outros clubes já citados - Democrático, Igaratá e Alvorada, também receberam um tratamento diferenciado no desenvolvimento da pesquisa. Quanto aos demais clubes, houve um primeiro reconhecimento, no momento em que, percorrendo-se toda a praia, localizam-se a existência desses clubes, suas respectivas denominações e os trechos específicos de praia em que os mesmos desenvolvem seus jogos, além de outras informações genéricas.

As entrevistas foram gravadas em locais designados pelos entrevistados, fora dos ambientes dos jogos e de outras atividades. Já os vários momentos de observação foram realizados nesses próprios locais, no sentido de ratificar ou retificar os pronunciamentos obtidos nas entrevistas em relação às situações e fatos observados. Foram procedidas dez entrevistas gravadas e respondidos vinte e cinco questionários de identificação dos clubes (um para cada agremiação).

Essas entrevistas foram conduzidas através de um roteiro previamente elaborado, contemplando a identificação do entrevistado e do clube, a forma de organização adotada, a maneira pela qual se dá a ocupação do espaço de praia utilizado para os jogos, as formas de suprimento das necessidades materiais e financeiras, os serviços contratados, os pontos de encontro dos jogadores, o ingresso de novos sócios, o regulamento, as punições, a maneira pela qual as equipes são compostas e feitas as substituições, as relações do clube com as outras instituições de comunidade, a relação pessoal do

entrevistado com o clube e as distinções que o mesmo faz do futebol de praia, em relações às outras práticas da modalidade (amadoras ou profissionais).¹⁷

Para as entrevistas foram escolhidos jogadores e dirigentes com idade em torno de 35 a 50 anos, visto que esta é a faixa etária predominante nos quatro clubes pesquisados, abrangendo em torno de 50% de seus sócios. Ademais, esses sócios têm em média 20 anos de frequência e participação na vida dos clubes, o que permite a esses entrevistados uma visão comparativa mais ampla dessas agremiações (atual e passada). Foram realizadas vinte entrevistas.

De certo modo, os mesmos itens que compuseram o roteiro de entrevistas também se fizeram presentes no processo de observação, embora nessa situação incidiram outros componentes que puderam ser captados durante as atividades e que, evidentemente, não aparecem numa entrevista individualizada que é realizada em outro ambiente e em horário distinto em relação às referidas atividades.

O processo de observação permitiu vislumbrar outros importantes dados que possibilitaram uma melhor apreensão dos significados daquilo que ocorre no cotidiano dessas agremiações, como propõe MAGNANI, ao afirmar que é preciso dar especial atenção aos aspectos extra-discursivos que não raro deixam de ser percebidos pelo pesquisador, por vezes escapando por aí o essencial, na medida em que a fragmentação do discurso, as redundâncias, os silêncios, o não dito, o gesto que acompanha ou substitui a palavra são tão ou mais significativos do que aquilo que é expresso discursivamente.¹⁸

Ainda de acordo com MAGNANI, é preciso, ao mesmo tempo, definir os recortes, os limites da própria pesquisa, sem perder uma visão mais ampla do todo, que possa associar o fato pesquisado ao seu próprio contexto e às outras esferas sócio-culturais às quais o mesmo se relaciona:

*A primeira tarefa que se coloca para uma pesquisa antropológica cujo objeto é constituído por práticas que se desenvolvem em espaços de múltiplos usos, como é o caso do lazer na cidade, é delimitar as unidades significativas para a observação e análise; como não são dadas de antemão, é necessário destacá-las no fundo impreciso de "realidade" tal como é vista pelo senso comum.*¹⁹

Prosseguindo sua análise, o autor afirma:

Recortar um objeto ou tema de pesquisa na cidade não implica cortar os vínculos que existem com as demais dimensões da dinâmica urbana ... O que caracteriza o lazer etnográfico na cidade é o duplo movimento de mergulhar no particular, para depois emergir e estabelecer comparações

¹⁷ Cópia do roteiro de pesquisa está inserida nos anexos.

¹⁸ MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no pedaço*. Cultura popular e lazer na cidade de São Paulo. Brasiliense. 1984. p. 53.

¹⁹ Idem. *Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na cidade*. Edição mimeografada para seminário temático de Antropologia Urbana. Programa de pós graduação em Antropologia Social. USP. 1995. p. 15

*com outras experiências e estilos de vida semelhantes, diferentes, complementares, conflitantes, no âmbito das instituições urbanas, marcadas por processos que transcendem os níveis local e nacional.*²⁰

Pesquisa Bibliográfica

Quanto à pesquisa bibliográfica²¹, a mesma foi direcionada no sentido de se obter o devido embasamento teórico a respeito das possíveis relações existentes entre os conceitos de Esporte e Cidadania, adotando-se, com prioridade, autores cuja produção de conhecimentos esteja assentada, do ponto de vista metodológico, no método dialético, embora autores de outras linhas metodológicas tenham sido também citados, na medida em que seus conceitos puderam oferecer subsídios importantes ao trabalho, ou proporcionaram enfoques diferenciados, para se estabelecer um diálogo envolvendo interpretações divergentes.

Desse modo, a visão do esporte enfocada pela pesquisa, em muito transcende os contornos esportivos propriamente ditos, reportando o seu entendimento como manifestação cultural que compreende, portanto, relações de natureza social, econômica, política, ética e comportamental que se estabelecem entre o mundo do esporte, a sociedade em sentido mais amplo e a vida cotidiana das pessoas em geral.

Quanto à questão da Cidadania, a abordagem dada pela pesquisa não restringe o seu entendimento aos moldes clássicos formulados pela instância jurídico-formal. A cidadania, no contexto da pesquisa, é vista como um processo permanente de participação organizada, que envolve indivíduos, grupos e instituições, empenhados em aprimorar sistematicamente o Estado democrático, exercendo sobre ele o devido controle social, visando à melhoria da qualidade de vida.

Portanto, para estabelecer as possíveis relações entre Esporte e Cidadania nos termos acima propostos, torna-se necessário, igualmente, uma reflexão aprofundada sobre outras questões situadas no bojo de tal relação.

Assim, a pesquisa bibliográfica direcionou-se também para outros temas como lazer, tempo livre, cultura e poder local que, dessa forma, são associados às duas categorias principais acima enunciadas.

É preciso mencionar também a relação existente entre o pesquisador e a pesquisa, ou mais propriamente a relação sujeito-objeto que se procurou estabelecer em todas as fases do trabalho.

²⁰ MAGNANI, José Guilherme C. Op. Cit. p. 15

²¹ As citações no texto e notas de rodapé deste trabalho foram elaboradas pelo método numérico, de acordo com os manuais de orientação editados pela Universidade de São Paulo - Instituto de Psicologia - 1997, publicação que se baseia nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

WRIGHT MILLS caracteriza o trabalho do cientista social como um ofício que não pode ser separado da própria vida do pesquisador. Assim afirma:

Os pensadores mais admiráveis encaram a ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento de outras...

*O trabalhador intelectual forma o seu próprio eu à medida que se aproxima da perfeição de seu ofício.*²²

A propósito do ofício do pesquisador, ECO propõe que o mesmo desenvolva sempre a sua ação em atitude que denomina “humildade científica”, tendo em vista que todos podem ensinar-nos alguma coisa e, assim, ao empreender uma pesquisa não se pode desprezar nenhuma fonte como princípio de trabalho. “É preciso registrar todas as opiniões expressas sobre o nosso tema, até porque nem sempre as melhores idéias nos vêm de autoridades maiores”²³

As questões temáticas desta pesquisa estiveram sempre presentes em minha vida pessoal e profissional, como coordenador de programas sócio-culturais e desportivos do SESC por mais de vinte anos e mais recentemente como Secretário de Esportes e Vereador da Cidade de Santos.

Desse modo, na atual condição de mestrando, tenho por objetivo integrar essa experiência ao processo de produção de conhecimento, encontrando no futebol de praia e nos clubes de praia de Santos, um riquíssimo referencial para uma pesquisa científica que possa apontar na direção de uma prática esportiva cidadã.

Neste sentido, uma vez mais WRIGHT MILLS oferece importante contribuição enfocando a relação entre a experiência pessoal e a atividade científica, caracterizando-a como uma prática verdadeiramente artesanal:

*... o artesanato é o centro de si mesmo e o estudante está pessoalmente envolvido em todo o produto intelectual de que se ocupa. Dizer que pode ter experiência significa que seu passado influi e altera o presente, e que define a sua capacidade de experiência futura. Como cientista social, ele terá de controlar essa influência bastante complexa, saber o que experimenta e isolá-lo; somente dessa forma pode esperar usá-la como guia e prova de suas reflexões e, no processo se modelará como artesão intelectual.*²⁴

²² WRIGHT MILLS, C. Op. cit. p. 211 - 212

²³ ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 12ª edição. São Paulo. Perspectiva. 1995. p. 111

²⁴ WRIGHT MILLS, C. Op. cit. p. 212

CAPÍTULO I

FUTEBOL DE PRAIA *Constituição, Procedimentos e Elementos Diferenciadores Os Clubes de Praia de Santos*

1.1 A PRAIA COMO ESPAÇO DE LAZER

Santos possui sete quilômetros de praias muito apreciadas por turistas e pela população local, especialmente nos meses de férias de verão e fins-de-semana prolongados, quando atraem milhões de pessoas a cada ano.

Pela sua proximidade da Capital, a cidade é sempre uma opção permanente para os paulistanos. O trabalho de despoluição do mar, iniciado há cerca de dez anos, ainda que não tenha resolvido o problema, projetou uma imagem favorável da cidade, fato esse que teve por desdobramento a ampliação gradativa de fluxos turísticos do interior do Estado, de outras unidades da Federação e também do exterior.

Não obstante os problemas que sabidamente terão que enfrentar – trânsito intenso, congestionamentos, estradas em péssimo estado de conservação, ausência de uma estrutura adequada para recepção desses fluxos, e outras dificuldades, os turistas não hesitam em trocar a rotina dos grandes centros urbanos por períodos de ruptura do cotidiano e descanso à beira-mar.

As praias de Santos possuem duas características importantes. São margeadas em toda a sua extensão por magníficos jardins que proporcionam uma sensação estética muito agradável da orla marítima. De outro lado, a faixa de areia é bastante larga, em média com mais de cem metros de extensão.

Esta segunda característica possibilita uma convivência tranquila, de certo modo, entre aqueles que procuram as praias pura e simplesmente para desfrutar de seus recursos naturais, numa atitude contemplativa ou de relaxamento, quanto aqueles que buscam esse espaço privilegiado para praticar exercícios físicos (andar, correr, fazer ginástica), como também para praticar esportes que sejam adequados às suas condições.

Desse modo, a praia torna-se uma área de lazer envolvente, acessível a todas as categorias sociais, abrigando pessoas de diferentes procedências geográficas, proporcionando a convivência simultânea dos mais diversos interesses e motivações de lazer, sejam eles voltados ao descanso, à prática físico-desportiva ou à vida associativa, visto que o próprio ambiente facilita a aproximação das pessoas, que se vêem estimuladas a estabelecer novas relações sociais, favorecendo, assim, um intenso processo de interação e sociabilidade.

Outra característica marcante das praias santistas é a presença de **barracas de praia** aos fins-de-semana, que são montadas no “areião” (faixa de areia fofa próxima aos jardins). Mais de duzentas barracas alinham-se umas às outras, sendo pertencentes a múltiplas instituições da comunidade: sindicatos, associações profissionais, clubes, entidades de classe, serviço e filantropia, condomínios residenciais, hotéis, grêmios de empresas, escolas, universidades, associações de moradores e **clubes de praia**.¹

¹ A legislação municipal que regula o funcionamento das barracas de praia encontra-se descrita na Lei Complementar nº 107 de 20/12/1993.

Essas instituições obtêm anualmente uma licença concedida pela Prefeitura Municipal para a montagem de suas barracas, sempre nos mesmos pontos da praia, pontos esses que são numerados e pintados no meio-fio do calçadão que separa a praia do jardim.

As barracas de praia constituem-se numa "criação" própria da cidade de Santos, havendo inclusive uma legislação que regulamenta o seu funcionamento. Normalmente, cada uma delas apresenta uma dimensão aproximada de 100 m², dispondo de bar, mesas, cadeiras e sacolas para a guarda de objetos pessoais. É permitida a montagem de uma quadra à sua frente, na qual seus respectivos associados praticam voleibol e futevolei.

No interior de cada barraca, ou ao seu redor, cultivam-se longas conversas, joga-se dominó, baralho e outros jogos de mesa, consomem-se bebidas e comestíveis, promovem-se churrascos, rodas-de-samba e muitas outras atividades.

A presença e o funcionamento das barracas de praia durante o ano todo revela uma das maneiras peculiares de apropriação das praias pela população santista. Revela também o elevado espírito de associativismo de seu povo, que se traduz nas atividades de lazer acima mencionadas, cuja motivação principal é o encontro de amigos, a presença do grupo e a satisfação obtida pela convivência num ambiente tão agradável quanto a praia.

Além das barracas de praia, o desenvolvimento de atividades esportivas é outro aspecto muito significativo na simbiose que se estabelece entre a praia e seus frequentadores. Durante o ano todo, mesmo nos meses mais frios, é sempre visível o movimento de pessoas que se exercitam e praticam esportes nas praias, inclusive à noite, pois as mesmas são iluminadas. Não é possível deixar de perceber centenas e por vezes milhares de pessoas caminhando, correndo e fazendo ginástica, seja individualmente, em grupo, como também em atividades monitoradas por programas organizados pela Prefeitura Municipal, através de sua Secretaria de Esportes, ou mesmo, eventualmente, por instituições particulares (academias, escolas, empresas de promoções esportivas) cujas atividades são instrumentos de marketing dos serviços por elas prestados.

Várias modalidades esportivas são igualmente praticadas, destacando-se o futebol, o voleibol e o futevolei. Algumas outras modalidades são adaptadas às condições do solo, como basquete, tênis e handebol, ainda que praticadas com menor intensidade. Fazem-se igualmente presentes as modalidades típicas de praia, como o frescobol (jogado com raquetes) e o tamboréu, essa uma modalidade criada e desenvolvida em Santos.

Todos os dias, pela manhã, até as 10h30min, dezenas de quadras de tamboréu são demarcadas nas proximidades do quebra-mar, onde a areia é mais consistente. O tamboréu é jogado essencialmente por adultos, sobretudo por aposentados e pessoas de terceira idade, que praticam a modalidade em grupos de aproximadamente dez pessoas em pontos fixos da praia. Esses grupos se auto-organizam e distribuem entre seus componentes as tarefas de

transporte do equipamento (mastros, raquetes e redes) e a demarcação das quadras.

Os chamados esportes radicais aparecem com destaque, especialmente o surfe e modalidades derivadas como o body-boarding e o long-boarding, muito apreciadas por adolescentes e jovens de ambos os sexos. A cidade mantém uma Escolinha de Esportes Radicais com a participação média de 300 alunos por mês.

Modalidades esportivas náuticas também se fazem presentes, ainda que em menor número de adeptos, naturalmente em função do alto custo financeiro exigido para suas práticas. Mesmo assim, em seu conjunto, são significativas, reunindo as modalidades de remo, canoagem, vela e motonáutica.

É particularmente curiosa a existência de outras atividades originárias da imaginação e criatividade populares, como por exemplo o "sonriza", prancha circular de madeira produzida artesanalmente, que permite o deslizamento de uma pessoa à beira d'água, numa espécie de surfe de areia.

O conjunto de todas essas atividades determina um processo pelo qual a praia, além de se constituir em um importantíssimo recurso natural, transforma-se numa enorme e disponível área de lazer esportivo, pela ação dos mais variados grupos aleatórios ou organizados.

Boa parte das atividades físicas, esportivas e sociais que se realizam na praia são espontâneas e de duração efêmera, praticadas individualmente ou por grupos que se dispersam tão logo essas atividades são encerradas. No entanto, algumas delas se desenvolvem de forma sistemática, envolvendo grupos permanentes de praticantes que se reúnem sempre nos mesmos trechos de praia e em horários predefinidos. A permanência dessas atividades ao longo do tempo exige procedimentos complexos de coesão grupal, organização coletiva e elevado espírito comunitário, atributos despercebidos às pessoas que simplesmente passam e observam essas atividades, sem se darem conta dos processos de interação e associativismo presentes nessas ocasiões.

A apropriação das praias em Santos deu-se de maneira muito intensa, requerendo uma legislação municipal que passou a determinar horários e outras condições em que as diversas atividades podem ser praticadas, objetivando disciplinar e compatibilizar os múltiplos interesses daqueles que as frequentam apenas para desfrutá-las como elementos da natureza, dos que as procuram para a prática de atividades esportivas.

1.2 MANTENDO A FORMA, MAS RECRIANDO VALORES

Enfocando mais diretamente o Futebol de Praia, atividade muito desenvolvida nesse contexto, observa-se que o mesmo não é praticado de maneira uniforme, variando de manifestações espontâneas e despojadas de qualquer recurso material que não seja uma bola tosca, até formas de avançada organização que

praticamente reproduzem as condições materiais e estruturais da modalidade, de acordo com suas regras e normas oficiais.

Desse modo, de um lado surgem as chamadas “peladas” que se espalham por toda a extensão da praia. Esse tipo de jogo não possui um número definido a priori de jogadores; não há qualquer indumentária que identifique ou diferencie as equipes; os participantes tanto possuem algum tipo de relacionamento pessoal, quanto são recrutados entre aqueles que se fazem presentes no momento; não há juiz, e tampouco demarcação de limites para os “campos”. As traves são adaptadas de acordo com a circunstância e recursos do momento (chinelos, pedaços de madeira, latas de cerveja, pedras e o que mais estiver à mão).

Num estágio intermediário situa-se o jogo denominado “gol caixote”, que conta com pequenos pares de traves de madeira e mais comumente de canos plásticos. As traves variam em suas dimensões: a altura de 0,50m a 2,00m; a largura de 0,50m a 1,00m.

No jogo de gol caixote não há goleiros. As equipes são compostas de forma variada, a partir de cinco jogadores para cada lado. Geralmente o campo é demarcado, e sua dimensão varia em função do número de jogadores. Quanto à indumentária também há grande diversidade: desde nenhuma identificação ou diferenciação, passando pelo “camisa” versus “sem camisa”, até jogos em que as duas equipes se apresentam uniformizadas.

O Futebol de Praia organizado e desenvolvido pelos Clubes de Praia

O futebol de praia organizado e desenvolvido pelos clubes de praia é o objeto de estudo específico desse trabalho.

Esses clubes, em sua grande maioria, são agremiações ao mesmo tempo informais e tradicionais, fundados há 15, 20 ou 30 anos. Não possuem sede e seu patrimônio, quando muito, se reduz a uma barraca de praia. No entanto, seus jogos contam com uma infra-estrutura que procura reproduzir ao máximo possível as condições oficiais da modalidade. As equipes jogam uniformizadas com calções e camisas numeradas; as traves são montadas nas medidas oficiais e possuem redes, os campos são demarcados nas dimensões padronizadas pelas regras em vigor e há presença de árbitros também uniformizados. Joga-se descalço, por ser essa a maneira mais adequada de jogar futebol na areia.

Os clubes ocupam a praia sempre nos mesmos locais, geralmente aos sábados à tarde. Além desse período há também jogos em alguns dias de semana pela manhã, cujas equipes são formadas por trabalhadores de jornadas de turnos de trabalho, principalmente do Porto, Cosipa e Petrobrás. Há ainda o chamado “futebol do doutor”, jogado às quartas-feiras pela manhã.

Tal denominação é devida ao fato dessa prática ter sido uma iniciativa de um médico residente na Capital, que semanalmente nesse horário, deslocava-se a Santos, para junto com amigos e convidados, jogar futebol numa área da praia próxima ao canal 2. Esse médico já faleceu, porém o “futebol do doutor” continua sendo jogado, tornando-se uma tradição. No entanto é aos sábados à tarde que o futebol de praia, praticado e organizado pelos clubes de praia, concentra-se de forma regular e sistemática.²

Os Clubes de Praia são compostos por um número variável de 50 a 60 sócios.³ Em sua grande maioria esses sócios são também os jogadores do clube. Cada agremiação ocupa sempre um mesmo espaço da praia. A idade média dos sócios situa-se entre 35 a 45 anos, variando, porém, num intervalo de 15 a 60 anos.

De acordo com NETO, *“O Clube da Ponta é um clube entre amigos, não tem sede fixa, mas tem referências”*.⁴

As referências as quais se reporta o entrevistado, são o próprio local dos jogos na Ponta da Praia, daí a denominação do Clube, o ponto de encontro dos atletas antes dos jogos em um bar das proximidades (Barril 2000) e a barraca de praia que serve de “vestiário” e local para festividades e comemorações após os jogos.

Em continuidade ao seu depoimento, NETO relembra alguns dos pontos de encontro que foram utilizados pelo clube.

Estou no clube há quinze anos. Nesse período, o primeiro ponto de encontro era uma barraca de lanches e de coco instalada nas proximidades do nosso “campo”. O dono da barraca ficava com a prancheta da lista de presença. Os atletas iam chegando e assinando a lista, isso durou uns quatro anos. Depois não me lembro porque a barraca foi fechada e o nosso ponto de encontro passou para um bar do outro lado da avenida da praia, permanecendo até hoje.

Ao lado dessas referências físicas citadas por NETO, há também outras referências de caráter social, percebidas por PÉRSIO, para quem a inexistência de uma sede edificada ou de outros bens, não representa problema para o clube, segundo o seu entendimento:

O fato de haver uma amizade desinteressada é um fator muito importante. Há um elo muito forte. E o fato do clube não ter sede e tudo o

² Foram localizados pela pesquisa vinte e cinco clubes de praia em Santos que praticam o futebol. No apêndice deste trabalho, está a relação destas agremiações, com informações gerais sobre elas.

³ Os sócios que praticam o futebol de praia serão aqui denominados “**jogadores**”, uma vez que jogar futebol num sentido essencialmente lúdico é a grande motivação de todos aqueles que se dedicam a essa atividade de lazer, não obstante, os sócios muitas vezes se auto denominarem “**atletas**”.

⁴ Luiz Ernesto Figueiredo (Neto), 37 anos – professor de Educação Física – jogador do Clube da Ponta – Depoimento obtido em entrevista gravada em 27.02.97.

*mais, acho que colabora, porque aqui não há outros interesses. Talvez um dos segredos (o clube já dura 30 anos) seja exatamente esse.*⁵

O que mais chama a atenção sobre os clubes de praia é a maneira pela qual as atividades esportivas são desenvolvidas. Prevalece em todos eles muito mais o **caráter lúdico** do que o **caráter competitivo** uma vez que não há jogos envolvendo um clube contra o outro. Também não há campeonatos entre eles.

Todos os sábados, cada clube realiza jogos amistosos, cujas equipes são constituídas apenas por sócios do próprio clube. Não há disputas envolvendo esses clubes, como também não há relação direta entre eles. Verifica-se apenas relações de vizinhança entre aqueles que ocupam espaços da praia próximos.

Cada clube forma semanalmente duas equipes, das quais participam exclusivamente os seus associados. Assim, na semana seguinte outras duas equipes serão formadas. Ocorrerá provavelmente, que muitos jogadores que numa semana pertenceram a uma determinada equipe, na semana seguinte, sejam adversários. Mesmo que alguns deles permaneçam na mesma equipe, terão por companheiros outros que na semana anterior foram seus adversários. Esta forma recreativa de jogar futebol é assim avaliada por ISAÍAS:

*Há pouco tempo houve um campeonato de praia (promovido por um jornal da cidade) e nós não participamos. A gente tem interesse mesmo é em jogar entre a gente e se divertir... Ganhar ou perder é o que menos importa. Mas no nosso jogo não há violência. O nosso jogo é bem mais light.*⁶

Essa forma de jogo, comum a todos os clubes de praia, existe há trinta anos⁷ repetindo-se a cada sábado durante o ano todo, diferenciando-se portanto de todas as outras formas de prática da modalidade, seja do futebol profissional, quanto do futebol amador ou futebol de várzea.

O futebol de praia de Santos não tem um campeão, até porque não há mais campeonatos; praticamente não há torcedores, porque todos que se fazem presentes, ou pelo menos a imensa maioria, estão ali para jogar. Ainda que houvesse torcedores, torcer para quem? As duas equipes que estão jogando são do mesmo clube e as equipes de hoje serão totalmente diferentes daquelas que serão formadas no sábado seguinte. A praia torna-se, portanto, um grande palco esportivo, no qual os clubes de praia criam e recriam os seus próprios cenários que são ocupados por seus atores. A transformação da praia em várias praças esportivas é fruto de um trabalho criativo e engenhoso que confere a esses clubes e respectivos associados as condições necessárias para a prática do futebol, construindo-se assim coletivamente uma forma de lazer que se renova a cada semana.

⁵ Pérsio Benitez, 45 anos – médico anestesista – Presidente e jogador do Clube da Ponta – Depoimento obtido em entrevista gravada em 13.09.97.

⁶ Isaias da Silva, 49 anos, pequeno empresário - Jogador e colaborador da diretoria do E.C. Alvorada – Depoimento obtido em entrevista gravada em 25.05.97.

⁷ Veja no apêndice cópia de matéria do jornal "A Tribuna" sobre a comemoração dos trinta anos de fundação do Clube da Ponta.

O futebol de praia de Santos, porém, nem sempre foi praticado dessa maneira, tendo sido até por volta de 1975 bastante competitivo. Segundo GALACHO:

Naquela época eram promovidos grandes torneios, participavam mais de vinte times. A modalidade cresceu muito, a ponto de no final do ano, após o campeonato, eram organizados jogos especiais, com a presença de grandes craques como Rivelino, Clodoaldo, Edu e o falecido Baltazar. A televisão cobria o jogo e a praia ficava lotada de gente que vinha assistir. A partir de 1974, o futebol de praia começou a se desagregar, porque times de outras cidades, de São Vicente e Praia Grande, começaram a participar dos campeonatos e aí começou a acontecer muitas brigas.⁸

Sobre esse mesmo assunto, assim se manifesta CARVALHAL:

A Federação Paulista de Futebol de Praia foi fundada por volta de 1967 e existiu por cerca de 10 anos. Naquela época, havia grandes equipes que atraíam muita torcida nos jogos. A Federação surgiu para disciplinar a modalidade e melhor organizar os campeonatos.

Com o sucesso dos campeonatos, alguns times da várzea passaram para a praia, também porque muitos campos de várzea deixaram de existir pelo próprio crescimento da cidade. Enquanto só havia times da cidade ia tudo bem, mas, quando times de outras cidades começaram a participar dos campeonatos, começou a ter muita violência.

Teve uma vez que houve até tiro, e um rapaz chamado Miguel foi ferido na perna. Daí por diante ele ficou conhecido como "Miguel Bala".⁹

HUGO é outra testemunha que acompanhou diretamente a transição do futebol de praia, como modalidade esportiva altamente competitiva para o atual esquema de características prioritariamente lúdicas.

Havia muita briga, não tinha polícia e isso fez com que acabassem os campeonatos. Basicamente a violência fez com que a gente fosse, talvez se não me falha a memória, o primeiro clube a fazer recreação e que deu certo. Tanto deu certo que está aí até hoje, trinta anos depois, sendo o nosso modelo praticamente copiado por todos os outros.¹⁰

Os jogos dos clubes de praia iniciam-se por volta das 16 horas. Os atletas começam a chegar a partir das 13 horas, nos chamados pontos de encontros que normalmente são os próprios trechos da praia onde são realizados os jogos. Alguns clubes possuem uma barraca de praia que cumpre essa função, ou ainda se utilizam de um bar localizado nas proximidades do "campo". Neste

⁸ Júlio Galacho, 67 anos, dirigente sindical dos Comerciantes – Ex jogador, ex diretor e atual colaborador do Igaratá Praia Clube. Depoimento obtido em entrevista gravada em 26/05/97.

⁹ João Augusto Carvalhal, 55 anos, aposentado – ex diretor e jogador do Democrático A.C.. Ex presidente da Federação Paulista de Esportes de Praia – Depoimento obtido em entrevista gravada em 02.09.97.

¹⁰ Hugo Fernandes Rodrigues, 51 anos, representante comercial – jogador e sócio mais antigo do Clube da Ponta sendo sócio desde a fundação do clube há trinta anos – Depoimento obtido em entrevista gravada em 21.08.97.

ponto de encontro os atletas assinam uma lista de presença. Normalmente, com algumas variações de clube para clube, iniciam jogando os vinte e dois primeiros que assinam a lista. Os demais, a partir do vigésimo terceiro ficam na reserva e entram no segundo tempo do jogo.

Em média comparecem trinta a trinta e cinco atletas por clube a cada sábado, sendo que a todos é garantido jogar meio tempo, ou pelo menos trinta minutos independente das condições físicas e técnicas ou de performances individuais, ou mesmo do resultado do jogo.

Cabe normalmente ao diretor esportivo do clube escalar as duas equipes que vão começar jogando e depois promover as substituições. Em ambas as situações, a expectativa geral é de que esse diretor seja capaz de promover o necessário equilíbrio entre as duas equipes. Cabe-lhe, portanto, a responsabilidade de evitar que uma das equipes se torne notoriamente superior à outra, fato esse que eliminaria a “graça” do jogo. Assim, tanto na escalação quanto nas substituições o diretor esportivo deve mesclar jogadores de diferentes performances, a fim de que as equipes sejam niveladas do ponto de vista técnico.

A esse respeito. PARADA diz o seguinte:

A gente procura fazer as substituições numa posição mais ou menos igual à condição técnica daquele que vai sair. Quando a diferença de nível fica muito grande, a gente troca atletas entre os dois times para manter o equilíbrio do jogo.¹¹

Muito embora o jogo seja predominantemente recreativo, todos os jogadores estão sumamente empenhados em ganhar a partida, cujo cenário montado na praia procura imitar ao máximo possível as condições presentes nas demais formas de prática do futebol, nas quais, evidentemente, vencer o jogo é o objetivo comum das equipes e de seus respectivos jogadores.

Nesse sentido, conforme já mencionado, as dimensões dos campos demarcados na areia são oficiais; as traves, de madeira ou ferro, também são das mesmas medidas estabelecidas pelas normas da modalidade. As equipes jogam devidamente uniformizadas (camisas e calções), dispensando-se apenas meias e chuteiras, pois os jogadores jogam descalços, uma vez que dessa forma se torna mais fácil e mais agradável jogar futebol na areia.

Há a presença de juizes (árbitros), igualmente uniformizados e contratados junto às ligas locais de arbitragem. O tempo de jogo também é o oficial.

Reproduzem-se assim, no futebol de praia, as condições e regras estabelecidas pelos organismos oficiais da modalidade, muito embora se façam presentes as devidas adaptações e a prevalência de valores próprios estabelecidos pelos clubes de praia.

¹¹ Sidney Parada, 46 anos, comerciante – Diretor administrativo e jogador do Clube da Ponta Depoimento obtido em entrevista gravada em 09/06/97.

Observa-se que, ao prover uma estrutura semelhante ao futebol oficial, os clubes de praia criam determinadas situações que favorecem o despertar do imaginário individual e coletivo daqueles que participam de suas atividades, que mesmo deixando de lado o antagonismo e a competição exarcebada de outros ambientes do futebol, ainda assim preservam tanto quanto possível uma realidade virtual, que provoca sensações idênticas de encantamento que o futebol proporciona às grandes massas. O depoimento de HUGO a respeito, é revelador:

*Fizemos uma homenagem póstuma para um sócio, o Olavo, que faleceu. Mandamos confeccionar uma placa com a inscrição **Estádio Olavo Rosato**. Chamamos o irmão dele para descerrar a placa, que por muito tempo passou a ser fixada junto ao campo, funcionando como uma espécie de placar para os jogos.*

1.3 CONSTRUINDO CENÁRIOS E CONDIÇÕES: A BUSCA DE CONSENSOS

Um dos grandes segredos do sucesso e da continuidade ao longo do tempo dos clubes de praia é a maneira pela qual se dá a gestão dessas agremiações. Como já relatado, os clubes de praia não possuem sede social, nem outras formas de patrimônio. Por outro lado, a sua existência dispensa maiores relações ou comprometimentos com o poder público, imprensa e instituições esportivas oficiais (Ligas e Federações). Alguns clubes da praia constituem-se em pessoas jurídicas formais, unicamente pelo interesse em manter uma barraca de praia, cuja licença deve ser anualmente renovada junto à Prefeitura Municipal, que exige a apresentação dos estatutos e da ata da eleição da diretoria atual, devidamente registrados em cartório.

Esse caráter informal dos clubes de praia não prescinde, todavia, da existência efetiva de um processo autônomo de organização e gestão, concretizado especialmente pela atuação de uma diretoria e pela vigência de um estatuto ou regulamento instituído por normas escritas ou não, porém, de conhecimento e adotado por todos os sócios.

As diretorias dos clubes, em média são compostas por cinco diretores: presidente, vice, tesoureiro ou administrativo, diretor de esportes e diretor social. Regra geral o mandato da diretoria é de um ano. Mesmo sendo possível a reeleição, observa-se alternância na ocupação desses cargos, visto que o principal interesse da grande maioria está no ato de jogar futebol e participar das festas e outras atividades do clube. Desse modo, os cargos e os respectivos encargos são concebidos como uma forma de servir, de garantir a sobrevivência e a continuidade do clube e por isso mesmo, divididos e distribuídos entre o maior número possível de sócios.

PÉRSIO, então presidente de um dos clubes, afirma:

Somos contrários a qualquer forma de reeleição. Exercer a presidência é uma maneira de retribuição de tudo aquilo que recebemos do clube. Um ano é um período certo... Na maioria das vezes há um consenso quanto à diretoria. Só uma vez houve uma disputa eleitoral. Quem já foi dá lugar para os outros.

Igualmente sobre o assunto, NETO, que já foi presidente, assim se expressa:

Convencionou-se que não deveria haver reeleição, mas às vezes isso acontece. O mandato é de um ano que se inicia em janeiro. Já houve disputa, mas geralmente há um acordo, até porque a maioria quer mesmo é jogar. É preciso “caçar” o pessoal para a diretoria. Aqueles que vão saindo fazem um “lobby” para que outros assumam.

Portanto, não se verifica o exercício do poder, pelo poder. Tornar-se dirigente ou gestor, significa dar sua parcela de contribuição; estimular e animar a participação de todos, suprir as necessidades materiais e financeiras da agremiação e fazer valer o estatuto, sem distinções ou privilégios.¹² É bom lembrar que o sócio que assume um cargo na diretoria de seu clube não abdica de sua condição de jogador, passando no período do mandato a exercer essa dupla condição de diretor e jogador.

Os sócios dos clubes de praia contribuem com uma mensalidade em torno de R\$ 20,00.¹³ A somatória dessas contribuições é a única fonte de receita que mantém as agremiações. Com esse dinheiro são adquiridos os materiais esportivos (bolas e uniformes) e pagos os serviços contratados: armador do campo (traves e demarcação), armador da barraca de praia, transporte desses equipamentos, lavagem de uniformes e taxas de arbitragem. As sobras desse orçamento são utilizadas para custear – total ou parcialmente – as festividades sistematicamente promovidas. Assim, não há o dono ou donos do clube. Não há influência de financiadores das atividades, visto que todos os sócios contribuem para a manutenção e sobrevivência do clube.

Os depoimentos abaixo de PARADA e HUGO atestam, respectivamente:

Não há sócios remidos, todos contribuem igualmente, até o presidente. Só os sócios simpatizantes, que não jogam, mas gostam de conviver com o grupo e participar das festas é que pagam um pouco menos.

Eu reputo os jogos de um nível técnico excelente. O pessoal que joga aqui e paga a mensalidade, teria condições de estar recebendo pra jogar em clubes de várzea.

Os serviços acima mencionados são executados por “profissionais” que assim complementam sua renda mensal. Destaca-se a figura do armador do campo uma vez que esse serviço assume uma importância fundamental tanto por garantir antecipadamente o espaço de jogo, quanto por liberar os jogadores e

¹² Veja no apêndice o regulamento em vigor do Clube da Ponta.

¹³ Na época em que foi feita a pesquisa, um real equivalia a um dólar no câmbio oficial.

os dirigentes de uma tarefa árdua que exige mais de três horas de trabalho antes e após os jogos, além do transporte e da guarda dos equipamentos.

O Democrático A.C. e o Clube da Ponta que são vizinhos em termos de localização de seus "campos", utilizam-se dos serviços profissionais de JOÃOZINHO:

Eu chego na praia por volta de uma hora e já começo a pôr as traves. Só paro quando termino. Aí dou uma descansadinha e começo a riscar o campo e aí tomo uma "água" pra enfrentar o calor, vou me virando. Faz vinte e quatro anos que faço esse trabalho no Clube da Ponta e vinte e dois anos no Democrático.

Hoje em dia com o que eu ganho aqui, dá pra comprar um saco de arroz (R\$ 300,00 no Clube da Ponta e R\$ 180,00 no Democrático). A diferença é porque para o Clube da Ponta eu também lavo o uniforme... A medida do campo é oficial, eu calculo pelos passos...

Bem, quando eles (os banhistas) estão deitados eu pulo e já aviso: quando começar o jogo vocês vão sair e aí eu volto depois prá riscar o campo.¹⁴

JOÃOZINHO é um personagem que ao longo desses anos acumulou muitas histórias e mantém um relacionamento muito próximo com a maioria dos jogadores:

O pessoal é legal né. Quando eu comecei tinha gente mais antiga o tempo vai passando e hoje tem muita gente nova, filhos de jogador que eu vi criança pequenininha e agora tão tudo grandão, jogando também...Uma vez uma turma foi na minha casa a noite e disseram: fulano morreu, vamos ao velório. Mas que nada não tinha velório nenhum, me levaram numa boate, veja só.

Eu trago a roupa (uniforme) de bicicleta. Uma vez acabou o jogo e nós fomos pro bar, tomei umas a mais e quando ia embora, eu morava no Santa Rosa no Guarujá e aí eu caí da balsa e por pouco não me afoguei. Eu quase morri por causa do saco de roupa. Tive até que ir para Santa Casa depois.

O trabalho executado por JOÃOZINHO, que recebe inclusive décimo terceiro salário, é reconhecido pelos sócios em geral, conforme depoimento de PARADA: "Eu quero falar um negócio que eu falo para todo mundo. A presença do JOÃOZINHO é fundamental para o clube, que com chuva ou com sol ele está sempre presente." Da mesma forma é a manifestação de HUGO: "O nosso armador de campo está conosco há muitos anos. O João merece até homenagem, são coisas que têm um porquê."

O quadro associativo de cada clube compõe-se de um número variável entre 50 a 60 sócios, sendo que 90% também são jogadores. Os 10% restantes são geralmente ex-jogadores que devido ao avanço da idade, ou por força de uma contusão deixam de jogar, mas permanecem na agremiação, às vezes

¹⁴ João Flores da Silva, 55 anos – segurança de banco – Depoimento obtido em entrevista gravada em 18.08.97.

exercendo uma função na diretoria ou colaborando em alguma atividade específica, ou simplesmente participando do ambiente dos jogos e das festividades.

GALACHO, hoje aos 67 anos de idade, declara:

Não jogo mais, porém estou todos os sábados participando da vida do clube, porque para mim a praia é tudo. Eu tenho uma filha que mora em São Bernardo, mas eu não saio daqui para ir lá aos sábados. Não é por egoísmo é porque eu me sinto bem nesse ambiente.

A média de idade dos jogadores hoje, é de 45 anos. Mas tem também uma garotada de 20 a 22 anos, inclusive filhos de antigos associados. É uma dificuldade correr atrás dessa garotada. Tem também um ponta esquerda que tem 72 anos e todo sábado está lá jogando.

Ainda com relação a alguns sócios que não jogam mais, ISAIAS destaca: “Nós temos um sócio que inclusive é fundador do clube que teve um problema no joelho e não pode mais jogar e então ele começou a apitar.”

O limite imposto ao número máximo de associados é determinado em função das próprias normas adotadas pelos clubes, ou seja, a garantia a todos que comparecem, de jogar pelo menos 30 minutos. Não havendo um limite de jogadores, não seria possível cumprir tal procedimento. Assim, novos sócios são admitidos apenas quando surgem vagas por inadimplência, desistência, por motivo de saúde, mudança de cidade e outras razões, que atingem em média a 10% dos sócios por ano.

Os “candidatos” a se tornarem novos sócios devem necessariamente ser apresentados por um sócio e possuir um determinado perfil, de acordo com os depoimentos de PÉRSIO, GALACHO E ISAIAS, respectivamente:

É preciso que ele (o novo sócio) seja apresentado por um ou mais sócios e se enquadre em alguns critérios. Primeiro é preciso que ele seja conhecido de alguns. Segundo é que ele tenha boas referências como pessoa e que goste de jogar futebol, e de preferência que jogue bem. Que seja uma pessoa de convivência fácil.

Quando alguém é apresentado como sócio, ele é observado para ver se a pessoa se adapta à vida do clube. Se se adaptar tudo bem, se não, assim como entrou é convidado a sair.

Nós temos uma ficha de adesão com todos os dados do pretendente e do sócio que o indicou. A qualquer época pode haver o ingresso de novos sócios. Agora, a gente quer preservar o ambiente

Alguns clubes adotam um “período de experiência” para os novos sócios. É a chamada fase de “namoro” na qual o candidato comparece aos jogos, porém não joga, apenas convive com o grupo, tendo por finalidade avaliar se o candidato e o grupo mutuamente se aceitam. Neste sentido são importantes os depoimentos de HUGO e NETO:

Pra você ver, muita gente boa de bola largou o seu time e ficou um tempão aguardando chance pra começar a participar dos jogos do nosso clube. É cara bom de bola, com nome na várzea. Se a gente abrisse, teria mais de 200 sócios.

O novo sócio passa por um período de "terrorismo". Ele vem no primeiro sábado, no segundo, no terceiro e não joga. Lá pelo quarto sábado ele joga meio tempo. Isto é para ver se ele tem o perfil adequado para ser sócio do clube.

O estatuto ou regulamento, geralmente escrito e distribuído anualmente aos sócios, possui enorme importância, na medida em que define as normas de conduta e os direitos e deveres dos sócios, evitando ao máximo crises ou conflitos de natureza individual ou coletiva.

Sobressaem-se no estatuto as punições previstas para as ocorrências mais habituais, que estabelecem de antemão o número de jogos em que o sócio fica suspenso.

A interpretação do estatuto, o julgamento e a imposição de penalidades são geralmente atribuídos à diretoria, ou ainda em alguns clubes há uma comissão disciplinar composta por três sócios.

É importante notar que durante o período de suspensão, o sócio não se livra de suas obrigações para com o clube, especialmente no que diz respeito à sua contribuição financeira mensal.

PARADA assim se manifesta quanto às punições:

Um jogo pra quem assina a lista e não comparece. Três jogos pra quem abandona o jogo. Seis jogos, podendo ser eliminado, o associado que agredir o juiz ou um companheiro. Toda pena é dobrada para os reincidentes, que no entanto não se livram de suas obrigações com o clube.

O sistema de substituições adotados pelos clubes de praia também merece destaque como um dos procedimentos específicos e dos mais relevantes nessa forma de prática da modalidade, que distingue o futebol de praia do futebol de várzea e mais ainda do futebol profissional. Nesses ambientes as substituições são procedidas exclusivamente por razões técnicas, de desempenho dos atletas ou por contusões.

Diferentemente, a norma básica nos clubes de praia, no que diz respeito às substituições, obedece ao seguinte princípio: os que comparecem, jogam, independentemente da performance técnica de cada um ou do resultado do jogo.

Regra geral iniciam o jogo os vinte e dois primeiros jogadores que assinam a lista, sendo os mesmos divididos em dois times pelo diretor esportivo, que leva em consideração as posições e o potencial técnico de cada atleta, buscando assim obter o máximo equilíbrio possível entre as duas equipes.

Os demais jogadores presentes que assinam a lista em tempo hábil, independente de suas condições físicas e técnicas, têm assegurada sua participação no segundo tempo do jogo. Em média são feitas 10 a 15 substituições por partida, sendo que também nessa situação o diretor esportivo tem a responsabilidade de preservar o equilíbrio das duas equipes.

As substituições quando não procedidas por atitude voluntária de quem sai, levam em conta a assiduidade dos atletas, ou seja aqueles com menor assiduidade são os primeiros a serem substituídos. No Clube da Ponta as substituições são feitas através de sorteios, que obedecem a determinados critérios que são explicados por PARADA:

Primeiro são feitas as substituições voluntárias. Se tem mais gente para entrar então fazemos o sorteio. O sorteio é um sorteio mesmo. Cada atleta tem um número registrado na lista de presença. Aí a gente tira da urna um talãozinho, o número que for sorteado o jogador sai. Porém aqueles que já foram sorteados não entram no sorteio do dia, até que todos os outros atletas tenham sido sorteados. Esse critério privilegia aqueles que comparecem mais e isso está dando certo. Por exemplo: a cada cinco sábados seguidos de comparecimento, o atleta ganha um sorteio, ou seja, é como se ele já tivesse sido sorteado e portanto está dispensado do sorteio do dia.

A assiduidade é também o elemento principal para a definição de quem inicia o jogo e quem fica na reserva no Igaratá A. C., conforme relata GALACHO:

Os que vêm sempre tem preferência. Os que vêm de vez em quando esperam para entrar no segundo tempo. Cada um que chega vai assinando a lista, e na hora do jogo o diretor de esportes escala os 22 que saem jogando, levando em consideração os mais assíduos. Os demais jogam pelo menos meio tempo e assim todos ficam satisfeitos.

Já no E. C. Alvorada os critérios de substituição obedecem mais às relações pessoais entre os sócios e às obrigações para com o clube, de acordo com ISAÍAS:

Se você não quiser sair não é obrigado, mas normalmente cede-se o lugar, especialmente quando o cara é legal e também costuma ceder o seu lugar. Quanto ao jogo, os primeiros vinte e dois que chegam têm a preferência; claro, se eles estiverem em dia com a tesouraria e não estiverem suspensos.

Uma das questões mais interessantes que se apresentam nesta atividade esportiva é a conquista do espaço da praia para a sua prática, uma vez que diariamente milhares de pessoas afluem às praias com diferentes interesses e finalidades, acentuando-se essa frequência nos fins de semanas ensolarados durante o ano todo e sobretudo nos meses de temporada de verão. Assim, como compatibilizar o interesse de banhistas, turistas e jogadores de futebol, na medida em que essa modalidade exige áreas relativamente grandes para a sua prática?

Tal problema é regulamentado por uma legislação municipal, que determina os horários permitidos para a prática do futebol e de outras modalidades esportivas.¹⁵ Basicamente é permitido jogar futebol em toda a extensão da praia, em todos os dias da semana, a partir das 15h, inclusive à noite pois a praia é iluminada. Nos meses de verão, a partir das 16h e na vigência do horário de verão a partir das 17h. É também permitida esta prática pela manhã, de segunda a sexta-feira, em faixas de praia restritas a uma distância máxima de 150 metros das margens de cada canal. Aos sábados e domingos é permitido também jogar nesse espaço pela manhã, porém somente até as 09h00.

A legislação, portanto, regula a prática da atividade, porém a efetiva solução do problema dá-se através da relação direta entre banhistas e jogadores, como podemos observar no depoimento de Isaias: “Às vezes na temporada alguns não querem sair, mas a gente explica a lei, os horários e as pessoas acabam concordando.” A mesma visão sobre esse problema possui GALACHO:

No horário permitido para o futebol nós conversamos com os banhistas e tudo se resolve amigavelmente. Nós armamos os campos e as traves mais cedo, sem incomodar os banhistas que permanecem no espaço. Quando o jogo vai começar, lá pelas 16h, todos saem do local, sem maiores problemas.

Um outro problema ainda se coloca, na medida em que, ao regulamentar os horários em que é permitido jogar futebol na praia, a legislação, evidentemente, não determina quais os clubes que podem jogar e muito menos não garante trechos de praia exclusivos para este ou aquele clube, pois o espaço da praia é público. Assim, em princípio quem chegasse primeiro num determinado local, garantiria o espaço para seu jogo. Na realidade, porém, isso não acontece. Observa-se que aos sábados à tarde estabelece-se um consenso, consagrado pelo tempo, que envolve os praticantes de futebol e de outras modalidades esportivas na praia. Esse consenso que não é escrito e não tem amparo legal, é porém, geralmente por todos respeitado. Fica assim estabelecido por esse consenso informal que naquele local específico da praia e naquele horário estabelecido pela legislação, quem joga é aquele determinado clube de praia.

Em consequência, ao longo dos sete quilômetros de praia, aos sábados à tarde, são demarcados nos mesmos locais, aproximadamente vinte campos de futebol, sempre ocupados pelos mesmos clubes. Em dias frios ou chuvosos, quando a praia está vazia, grupos informais por vezes aproveitam a estrutura armada com antecedência (traves e demarcação de campo) para um bate bola, porém deixam o espaço sem nenhum tipo de resistência no horário em que os “jogos oficiais” devam ser iniciados.

PARADA diz o seguinte:

Quanto às outras pessoas que jogam na praia, não há problemas, porque o armador de campo, lá pelas 13h monta as traves e o pessoal respeita e

¹⁵ Cópia desta legislação está transcrita nos anexos deste trabalho.

também bate a sua bolinha ao lado ou próximo de nosso campo. Afinal, estamos no local há mais de trinta anos.

ISAIAS tem uma visão própria e assim interpreta este fato:

Na praia acontece um negócio interessante. Às vezes há um pessoal que fica jogando gol caixote no nosso espaço, mas na hora do nosso jogo o pessoal sai. Nesses 15 anos nunca aconteceu nada, apesar de não existir lei sobre o assunto. É quase um usucapião.

Ao longo da história do futebol de praia, com relação ao uso do espaço surgiram alguns problemas, de acordo com o relato de HUGO:

Lá pelos idos de 1982, um prefeito que tomou posse queria acabar com o futebol de praia, você sabe, quem entra quer mudar tudo. Aí nos reunimos, mostramos o que era o futebol de praia, os nossos objetivos e que estávamos lá há muito tempo. Houve um envolvimento geral e resolvemos o problema.

O Clube Igaratá enfrentou um problema cinco anos atrás, de acordo com GALACHO:

Um grupo cismou de chegar mais cedo no local, sem levar em consideração o fato do nosso clube existir há muito tempo e estarmos há décadas na praia todos os sábados, chova ou faça sol. Procuramos a Secretaria de Esportes e fomos informados de que ela nada poderia fazer. Então, para resolver o problema, primeiro foi na conversa, e depois falando o português claro, foi na "porrada". Era nós ou eles.

Ao percorrer as praias de Santos aos sábados à tarde, observam-se três formas de ocupação da praia para a prática do futebol: a faixa central da praia, considerada área nobre, é ocupada pelos clubes de praia, visto que nessa faixa, a consistência da areia é ideal para a prática da modalidade. Paralelamente constituem-se duas outras faixas: uma no "areião fofo" próximo aos jardins e outra no "alagado", junto ao mar. Nessas duas faixas complementares, joga-se a "pelada" e o "gol caixote" da melhor forma que for possível.

1.4 CONVIVER – TÃO IMPORTANTE QUANTO JOGAR

Tão importantes quanto as atividades esportivas, para a consolidação dessa prática adotada pelos clubes de futebol de praia, são as atividades sócio-recreativas.

Tais atividades acontecem inicialmente nos pontos de encontro dos jogadores que começam a chegar com uma antecedência média de duas horas do horário

previsto para os jogos, com a finalidade de assinar a lista e, assim, garantirem-se entre os vinte e dois que iniciam o jogo.

Esta necessidade acaba proporcionando um relacionamento interpessoal que ocupa esse período em que os jogadores ficam aguardando o início das partidas. NETO e ISAIAS têm as seguintes visões desses momentos:

Os atletas chegam ao bar a partir das 12h30min, para assinar a lista. Normalmente ficam por lá conversando e tomando uma cerveja. Geralmente o assunto é o jogo do sábado passado, os resultados do futebol profissional, mas também os acontecimentos da cidade, do país, da política.

A turma chega por volta de 14h. Antigamente chegava mais cedo porque às 13h30min a lista já estava completa. Hoje o pessoal está um pouco mais velho e chega mais tarde. Ao chegar fica papeando, jogando conversa fora ou batendo um volei. Não é só o futebol que é importante. Às vezes a gente não está com vontade de jogar e não joga, mas não deixa de comparecer.

Essas atividades no entanto, ganham maior importância após os jogos, uma vez que, antes dos jogos, o encontro é principalmente motivado para garantir a escalação. Após os jogos, o interesse fundamental é a própria convivência, que reforça os laços de associativismo, amizade e solidariedade, consolidando a coesão do grupo.

Promovem-se então várias festividades sob os mais diferentes pretextos, destacando-se a comemoração dos aniversariantes do mês. As festas iniciam-se logo após os jogos e prolongam-se noite adentro, conforme atestam os seguintes depoimentos de CARVALHAL, NETO e PARADA:

Após o jogo, a turma se reúne num bar da rua Trabulsi e fica por lá até as nove da noite. Aliás, comenta-se que o futebol é pra dar sede.

O tesoureiro reserva uma verba para o último sábado de cada mês, para uma churrascada para os sócios. O que ocorre também é que o clube resolveu "denunciar" os atletas que fazem aniversários a cada 15 dias. Esses atletas se reúnem e também promovem um churrasco para todos. Assim, praticamente tem festa todo dia, sob a coordenação do diretor social.

Eu costumo frequentar as festas até às 22h, mas já aconteceu diversas vezes de eu passar pelo local à meia noite e a festa continuava rolando. E é sempre assim, principalmente quando há um violão ou um pagode. Participam também as namoradas, esposas e filhos. As crianças gostam muito, porque o campo fica armado à noite e elas ficam jogando bola.

O Clube da Ponta, não sei explicar por que, mas o sábado que eu não me encontro com aquela turma para jogar bola e conversa fora faz o fim de semana completamente diferente. Fica faltando alguma coisa. Não sei explicar realmente.

Alguns têm uma certa afinidade. Eu, por exemplo, firmei uma sociedade comercial com um sócio do clube. Eu já o conhecia há algum tempo, mas só voltamos a conviver no clube e depois de algum tempo nos tornamos sócios na firma. A sociedade já dura dois anos.

O teor das conversas é explicado por PÉRSIO:

Além do futebol, é interessante, que alguns aspectos são ressaltados. Por exemplo, às vezes se desperta para uma certa consciência ecológica. Às vezes desse local da praia há um por do sol muito bonito. Você sabe, somos na maioria quarentões, e a gente se sente como uma criança observando esse espetáculo muito bonito. Outro assunto que a gente conversa bastante são as histórias de amor, que já vivemos ou que estamos vivendo. Conversa-se também sobre temas políticos, especialmente perto das eleições.

No contexto das festividades, destacam-se dois acontecimentos: a comemoração anual da data de fundação dos clubes, que por vezes é comemorada em outros locais da cidade, e o "réveillon" ocasião em que os associados e seus familiares se reúnem em torno da barraca de praia do clube, para a passagem do ano à beira-mar. Isto acontece em vários clubes, como relata ISAIAS, do E. C. Alvorada:

Todo mês de agosto há uma festa de aniversário do clube. Nós alugamos o SESI e fazemos o jogo lá e depois promovemos uma churrascada reunindo umas 80 pessoas entre sócios, familiares e convidados. Agora há uma novidade. Pela primeira vez fizemos o reveillon na praia. Montamos a barraca na virada do ano e rateamos a festa entre todos. Assim a gente passa a noite de ano novo juntos na praia. É muito gostoso.

O relato que acabamos de concluir sobre o futebol de praia praticado pelos clubes de praia de Santos, elaborado a partir dos diversos depoimentos obtidos junto aos atores participantes dessa prática esportiva, bem como por um processo de observação direta das atividades conduzido pelo pesquisador, revelou a existência de um modo de organização e prática esportivas diferenciado em relação ao conjunto das manifestações que se fazem presentes no contexto esportivo mais amplo da atualidade.

Os valores e significados próprios que identificam o futebol de praia santista configuram, assim, uma prática de lazer esportivo que, ao longo de mais de trinta anos, vem construindo e consolidando uma cultura esportiva fundada essencialmente em aspectos de ludicidade e sociabilidade, que superam amplamente a prevalência do espírito competitivo presente quase sempre de forma exacerbada em outros cenários desta modalidade e do esporte em geral.

Ao perceber esses valores e significados, não podemos deixar de, ao mesmo tempo, reconhecer as limitações dessa prática esportiva, sobretudo em termos quantitativos. Como já mencionado existem cerca de vinte clubes de praia, cada um contando em média com cinquenta sócios, envolvendo, portanto, aproximadamente mil praticantes diretos.

Portanto, é de se supor que muitas outras pessoas gostariam de fazer parte dessas agremiações, porém não o fazem porque não são convidadas, seja por não possuírem relações de amizade com aqueles já engajados nos clubes ou mesmo por não terem a habilidade mínima requerida, muito embora essa exigência seja amenizada em relação a outras instâncias de prática da modalidade. Novos sócios são admitidos somente quando surgem oportunidades em razão da desistência de outros e, mesmo assim, quando apresentados e aprovados segundo normas preestabelecidas.

Esta seletividade, que à primeira vista pode representar uma contradição quando se apresenta o futebol de praia como uma prática esportiva democrática, torna-se absolutamente necessária para garantir a própria existência dos clubes de praia, (alguns deles superando os trinta anos de fundação), que organizam e desenvolvem a modalidade em processo de autogestão, ensejando relações sociais de caráter democrático e uma participação igualitária em termos de direitos e deveres para todos os participantes indistintamente.

Outra ressalva que se faz importante é deixar claro que, ao mesmo tempo em que se enfatiza e se destaca o significado da autogestão desta atividade, isenta da dependência ou favores do poder público e demais instituições, não se está defendendo um modelo de gestão esportiva sustentado exclusivamente na ausência daquelas instâncias, ou que eventualmente poderia ser entendido como a defesa de um modelo de "laissez-faire" esportivo.

Ao se apregoar a importância da ação grupal e da organização comunitária, que devem ser estimuladas pelo conjunto da sociedade, torna-se igualmente indispensável uma ação simultânea integrada do poder público que efetivamente venha a garantir o acesso e a prática de todas as pessoas interessadas nas atividades físico-esportivas, sem, no entanto, empobrecê-las, padronizá-las ou transformá-las em instrumentos de manipulação.

O poder público, democraticamente exercido, deve levar em conta os movimentos dos segmentos sociais que se apropriam legitimamente de espaços comunitários. Não se trata de favorecer, concedendo, e sim de dar garantia para que os próprios atores sociais redefinam os cenários urbanos que os envolvem.

Neste enfoque, o esporte não é apenas uma finalidade. É também meio de expressão social e coletiva, através do qual se constituem, simultaneamente, cultura e cidadania.

A cultura emerge ao romper-se a dualidade entre corpo e mente. Trata-se de uma cultura, ao mesmo tempo de esforço, de superação e de prazer. A cidadania brota da incorporação das práticas em direitos sociais que o povo almeja ver consolidados e, desse modo, os praticantes redescobrem-se como cidadãos.

CAPÍTULO II

A CULTURA DO FUTEBOL DE PRAIA: DO ESPORTE OFICIAL AO ESPORTE CIDADÃO

Uma vez relatado e feitas considerações gerais sobre a maneira de ser do futebol de praia santista, cumpre-nos agora apresentar a sua essência em termos culturais.

Isto significa elaborar uma reflexão sobre o conjunto de aspectos antropológicos que lhe dão peculiaridade, identidade e personalidade próprias, no âmbito das manifestações dominantes da cultura esportiva da atualidade.

Desse modo, torna-se necessário contextualizar esta experiência concreta e diferenciada que constitui o futebol de praia, ou seja, definir relações e influências que tal atividade recebe e, sobretudo, valores e práticas que lhe concedem originalidade dentro de um universo esportivo maior.

Antecedendo, assim, a caracterização do futebol de praia, do ponto de vista cultural, entendemos ser necessária uma análise crítica de algumas das múltiplas inter-faces do esporte oficial, tendo em vista o amplo alcance de suas modalidades e espetáculos na vida cotidiana das pessoas em geral, que querendo ou não, acabam por conviver com esse esporte, enquanto manifestação de cultura de massa, cujas atividades em muito extrapolam os contornos esportivos propriamente ditos, estendendo suas relações a outras importantes instituições das sociedades modernas, em especial, nos terrenos da política, da economia, da comunicação, da educação e da saúde.

Isto posto, passamos a analisar as ambiguidades desse esporte, que acabam naturalmente por gerar as mais diversas interpretações valorativas sobre as suas finalidades. Igualmente importante será estabelecer as direções que orientam as atuais práticas físico-desportivas, no que diz respeito à contradição que se estabelece entre a natureza lúdica do esporte e a indução ao consumo, possibilitadas por suas atividades e seus eventos promocionais.

Cabe também nesta análise uma rápida reflexão sobre o esporte enquanto atividade de lazer, na medida em que as “coisas” do esporte ocupam com intensidade o tempo livre de grande parte das pessoas, particularmente das classes trabalhadoras.

2.1 O JOGO DAS AMBIGÜIDADES E CONTRADIÇÕES DO ESPORTE.

As pessoas, de modo geral, concebem o esporte como ele é normalmente apresentado à sociedade pelas entidades que o controlam e o gerenciam e, sobretudo, pela maneira como ele é entendido e difundido pelos meios de comunicação de massa: um conjunto de práticas físico-motoras crescentemente profissionalizadas, geradoras de mega-espetáculos, extremamente hierarquizadas e padronizadas, acompanhadas de largo apelo ao consumo de produtos e serviços que gravitam em torno de suas atividades habituais.

Para efeito do presente trabalho, a esse esporte daremos a denominação genérica de “**esporte oficial**”, que vem a ser a resultante de um processo que, iniciado em fins do século passado, vai gradativamente ampliando os seus espaços até atingir a significativa posição que ostenta nas sociedades modernas.

O esporte oficial surge na atualidade como uma das atividades de maior relevância na vida das pessoas em geral. Por força de sua presença, de sua influência e da paixão que desperta; pelos públicos que absorve, pelos vultosos negócios que viabiliza e pelos interesses econômicos e políticos que o envolvem, o esporte transforma-se em um sistema quase que totalmente autônomo, capaz de conviver e impor-se às mais diferentes culturas em todos os continentes, em que pese os fossos sócio-econômicos e culturais que distanciam e separam as nações umas das outras.

Essa dimensão planetária do esporte atual (econômica e cultural) que hoje se impõe de forma aparentemente irreversível, antecede o próprio fenômeno da globalização.

O esporte apresenta-se na atualidade como um dos elementos mais sedutores e contraditórios que se fazem presentes no cotidiano das pessoas. A Copa do Mundo, por exemplo, através de televisão, envolve milhões de pessoas, assim como o fazem outros eventos, tais como as Olimpíadas, a Fórmula 1, a NBA, etc. um público inimaginável para qualquer outro tipo de produção artística, inclusive mega-produções musicais ou cinematográficas.

Analisando-se a sua evolução durante os últimos cem anos, observa-se, de acordo com BOURDIEU, que o esporte, que nasceu dos jogos realmente populares, isto é, produzidos **pelo** povo, retorna ao povo sob a forma de espetáculos produzidos **para** o povo. Há, portanto, um processo gradativo de ruptura que se opera progressivamente entre o jogo original e o esporte dele decorrente, na medida em que o esporte torna-se uma prática irreduzível a um simples ritual ou ao divertimento festivo. O povo, inicialmente protagonista e criador dos mais diversos jogos, transforma-se agora, pela apropriação capitalista, em coadjuvante, como público consumidor de mercadorias esportivas, configurando o que o autor denomina de divórcio entre a prática e o consumo do esporte.¹

Como já mencionando, o esporte oficial configura-se na atualidade como um sistema autônomo, cujo funcionamento é definido pelas organizações esportivas que se articulam de forma complexa nas mais variadas instâncias, do local ao regional, do nacional ao internacional. Estas organizações - Ligas, Federações e Confederações - obtêm da sociedade a legalidade e a legitimidade para se auto-definirem como condutoras em todos os níveis do sistema esportivo, impondo-se através de processos verticalizados, centralizados e hierárquicos, quase sempre com características excludentes e autoritárias.

¹ BOURDIEU, *Como é possível ser Esportista?* In _____ Questões de sociologia. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1983. p. 144.

Neste contexto, as organizações esportivas assumem a prerrogativa de estabelecer normas de conduta e regulamentação que devem ser cumpridas indistintamente por todos, sem levar em conta padrões culturais, necessidades ou situações específicas. São essas instituições que assim determinam o calendário esportivo, sempre em consonância com os interesses econômicos alimentados pela mídia eletrônica e seus patrocinadores.

Tais organizações reproduzem, assim, no âmbito esportivo, o que CHAUI, denomina de discurso competente:

*A competência como processo social de exclusão e de invalidação de pessoas, redundando num discurso cuja marca distinta é o direito conferido a alguns para falar pelos outros. Em consequência os detentores de um saber determinado e institucionalmente reconhecido, conferem a si mesmos a prerrogativa de também agir pelos outros, excluindo-os de serem sujeitos de seus discursos e de suas ações.*²

A relação esporte-poder não se limita apenas às questões meramente esportivas e também não se apresenta de forma isolada. O poder esportivo insere-se num contexto muito mais amplo, que via de regra está articulado às esferas superestruturais das modernas sociedades, sendo apropriado por aqueles que detêm o poder político, no sentido de também legitimar a ordem dominante. Neste sentido, o esporte tem sido largamente utilizado para afirmação de ideologias políticas autoritárias, como elemento de exaltação de supostas virtudes cívicas e nacionalistas ou de supostas superioridades raciais, ou ainda como elemento "anestesiador" das consciências individuais. Essas facetas do esporte estiveram presentes na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, na ditadura militar brasileira e nos regimes do chamado socialismo real, entre outras situações históricas recentes.

Por outro lado, quando se fala em esporte, muitos concentram sua atenção na capacidade que essa atividade possui de gerar grandes negócios e empreendimentos. Em outras palavras, o esporte é um grande indutor de consumo. Para tanto utiliza-se largamente de imagens de seus ídolos reais ou virtuais, habilmente trabalhadas pela indústria publicitária e do marketing e intensamente difundidos pelos meios de comunicação de massa e pela emergente indústria cultural.

Desse modo, pela via do esporte oficial, surgem modismos que rapidamente se sucedem dentro da lógica de consumo capitalista, gerando novos valores e tipos de comportamentos estereotipados nos planos individual e coletivo, influenciando hábitos cotidianos de alimentação e vestuário, chegando mesmo a determinar padrões estético-corporais "ideais", que por sua vez acabam por determinar práticas físico-desportivas nem sempre condizentes com as necessidades individuais da grande maioria das pessoas.

Em resumo, o esporte enquanto sub produto da indústria cultural é capaz de manipular os indivíduos (esportistas ou não), ensejando-lhes atitudes

² CHAUI, Marilena. Contra o discurso competente. Artigo publicado pela Folha de São Paulo em 07/02/1982. Folhetim. p. 3.

consumistas, que na verdade pouco contribuem para o desenvolvimento da prática esportiva. Ao contrário, suas atividades podem induzir as pessoas à passividade e à alienação, na medida em que produz e reproduz modelos estéticos e performáticos alheios e incompatíveis com os indivíduos comuns e com o cotidiano de suas vidas.

De outro lado, a imprensa ao se propor a cumprir a sua parte na venda de espetáculos e dos produtos oferecidos pela indústria do esporte, acaba por exacerbar o antagonismo, a intolerância e o comportamento irracional das massas esportivas, gerando violência e vandalismo nos diversos cenários do esporte.

Observa-se, assim, que muitas das características alienadas e presentes no mundo do trabalho acabam por se transferir para o mundo dos esportes, atingindo indistintamente o atleta, o torcedor, o telespectador e o consumidor.

DUMAZEDIER afirma que assim encarado,

*o esporte leva muitos a viverem uma mitologia rudimentar que lhes domina tudo, religião, moral, doutrina social, política. O desporto arrisca-se a tornar-se motivo de alienação crescente de um público em que os mitos da infância substituem todo o pensamento.*³

Dentro dessa ampla gama de ambigüidades e contradições do esporte moderno, os aspectos críticos aqui ressaltados não determinam, porém, a visão dominante estabelecida pelo senso comum.

Concepções valorativas diametralmente opostas concebem geralmente o esporte como atividade extremamente positiva. As instituições, de modo geral, família, escola, imprensa, igreja, etc. atribuem-lhe um juízo muito favorável e procuram incentivar a sua prática, especialmente entre as gerações mais novas, que poderiam encontrar nesse tipo de atividade um antídoto para práticas socialmente indesejáveis.

É muito comum a difusão de expressões favoráveis à prática esportiva porque supostamente ela tira as crianças e os jovens da rua. São também comuns os discursos ufanistas que associam o esporte à honra nacional, ao caráter, à coragem e outros atributos que vêem no esporte um remédio e cura de todos os males sociais.

Jargões do tipo "corpo são em mente sã", bem como "o importante é competir" repetem-se em diferentes ambientes e situações, como verdades irrefutáveis.

Uma visão menos passional sobre o esporte da atualidade consegue observar e enxergar todas essas diferentes nuances que permeiam e convivem no tempo e no espaço do mundo esportivo. Portanto não será uma visão maniqueísta, que ora associa o esporte como uma panacéia, ora como ópio do povo, que chegará próxima à verdade. Bem mais importante que reconhecer essa

³ DUMAZEDIER, Joffre et alii. *Olhares Novos sobre o Desporto*. Lisboa. Compendium. 1980. p. 11 e 12.

alternância de situações é proceder a uma reflexão que deve ser continuamente elaborada.

Assim, para PARLEBÁS, "o esporte não encobre uma moral particular, uma ética específica. Ao contrário, deve ser provido da moral de nossa cultura".⁴

Visão semelhante possui MAGNANE, que afirma:

*Em si próprio, o esporte não poderia ser "progressista", nem "regressista". Com todo fato social, ele é uma criação perpétua dos homens que o praticam e o organizam e esses homens são, por sua vez, transformados por essa própria criação.*⁵

Em sua análise, MAGNANE reconhece que o esporte é um fenômeno que impregna profundamente a vida cotidiana do homem do século XX. Porém, tal reconhecimento vem acompanhado de uma outra afirmação não menos significativa: "Os verdadeiros valores do esporte ainda estão por se construir, talvez por se criar".⁶

Para melhor entender as ambigüidades e contradições do esporte na atualidade, é preciso que o esporte seja objeto de uma reflexão aprofundada, de acordo com o que propõe SANTIN:

*Identificar a natureza do esporte é apenas um dos itens que preocupam a reflexão filosófica. Não se pode esquecer no enfoque filosófico sua dimensão sócio-cultural, seu valor antropológico, como invenção lúdica, seu caráter pedagógico, seus compromissos sociais, suas subserviências ideológicas, suas capitulações econômicas e seu poder libertário.*⁷

2.2. ATUALIDADE ESPORTIVA: ENTRE O LÚDICO E O CONSUMO

A consolidação e a evolução do esporte como um sistema dotado de grande autonomia ao longo deste século, acabou por situá-lo como uma das manifestações culturais de maior relevância presente no cotidiano das pessoas e não mais restrito como simples prática física ou tampouco como uma opção de entretenimento de alguns seguimentos sociais.

⁴ PARLEBAS, Pierre. *O Significado do Esporte na Sociedade Contemporânea*. Anais do Congresso Latino-Americano de Esporte para Todos. Santos. SESC. UNICAMP. Prefeitura Municipal. 1996.

⁵ MAGNANE, Georges. *Sociologia do Esporte*. São Paulo. Perspectiva. P.17

⁶ Idem, ibidem. P.72.

⁷ SANTIN, Silvino. *Corporeidade, Esporte e Educação*. Anais do Congresso Latino-Americano de Esporte para Todos. Santos. SESC. UNICAMP. Prefeitura Municipal. 1996.

Como vimos, o esporte se faz presente na vida das grandes massas, absorvendo tempo e atenção dos indivíduos das mais variadas culturas e provenientes de todas as categorias sociais.

No decorrer desses cem anos, o esporte assumiu outras dimensões, além da esportiva propriamente dita, articulando-se com outros sistemas, destacando-se o político, o econômico, o de comunicação social, o ético-comportamental, o artístico, literário, científico, tecnológico e outros.

Isto posto, uma questão muito significativa se impõe: No âmbito da cultura esportiva da atualidade, na qual predomina esse esporte oficializado, como se situa o elemento lúdico original próprio de jogos recorrentes e tipicamente populares, que acabaram por se transformar nas modalidades esportivas que hoje conhecemos?

O modelo atual adotado pelo mundo esportivo, se por um lado vem garantindo a sobrevivência e o crescimento de suas diferentes modalidades, suprindo-as adequadamente de recursos materiais e financeiros e, bem assim, ampliando o seu universo de públicos e praticantes, além de definir uma sólida estruturação, baseada na homogeneização de procedimentos, regulamentações e promoção de eventos, acarreta, de outro lado, no plano cultural, conseqüências cujos efeitos não foram ainda devidamente estudados e avaliados.

HUIZINGA aponta algumas situações preocupantes, presentes no esporte profissionalizado da atualidade, em decorrência da eliminação do seu caráter gratuito, da espontaneidade e da livre adesão além da perda da ligação da atividade esportiva com o ritual e com a celebração, que assim determina a dessacralização do esporte. Estes e outros fatores levam o autor a uma importante conclusão: "A sistematização e regulamentação cada vez maior do esporte, implica a perda de suas características lúdicas mais puras".⁸

Prosseguindo em sua análise, HUIZINGA aponta também para uma contradição, representada pelo fato de o esporte ocupar um lugar que ao mesmo tempo acompanha o processo cultural e dele está separado, que pode ser entendido pela gradual e permanente ruptura das características lúdicas do jogo no contexto das atuais atividades esportivas.

DUMAZEDIER aponta neste sentido, criticando uma das principais características do esporte moderno, senão o seu principal objetivo, que diz respeito ao "culto" aos resultados, à busca da vitória a qualquer preço. A esse fato, o autor dá a denominação de "mística do resultado", que induz à descaracterização do esporte, inclusive de seus aspectos lúdicos: "A mística do resultado é a negação de todos os valores do esporte porque se faz indiferente aos problemas da ética, da estética e do lado dramático do esporte".⁹

A gradual e progressiva perda do elemento lúdico nas atividades esportivas, segundo HUIZINGA, se faz presente também em outras áreas, como nas artes,

⁸ HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. São Paulo. Perspectiva. 1971. p. 219

⁹ DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e Conteúdos Culturais do Lazer*. SESC. São Paulo. 1980. p.

na educação, no trabalho, na ciência, na política, no direito, etc... é uma das características básicas das sociedades modernas. Tal fato, muitas vezes ignorado e despercebido, outras escamoteado ou encoberto, suscita várias interpretações, do senso comum aos ambientes científicos. Porém, tanto um quanto outro geralmente não se dão conta de um importante princípio formulado por HUIZINGA:

*É no jogo e pelo jogo é que surge e se desenvolve a civilização ... A verdadeira civilização não pode existir sem um certo elemento lúdico. Sempre exigirá o espírito esportivo e a capacidade do fair-play....O jogo ornamenta a vida, ampliando-a e nessa medida torna-se uma necessidade, tanto para o indivíduo como função vital, quanto para a sociedade, devido ao sentido que encerra a sua significação, o seu valor esportivo, as suas associações sociais e espirituais, em resumo, como função cultural.*¹⁰

ZALUAR, também se manifesta sobre a importância do lúdico, como meio através do qual as culturas ou sistemas simbólicos são criados, como também um meio pelo qual se aprende a manejar os símbolos e a brincar com eles:

*Para o ser humano, "entrar na brincadeira" significa entrar no simbólico, ter a capacidade de separar os significados das coisas concretas e manipulá-los em novos arranjos. O brincar, por isso mesmo, é uma atividade básica tanto na socialização de qualquer cultura, como na criação ou transformação dela.*¹¹

Prossegue a autora enfatizando que através do lúdico obtém-se uma identidade positiva fundada na autoconfiança e na autoestima, pilares de qualquer sociedade, que garantem a administração e negociação de conflitos entre seus membros. "Sem isso, a revolta explode na violência descontrolada e na agressividade sem sentido."¹²

Ora, poucos realmente se dão conta de todos esses elementos vitais de natureza sócio-psicológica, que se fazem presentes nos jogos, e que dão sustentação, animam e motivam os mais diversos empreendimentos humanos.

De forma contraditória, o senso comum costuma diferenciar as atividades humanas em "sérias" e "não sérias", concedendo às primeiras um posicionamento superior em escala de valores, em detrimento às outras, esquecendo-se porém, de que o lúdico, conforme visto, está na base e na origem da cultura e da civilização.

DOWBOR também chama a atenção para esse fato, criticando a dicotomia que muitos pretendem impor numa suposta hierarquização das atividades humanas:

¹⁰ HUIZINGA, J. Op. Cit. p. 234

¹¹ ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao Olimpo*. Campinas. Editora Escuta. Ed. UNICAMP. 1994. P. 84

¹² Idem, ibidem. P.86.

*De tanto vincular o ser humano a coisas sérias, esquecemos que no conjunto, o ser humano está desesperadamente vinculado ao lúdico, ao jogo, às tentativas de alcançar e superar e de se reencontrar com o outro, na mistura de competição e da solidariedade, de atração e de desconfiança de surda resistência e da imensa capacidade de criação. Em outras palavras, o ser humano deseja construir e reconstruir em permanência a sua identidade, em condições sempre renovadas. Ele não precisa de uma vida cheia de coisas, precisa de uma vida rica e criativa.*¹³

Torna-se importante notar que a perda do lúdico na vida cotidiana pode ser detectada inclusive em termos semânticos, já a partir do significado da palavra “jogo”. Pelo menos em nossa língua, ao se falar em jogo, muitas vezes associamos o vocábulo quase que exclusivamente aos chamados jogos de azar que normalmente se configuram como atividade socialmente indesejável sob o ponto de vista comportamental. Assim, pessoas viciadas nesses tipos de jogos recebem a alcunha negativa de “jogador”.

O verbo jogar assume também o significado de manipulação, no sentido de se “jogar” com as pessoas, com seus sentimentos, crenças e valores. Aos indivíduos que assim procedem não é raro denominá-los também de “jogador”.

Raramente é lembrado pelo senso comum que o ato de jogar é sinônimo do ato de brincar. Aliás, é importante ressaltar que o termo “juego” na língua espanhola significa brinquedo e que o verbo “to play” na língua inglesa é utilizado tanto para designar o verbo brincar, quanto jogar ou praticar uma modalidade esportiva, quanto também tocar um instrumento musical.

Dentro desse quadro, cabe então a indagação: Por que se dá o retraimento do lúdico na dinâmica das sociedades atuais? A quem interessa tal situação?

Apesar da complexidade que envolve a indagação, algumas observações podem ser feitas. Em primeiro lugar, a origem do problema estaria no sistema produtivo implantado pela Revolução Industrial, e que ainda prevalece na atualidade, estabelecendo a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, que acaba por determinar a divisão social do trabalho e a produção em série, separando também as funções de criação, execução, supervisão e controle do trabalho.

Na visão de SADDER, verifica-se atualmente uma subversão do valor do trabalho: de elemento cultural genuinamente humano para mero instrumento de sobrevivência e acúmulo de capital. O autor entende que o homem se diferencia dos animais por várias coisas, mas antes de tudo, pela capacidade de produzir a sua própria subsistência, por sua capacidade de trabalhar. O homem é o ser que transforma seu meio e ao mesmo tempo que produz sua subsistência. Por isso é o único que tem história, sendo o trabalho a capacidade do homem de transformar o mundo.

No entanto, prossegue o autor, se perguntarmos aos homens o que eles desejariam fazer, a maioria esmagadora diria – dormir, comer, fazer sexo, não

¹³ DOWBOR, Ladislau. *A Reprodução Social*. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1998. P.391

fazer nada. Ninguém ou quase ninguém mencionaria trabalhar. Isto é, o homem prefere hoje fazer aquilo que os outros animais têm em comum com ele. Comer, dormir, fazer sexo, etc. no lugar de valorizar sua particularidade – o trabalho – aquilo que faz dele um ser diferente.¹⁴

Tal sistema produtivo retirou do trabalhador a sua autonomia e eliminou ou reduziu drasticamente a criatividade do trabalho, impondo-lhe o ritmo uniforme da máquina. Este conjunto de fatores acaba por determinar o fenômeno da alienação do trabalho. O trabalho alienado despessoaliza o trabalhador, exaure as suas energias e acaba por limitar sobremaneira o campo de suas relações sociais.

A estrutura hegemônica e dominante que impõe esse tipo de trabalho alienado a milhões de pessoas, trabalho esse no qual o trabalhador não se reconhece como sujeito e não se identifica e na maioria das vezes, nem mesmo sabe a que se destina a sua força de trabalho, busca legitimar essa situação através de diversas formas, entre as quais se destaca a hiper valorização desse próprio trabalho, valendo-se para tanto, os detentores do poder, de ideologias amplamente difundidas pelos sistemas educacionais, religiosos, jurídicos, etc...

Surge assim, de forma coercitiva, porém camuflada pela ideologia, uma concepção do dever, da obrigação, do trabalho asceta, que RUSSELL assim denuncia:

*Do ponto de vista histórico, a concepção do dever tem sido utilizada pelos defensores do poder, a fim de induzir outros a viver para os interesses de seus senhores mais do que para si mesmos ... A idéia de que o pobre deva ter lazer sempre foi chocante para o rico.*¹⁵

Portanto, podemos deduzir que a retração do lúdico na atualidade, em favor da preponderância de atividades supostamente sérias e, assim, mais importantes, corresponde a um processo histórico que visa impor um rígido controle social como instrumento de dominação, cujo objetivo maior é legitimar um sistema de produção, consumo e distribuição de bens, estruturado na exploração do trabalho alienado e mal remunerado das classes trabalhadoras.

Considerando-se então que o trabalho para a imensa maioria das pessoas é uma atividade alienante, degradada, desprovida de criatividade, rotineira e despessoalizada e que a esta situação pode ser creditada em grande parte o declínio dos valores lúdicos da cultura, não estaria reservada ao lazer, através de suas múltiplas atividades e interesses, uma perspectiva de reversão do quadro negativo representado pelo mundo do trabalho?

Alguns estudiosos se aproximam deste entendimento, tal como DUMAZEDIER:

O lazer poderá vir a ser uma ruptura num duplo sentido: a cessão de atividades impostas pelas obrigações profissionais, familiares e sociais e, ao mesmo tempo, o reexame de rotina, estereótipos e idéias já prontas

¹⁴ SADDER, Emir. Entrevista concedida à Revista E. Sesc-São Paulo. Outubro/1998. p. 6 a 9

¹⁵ RUSSEL, Bertrand. Elogio do Lazer. Zahar Ed.. 1997. p.p. 13-15

*que concorrem para a repetição e especialização das obrigações cotidianas. Ao possibilitar essa dupla ruptura, não mais para alguns privilegiados, mas agora para uma massa de indivíduos, o lazer talvez venha a provocar uma mudança fundamental na própria cultura.*¹⁶

MAGNANE apresenta idéias semelhantes a DUMAZEDIER sobre essa questão:

*O esporte desaliena o homem que está preso à máquina pelo ofício, porque ele o empenha numa ação simples e cujos objetivos são claros. O homem não é jogado, joga ele próprio constrói o seu destino ... O prazer que acompanha uma livre afirmação física ou de destreza devolve ao homem curvado e ao homem sentado a sua marcha e respiração naturais.*¹⁷

Tal concepção presumivelmente libertadora do lazer e do esporte, em relação ao trabalho não é compartilhada e se opõe ao entendimento de muitos autores e pesquisadores, entre outras causas, pelo fato de o acesso às atividades do lazer, enquanto bens de consumo, ser submetido às regras estabelecidas pelo poder aquisitivo das pessoas, que em países como o Brasil, é altamente desigual em função da excessiva concentração de renda em favor das minorias elitizadas da população. Por outro lado, o tempo destinado ao lazer, denominado tempo livre é também desigualmente distribuído dentre as classes sociais, visto que a largos seguimentos ocupacionais são impostas extenuantes jornadas de trabalho, que não raro impõem a esses seguimentos a ampliação dessas jornadas pela via de horas-extras, que são aceitas pelos trabalhadores ou por medo da perda do emprego, ou por necessidade de ampliar a renda em função de sua baixíssima remuneração, ou ainda por ambas as razões.

Ademais, a presente situação de elevadas taxas de desemprego e miséria que se acentuam cada vez mais nas sociedades globalizadas, por si só excluem significativos estratos populacionais de quaisquer perspectivas de lazer, fato esse que parece não ser relevante para Dumazedier e Magnane ao elaborarem as afirmações acima.

Vejamos o entendimento de outros autores a respeito:

ADORNO afirma que:

*no capitalismo tardio a rotinização da diversão do chamado "tempo livre" é organizada como um prolongamento do trabalho alienado. O prazer oferecido pela indústria cultural é a contrapartida de um esforço extremo de cancelamento da reflexão por parte de suas vítimas.*¹⁸

¹⁶ DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo. Perspectiva. 1973. p.265

¹⁷ MAGNANE, Georges. Op. Cit. p. 64

¹⁸ ADORNO, T. W. et alii. *Dialética do Esclarecimento*. Fragmentos Filosóficos. Resenha publicada pela Folha de São Paulo. Caderno MAIS. 24/08/1997

SALLES OLIVEIRA ressalta que "não se pode esperar que o consumo do lazer restituísse aos trabalhadores a liberdade que lhes for expropriada na esfera produtiva".¹⁹

READ, por outro lado, defende a idéia de que

*a cidade é literalmente um complexo e deste emerge uma vasta neurose social, da qual esse problema do lazer, é apenas um dos sintomas. Não é a alma humana, em sua liberdade que anseia por entretenimento e pelo fim do tédio: São as almas amontoadas nas cidades, afastadas da terra e das quatro estações, privadas da alternância natural de atividades que satisfaçam.*²⁰

BOSI, Eclea a esse respeito, declara:

*Os valores antigos, religiosos, artísticos, morais, lúdicos que o capitalismo encontra, são consumidos até o osso e transformados em mercadorias. São rebaixados a objetos de curiosidade do espectador urbano. Como poderia tal tradição desgastada dar o amparo dos que foram despojados de seu único saber?*²¹

Por esses depoimentos pode-se entender que as atividades de lazer, em muitas e variáveis situações, acabam por reproduzir as características presentes no trabalho alienado, como também os determinantes consumistas da lógica capitalista. Assim, em extrema contradição, as atividades de lazer desenvolvidas nessa ótica, acabam também se constituindo em instrumentos inibidores da presença do lúdico na cultura e de igual modo contribuindo para a dissolução do indivíduo como sujeito.

Assim, esses depoimentos igualmente fazem emergir as ambigüidades dos lazeres cultivados pelas modernas sociedades. Não se pode, portanto, pensar em uma nova civilização fundada no lazer, até porque ainda não superamos e estamos muito longe disso, as conseqüências do capitalismo que geram profundas e notórias injustiças e desigualdades sociais e inaceitáveis concentrações de renda e poder.

¹⁹ SALLES OLIVEIRA, Paulo de. *Tempo Livre, Trabalho e Lutas Sociais*. Revista Reflexão. PUC - São Paulo. n° 35. 1986. p. 13

²⁰ READ, Herbert. *A educação nas Coisas*. In: *Meu encontro com a educação através da arte*. 2ª ed. São Paulo. Ed. SUMMUS. 1986. pp. 56 e 57

²¹ BOSI, Eclea. *Cultura e Desenraizamento*. In: BOSI, Alfredo (org). *Cultura Brasileira: Temas e Situações*. São Paulo. Ática. 1987. p. 24

2.3 DIMENSÃO POLÍTICA DO TEMPO – LAZER: DIREITO, PRIVILÉGIO OU CONDENAÇÃO?

O modo de produção capitalista acabou por determinar ao homem moderno total subordinação em relação ao seu próprio tempo, definindo-lhe, numa condição de objeto, um tempo para a produção em oposição a um tempo disponível e ainda para alguns um tempo livre, no qual se inserem as atividades de lazer.

Define-se, assim, em decorrência, um tempo para o consumo, tempo esse que instrumentaliza as atividades de lazer em função de objetivos definidos pela lógica capitalista.

Segundo THOMPSON, “numa sociedade capitalista evoluída, todo o tempo tem de ser consumido, comprado, posto em uso; é ofensivo das classes trabalhadoras permitir-se-lhes simplesmente passar o tempo”.²²

CARDOSO manifesta-se sobre essa questão do tempo, lembrando que enquanto em algumas situações especiais o tempo pode ser simplesmente desfrutado, para a grande maioria dos habitantes das grandes cidades torna-se um valor raro, um bem econômico.²³

Nesse mesmo contexto, GEBARA entende que na sociedade contemporânea

*... atingiu-se o controle das atividades motoras do ser humano, inclusive de suas dimensões lúdicas e esportivas. Esse processo implicou necessariamente na divisão dos diferentes tempos vividos. Temos agora o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho, ambos articulados por um universo de consumo.*²⁴

Assim, as variadas formas de se dispor e utilizar o tempo, não são algo aleatório. Tampouco é a resultante de opções pessoais. Muito ao contrário, mecanismos de controle diversos impõem às pessoas poderosos condicionantes que acabam por determinar a maneira que o indivíduo ao longo de sua existência vai conviver com o seu tempo.

Um desses condicionamentos, senão o principal, é a classe social à qual pertence o indivíduo. A sua natureza ocupacional constitui-se também em variável significativa a esse respeito, assim como uma eventual situação de desemprego.

²² THOMPSON, E.P.. *O Tempo e a Disciplina do Trabalho e o Capitalismo Industrial*. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org). *Trabalho, Educação e Prática Social*. São Paulo. Ed. Artes Médicas. 1991. P.77.

²³ CARDOSO, Fernando Henrique e outros. *Cultura e Participação na Cidade de São Paulo*. São Paulo. CEBRAP. 1973. P.4.

²⁴ GEBARA, Ademir. *O Tempo na Construção da História, do Esporte, Lazer e Educação Física*. II Encontro Nacional de Esporte, Lazer e Educação Física (anais). Ponta Grossa/PR. 1994. P.179.

A condição de operário, trabalhador não qualificado, burocrata, técnico, profissional liberal ou empresário, por certo determinará como o tempo do indivíduo será ocupado e para quais finalidades será direcionado.

Regra geral, o tempo destinado ao trabalho absorve os maiores períodos da vida de uma pessoa, acrescentando-se aí outros períodos gastos que são associados à produção, como o deslocamento casa-trabalho-casa, bem como os períodos de repouso necessários para compensar a fadiga e o desgaste físico-mental provocados pela atividade produtiva, visando a própria recuperação da força de trabalho para as jornadas seguintes.

Todavia, essa divisão do tempo em tempo para a produção ou trabalho, tempo disponível e tempo livre, em si mesma, não é significativa para definir a relação que o indivíduo mantém com o seu tempo. Como já mencionado a classe social e a natureza ocupacional das pessoas são as variáveis que definem a remuneração, a jornada e o desgaste decorrentes do tipo trabalho exercido. Esses fatores, por sua vez, é que vão determinar os intervalos e períodos das diversas atividades humanas e, mais do que isso, a quantidade e a qualidade dessas atividades que absorvem a vida do indivíduo nesses variados tempos.

Portanto, a conhecida afirmação “tempo é dinheiro” mais do que uma frase de efeito é um imperativo determinante das atitudes e ações das pessoas em geral, impedindo-as em consequência de dispor, livremente, do seu tempo.

BOSI chama a atenção sobre essa relação tempo-consumo, afirmando que o imperativo categórico desse tempo social é o da fabricação ininterrupta de signos com vistas ao consumo total. “A montagem de bens simbólicos em ritmo industrial nos fornece um modelo de tempo cultural acelerado”.²⁵

Prossegue o autor em sua análise, afirmando que o sempre novo (embora não o sempre original), comanda essa caricatura de eterna vanguarda, na qual as representações devem durar pouco, ou só enquanto o público der mostras de consumi-las com agrado. A consequência do tempo acelerado em termos de indústria cultural é a perda da memória social generalizada que lesa o seu consumidor inerte.²⁶

Ao se articular o tempo das pessoas em função dos interesses do consumo, torna-se cada vez mais premente a necessidade de se manter rígidos esquemas de controle social sobre o uso do tempo, na medida em que controlar o tempo, significa exercer um poder capaz de manipular, influenciar e direcionar o cotidiano das pessoas em geral.

Mais do que controlar o tempo, busca-se o controle do funcionamento da sociedade. GEBARA ressalta que, pela primeira vez na história da humanidade, o ritmo humano apresenta-se como variável dependente: “Mudou o sentido do tempo, mudou a medida do tempo; existe agora um poder exterior ao organismo humano, que passa a ditar o ritmo do trabalho e, freqüentemente, da vida”.²⁷

²⁵ BOSI, Alfredo. *Plural, mas não Caótico*. In _____ (org). *Cultura Brasileira. Temas e Situações*. São Paulo. Ática. 1987. P.9.

²⁶ Idem, *ibidem*. P.10

²⁷ GEBARA, Ademir. *Op. Cit.* P.180.

Esse mesmo autor afirma que em nossas sociedades instituiu-se a universalização do controle do tempo, em micro-escala e macro-escala, respectivamente através do relógio e do calendário "O tempo do calendário é totalmente social; é prioritariamente uma conquista social, no sentido que dirige, orienta e organiza os múltiplos componentes da vida pública e do cotidiano".²⁸

A esse respeito, LE GOFF afirma que "a função do calendário é a de ritmar a dialética do trabalho e do tempo livre".²⁹

Pode-se depreender, a partir dessas citações de Le Goff e Gebara, que ao controlar o ritmo e o tempo das pessoas, aqueles que detêm esse poder, na verdade estão determinando a própria história de vida e a qualidade de vida dos indivíduos. Decidem, por exemplo, quem e quantos vão atuar profissionalmente e como será o trabalho de cada um. Do mesmo modo decidem o tempo disponível e o tempo livre das pessoas, e em consequência as atividades e o tempo de lazer que caberão a essas pessoas segundo a respectiva classe social. Decidem assim, a alternância de ritmos e ciclos da própria vida, definindo também os padrões de consumo que vão "recompensar" os indivíduos, segundo o valor a eles atribuídos na hierarquia social.

Os detentores do poder definem, portanto, os privilegiados de uma determinada sociedade e, por conseguinte, aqueles que terão de se conformar com uma vida insípida, estafante e despersonalizada, em decorrência de atividades profissionais e de lazer desprovidas de maior significado e criatividade.

Em diferentes períodos e situações históricas – da antiguidade aos dias de hoje – o tempo livre (e, por decorrência, o lazer) foi considerado um privilégio de determinadas classes minoritárias, que uma vez dominantes, impuseram à maioria a árdua tarefa de produzir e assim, prover a subsistência de todos.

Enquanto as grandes massas eram induzidas a trabalhos penosos e extenuantes em troca da mera sobrevivência, as elites pelo poder da força ou pela força do poder (ideologia) reservavam para si mesmas as chamadas tarefas nobres: administrar, comandar, legislar e o próprio exercício do poder.

Do outro lado também determinavam para si o consumo exacerbado dos bens e riquezas produzidos pelo povo e, de modo especial, o acesso às práticas de lazer.

Historicamente, o lazer sempre se constituiu em situações de distinção social, assim explicadas por VEBLEN "Para obter e conservar a consideração alheia não é bastante que o homem tenha simplesmente riqueza e poder. É preciso que ele patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos".³⁰

Portanto, de acordo com VEBLEN, para essas classes que o autor denomina de classes ociosas, não basta simplesmente ser detentora de riqueza e poder; é necessário exibir tais condições às demais classes subalternas. Para tanto ostentam a sua condição privilegiada através de práticas de lazer e de

²⁸ GEBARA, Ademir. Op. Cit. p.183

²⁹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas. Editora UNICAMP. 1992. p. 486

³⁰ VEBLEN, Thorstein. *A Teoria da Classe Ociosa*. São Paulo. Editora Pioneira. 1965. p.48

consumo, que VEBLEN denomina de "ócio conspícuo", que significa notável, célebre, respeitável ou ilustre.³¹

A concepção de lazer como privilégio, e de tal forma distante dos trabalhadores, bem como formulações ideológicas presentes em diferentes situações históricas reforçaram conceitos de supervalorização do trabalho como elemento essencial na formação do caráter individual e no progresso da coletividade.

A idéia da virtude do trabalho (ainda que alienado, perigoso, monótono, extenuante, etc.), ainda permanece muito consistente no senso comum das pessoas, permeando todas as classe sociais, inclusive aquelas que são diretamente afetadas, tanto física como mentalmente, pelo excesso de trabalho e, em decorrência, pelas restritas oportunidades de desfrutar de seu tempo através de formas mais livres e criativas.

Condenados a uma rotinização permanente de absoluto controle de seu tempo, majoritários segmentos sociais não conseguem administrar o tempo em seu benefício, sendo assim induzidos a renunciar à condição de sujeito, limitando-se a aceitar uma situação de objeto da sociedade e da história.

Dentro dessa ótica, que tipo de lazer é destinado às classes trabalhadoras?

BOSI afirma que:

... a cultura de massa entra na casa do trabalhador da periferia, ocupando-lhe as horas de lazer em que poderia desenvolver uma forma criativa de auto-expressão... O vampirismo é assim duplo e crescente, destroi-se por dentro o tempo próprio da cultura popular e exhibe-se para consumo do telespectador o que restou desse tempo".³²

A cultura de massa, portanto, enquanto meio de difusão de um consumismo alienado, descaracteriza o universo cultural das pessoas e banaliza o seu tempo livre, que poderia ser canalizado para atividades potencialmente integrativas e enriquecedoras, capazes de melhor inserir o indivíduo ao meio social.

Ademais, a fadiga e a exaustão de determinados tipos de trabalho agravam ainda mais esse quadro. De acordo com RUSSELL:

... os prazeres das populações citadinas tornaram-se principalmente passivos: assistir a filmes, ir ao futebol, ouvir rádio, etc... Isto resulta do fato que suas energias são consumidas pelo trabalho; se elas tivessem mais lazer de novo desfrutariam prazeres em que tornassem parte ativa.³³

Sobre essa questão, na ótica dos trabalhadores, BOSI, Eclea se manifesta:

³¹ VEBLEN, Thorstein. Op. Cit. p.88

³² BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira*. In: MENDES, Demeval T. (org). *Filosofia da Educação Brasileira*. 3ª edição. Rio de Janeiro. 1987. P.162

³³ RUSSELL, Bertrand. Op. Cit. P.22

*A luta pela sobrevivência exaure seus meios e forças. A diminuição da jornada de trabalho é uma tendência irreversível, mas o horário e as condições de trabalho são ainda uma forma de segregação que os deixa à margem da festa, do lazer e do conforto.*³⁴

A autora elabora também uma relação entre o trabalho alienado e o conseqüente lazer alienado, caracterizando-o como um lazer passageiro que não deixa marcas na cultura.” Se no trabalho e no lazer corre o mesmo sangue social, é de esperar que a alienação de um gere a evasão e processos compensatórios em outro”.

Citando estudos de FRIEDMAN, a autora destaca duas atividades alienadas frente ao lazer: o ativismo frenético (compensatório e imediatista) e a apatia gerada pela exaustão psíquica e o stress decorrente do próprio trabalho, E citando HAAS, salienta que: “... uma vez que as técnicas de produção se padronizam, elas requerem mais auto-repressão do que auto-expressão”.³⁵

Nesta direção, SALLES OLIVEIRA apresenta uma visão crítica de um lazer alienado e consumista, que contribui para a atomização das relações sociais dos trabalhadores.³⁶

Tempo Livre e Qualidade de Vida

O lazer como privilégio das classes ociosas, a influência nefasta exercida pela cultura de massa na utilização do tempo livre dos trabalhadores, um lazer que não deixa marcas na cultura, alternando-se ora em ativismo frenético, ora em apatia e passividade que favorecem mais a auto repressão que a auto expressão; um lazer de características apenas compensatórias, constituiriam uma condição fatalista, um determinante cármico à vida dos trabalhadores e dos demais segmentos populacionais não alinhados às classes dominantes?

Não obstante a precisa fundamentação na qual repousa a visão crítica dos autores citados quanto às formas de lazer acessíveis à grande maioria das pessoas, a concepção dialética da história, a todo momento demonstra o caráter dinâmico das relações sócio-políticas em diferentes culturas.

A atuação dos movimentos sociais, o exercício da resistência e da contestação e capacidade de organização e mobilização de determinadas instâncias populares fazem avançar idéias, valores e atitudes que se contrapõem aos interesses hegemônicos e dominantes, que mesmo se valendo do uso da força e outras formas de convencimento não são capazes de impedir as mudanças, ainda que os caminhos sejam longos e tortuosos.

³⁴ BOSI, Eclea. *Cultura de Massa e Cultura Popular. Leituras de Operárias. 5ª edição.* Petrópolis. Vozes. 1981. P.160

³⁵ Idem. Ibidem. p.176

³⁶ SALLES OLIVEIRA, Paulo de. Op. Cit. P.12

Isto posto, em que pese o reconhecimento sobre a necessidade de serem implementadas profundas alterações nas relações de trabalho impostas pelo capitalismo, não se pode desprezar a luta por melhores condições de vida através de situações que se apresentam nas esferas do não-trabalho.

Ao considerar-se a importância das relações que os homens estabelecem em situações e ambientes fora do seu mundo de trabalho, não estamos propondo opor o mundo do trabalho ao do lazer, mas de vê-los, como propõe ALVES, "como extensão um do outro, direitos e realizações complementares do indivíduo, ... sobretudo num país onde grande parte da população está alijada das modernas relações de trabalho".

Do mesmo modo, ZALUAR afirma que "o lazer não seria então, o tempo associado à liberdade no sentido negativo de não ter que trabalhar ou produzir bens materiais, mas isso sim, a liberdade no sentido de criar, imaginar, produzir bens culturais."³⁷

Segundo MAGNANI, o tempo do não-trabalho pode se constituir em um campo privilegiado para o entendimento de alguns aspectos das organizações políticas e dos movimentos sociais populares, fazendo desse espaço o depositário de aspirações quase sempre adiadas, mas continuamente renovadas no interior desses centros de reprodução do imaginário popular:

*Frente ao universo de trabalho já subjugado pela lógica do capital, que tenta programá-lo inteiramente, existe um espaço regido em parte por outra lógica, e aberto ao exercício de uma certa criatividade: a vida familiar, o bairro, as diferentes formas de entretenimento e cultura popular que preenchem o tempo do lazer.*³⁸

SALLES OLIVEIRA também aponta para a necessidade de se realizar o estudo desse tempo e espaço ocupados pelo não-trabalho, destacando a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho, ao lado de outras lutas básicas, visando a melhoria dos padrões de sua qualidade de vida:

*É preciso procurar um entendimento na totalidade das relações sociais, nas quais o trabalho ocupa uma posição fundamental, mas sem excluir uma concepção articulada com as dimensões do não-trabalho... A luta pelo tempo livre é uma das dimensões da luta de classes.*³⁹

A importância de uma melhor compreensão sobre o tempo destinado ao lazer é acentuada ainda por ELLIAS e DUNNING. Pela visão desses autores, os indivíduos, de maneira geral, em suas atividades cotidianas, sobretudo aquelas que se efetuam no mundo do trabalho, tomam decisões e direcionam suas ações, tendo os outros indivíduos como marco de referência básica, enquanto nas atividades de lazer essa referência básica se desloca para si mesmo, para o próprio eu "En una sociedade enfocada al trabajo, el ocio es la única esfera

³⁷ ZALUAR, Alba. Op. Cit. P.57

³⁸ MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no Pedaco*. Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo. Brasiliense. 1984. P.21

³⁹ SALLES OLIVEIRA, Paulo de. Op. Cit. P.11

pública en la que los individuos pueden decidir baseados principalmente en su propia satisfacción".⁴⁰

Em continuidade a essa análise, os autores afirmam que as atividades de lazer, dentro de certos limites, permitem que as pessoas vivam suas experiências emocionais que normalmente não são manifestas, devido ao alto grau de rotinização presente em seu cotidiano.

Assim, indagam e questionam: "Podríamos vivir una vida constantemente rotinizada sin enclaves recreativos?"- E assim respondem:

*Hay pruebas de que la falta de equilibrio entre las actividades recreativas y las no recreativas entrana un empobrecimiento humano, un agostamiento de las emociones que afecta a toda la personalidad... En terminos psicologicos esto equivale a decir que las actividades no recreativas siempre demandam un grado de absorción de los controles sociales como parte de la interiorización del individuo, la interiorización de que hablamos produce sin duda alguna una buem cantidad de frustracione, angustia y sufrimiento, asi como, probablemente algunas enfermedades.*⁴¹

ZALUAR enfatiza a importância do lazer, do jogo como ato de liberdade dos homens para criar outra realidade, além de vida cotidiana, seja através do sonho, da fala, da brincadeira infantil, do teatro, etc. "O jogo, por não ser a vida real ou a vida corrente, é que permite criar, inventar novas formas de viver".⁴²

O lazer seria também responsável, na visão de LEFEBVRE, por uma atitude reativa dos indivíduos em geral, frente à rotinação do cotidiano: "É no interior das práticas de lazer e por meio delas que os homens, conscientemente ou não, realizam na extensão de suas possibilidades, a crítica de sua vida cotidiana".⁴³

Segundo SALLES OLIVEIRA, "uma crítica de vida cotidiana teria, assim, como ponto de partida o questionamento de alienação e das fragmentações que ela engendra", cuja superação, segundo o autor, requer compromissos partilhados por todos os homens numa difícil travessia desalienante que inclui a dimensão lúdica, na perspectiva de HUIZINGA, que enxerga no universo lúdico o outro na vida cotidiana.⁴⁴

À vista de todos esses argumentos, a conquista e a consolidação de um tempo livre, bem como a educação para uma utilização enriquecedora desse tempo, seja no âmbito da personalidade (esfera individual), seja no âmbito da cidadania (esfera social, coletiva) torna-se uma das bandeiras de luta das mais significativas em favor da própria democratização das sociedades atuais,

⁴⁰ ELLIAS, N. e DUNNING E. *Deporte y en el Proceso de la Civilización*. Madrid. Fondo de Cultura Económica. 1992. P.118

⁴¹ Idem. Ibidem. p.136

⁴² ZALUAR, Alba. Op. Cit. p.60.

⁴³ LEFEBVRE, Henry. *Crítique de la Vie Quotidienne*. 2ª edição. Paris. L'Arché. 1958. V.1.

⁴⁴ SALLES OLIVEIRA, Paulo de. *O Lúdico na Vida Cotidiana*. In: BRUHNS, Heloisa T. Introdução aos Estudos do Lazer. Campinas. Editora UNICAMP. 1997. P.14 e 15.

evidentemente ao lado daquelas reivindicações históricas que visam a garantia dos direitos elementares para todos.

Em primeiro lugar, neste sentido, o lazer deve deixar de ser entendido como um privilégio de classe, para transformar-se em um direito coletivo, assim como a educação, a saúde, a segurança, a habitação e demais direitos básicos.

Uma vez reconhecendo-se o lazer como um direito do homem, há de se fazer também uma reflexão crítica sobre as idéias de supervalorização do trabalho. RUSSELL assim se posiciona a respeito:

*Acho que já se trabalhou em demasia no mundo, que a crença de que o trabalho é virtuoso é imensamente nociva... O caminho para a felicidade e para prosperidade consiste numa diminuição organizada do trabalho... O trabalho na dose adequada será suficiente para tornar o lazer deleitoso mas não em demasia para ocasionar exaustão.*⁴⁵

RUSSELL, por outro lado, procura demonstrar que alguns dos principais atributos intelectuais do ser humano somente são desenvolvidos em situações de ócio. Embora criticando os procedimentos adotados pelas classes ociosas para manterem seus privilégios em diferentes situações históricas, afirma:

*A despeito dessas falhas, ela (a classe ociosa) contribuiu com quase tudo para o que chamamos civilização. Ela cultuou as artes e revelou as ciências; escreveu livros, inventou as filosofias, tomou requintadas as relações sociais. Até mesmo a libertação dos oprimidos, em geral, foi por iniciativa de cima. Sem a classe ociosa, a humanidade jamais teria saído de barbárie.*⁴⁶

PESSANHA também reconhece a necessidade do ócio como condição para que o homem aprofunde os seus conhecimentos, estimulado pelo espanto e pela dúvida.⁴⁷

A partir dos conceitos destes autores, pode-se concluir que a conquista de uma democracia plena passa necessariamente pela democratização do tempo livre, ou seja, a conquista do tempo livre vem a ser uma condição imprescindível para a potencialização da capacidade criadora inerente a todos os homens e, desse modo, um pressuposto de justiça social, capaz de apontar para uma cultura renovada em valores mais adequadamente humanos.

Transformar o tempo livre, de um tempo gasto com atitudes passivas e com o consumo de banalidades induzido pela indústria cultural, em um tempo enriquecedor, voltado à auto-expressão, à criatividade, à participação ativa do indivíduo nas diversas instâncias de seu universo cultural, à ampliação de seus conhecimentos e ao desenvolvimento de uma consciência crítica, constitui um dos grandes desafios para a humanidade no limiar do próximo século.

⁴⁵ RUSSELL, Bertrand. Op. Cit. p. 9.

⁴⁶ Idem, ibidem. P.22.

⁴⁷ PESSANHA, José Américo. *Cultura como Ruptura*. In: BORNHEIM, Gerd (org). *Cultura Brasileira. Tradição/Contradição*. Rio de Janeiro. Zahar. 1987. P.76

Neste contexto é relevante a seguinte afirmação de SALLES OLIVEIRA:

O tempo livre é produzido nas relações capitalistas de dominação porque o trabalhador precisa de um tempo para sobrevivência. Entretanto, ao se apropriarem desse tempo, os trabalhadores podem transformá-lo num tempo de reivindicações e de questionamento. Os trabalhadores descobrem que esse tempo livre, nascido de submissão à disciplina do mercado, só vai ser um tempo de liberdade no momento em que se romper a disciplina do mercado.

*Ao politizar o uso do seu tempo livre disponível, os trabalhadores podem desvendar as máscaras da liberdade que a sociedade produz no trabalho e fora dele.*⁴⁸

Assim concebido, o tempo livre será um instrumento de mudanças sociais significativas, visando a conquista de uma vida de melhor qualidade para todos. Um tempo para a construção de uma cidadania plena e solidária.

Podemos então afirmar que a existência de um tempo livre, e mais ainda, a possibilidade de que esse tempo possibilite momentos de uma reflexão crítica do indivíduo sobre si mesmo e sobre as diversas nuances que envolvem a sua vida; de uma reflexão do indivíduo sobre o meio social no qual ele esteja inserido, propiciando-lhe condições para que cada vez mais seja ele o sujeito de sua própria história de vida, é condição essencial para o exercício pleno da cidadania. Um tempo, nas palavras de FALEIROS, de transcendência da ordem do destino, à ordem da responsabilidade de escolha.⁴⁹

O tempo livre será, então, um momento de rompimento da rotina, um momento em que novas visões e descobertas se efetivam, conhecimentos novos são apreendidos e o ser se manifesta em sua integralidade.

Aqueles que nunca dispõem livremente de seu tempo, não podem alcançar a plena condição de cidadania, ou na melhor das hipóteses tornam-se apenas cidadãos de segunda classe. Sem tempo livre não há plena cidadania, restando aos indivíduos que se deixam arrastar a essa condição, uma vida insípida, opressora e desumanizada, uma condição de objeto, submetido aos imperativos do trabalho, do consumo e das instâncias sociais hegemônicas.

2.4. O FUTEBOL DE PRAIA DE SANTOS DIANTE DA CULTURA ESPORTIVA OFICIAL.

Uma vez evidenciadas algumas questões significativas que permeiam o esporte oficial, vamos retomar a discussão sobre os aspectos culturais constitutivos do

⁴⁸ SALLES OLIVEIRA, Paulo de. Op. Cit. p. 22.

⁴⁹ FALEIROS, Vicente de Paula. *Formas Ideológicas de Participação*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Volume 3. Nº 9. Agosto/1982.

futebol de praia santista, que o transformam em uma prática esportiva diferenciada.

Assim, do ponto de vista cultural, como devemos conceber o universo do futebol de praia, diante da cultura esportiva oficial?

Reconhecendo obviamente suas notórias diferenças, entendemos, todavia, não ser correto interpretá-las de forma maniqueísta e tampouco estabelecer aí uma concepção dicotômica.

O futebol de praia, como não poderia deixar de ser, sofre profundas influências do universo abrangente e invasor do esporte oficial. Certamente, aqueles que o praticam lêem jornais, ouvem e assistem aos noticiários, vão aos estádios e participam dos espetáculos esportivos, assumem a posição de telespectadores, torcem por seus times, são envolvidos pelos fatos do esporte profissionalizado e são igualmente alvo e objeto dos propósitos consumistas induzidos pela mídia e pela indústria cultural através dos eventos esportivos.

Portanto, manifestações esportivas personalizadas como o futebol de praia santista, não se constituem em uma prática esportiva à parte, imune aos ditames do esporte oficial. Apesar de possuírem valores, funções e significados próprios, essas manifestações sofrem influências e relacionam-se com o mundo do esporte oficial.

Entretanto, o futebol de praia e outras atividades esportivas assemelhadas estabelecem um **contraponto** ao esporte oficial, dotadas que são de aspectos culturais que as identificam e as diferenciam, concedendo-lhes uma personalidade diferenciada.

Que aspectos culturais são esses? De início, deve-se destacar a ampla predominância do componente lúdico sobre qualquer outro; seja ele competitivo, performático, utilitarista, ou consumista, configurando uma prática cultural-desportiva, que se assenta como atividade de lazer e que conjuga o esforço físico e a motricidade do corpo ao prazer e à satisfação pessoal pelo ato de jogar futebol num ambiente extremamente acolhedor como é a praia e associado ao exercício de uma agradável e estimuladora convivência social.

Assim considerado como atividade de lazer e atribuindo-lhe uma perspectiva de democratização da prática esportiva, DUMAZEDIER propõe:

*Se a democratização do esporte é considerada desejável e durável, o fim supremo da atividade esportiva é a sua inserção no lazer, ao longo do ciclo de vida de cada indivíduo, qualquer que seja sua categoria sócio-profissional. Logo, é em relação ao lazer que, primeiramente, o esporte deve ser definido: se não acabamos por lhe atribuir propriedades que não pertencem ao gênero das atividades cotidianas da maioria das pessoas.*⁵⁰

⁵⁰ DUMAZEDIER, Joffre. *Democratização do Esporte?*. Cadernos de Lazer. Nº 4. SESC. São Paulo. Maio/1979.

O depoimento de ISAIAS do E. C. Alvorada define bem esse espírito lúdico, de lazer, predominante nas atividades do futebol de praia: *“O pessoal gosta de jogar por lazer... Todos jogam para ganhar, mas o resultado do jogo em si, não tem muita importância.”*

A prática do futebol de praia centrada essencialmente no elemento lúdico e como forma de lazer para os seus participantes, encerra alguns outros importantes componentes socioculturais que o fundamentam e que passamos a analisá-los de forma específica.

Cultura de Resistência

BOSI, ao analisar a influência da cultura de massa sobre o cotidiano das pessoas em geral, afirma que existe na sociedade uma capacidade de resistência diante dos efeitos desse tipo de comunicação. Com relação à cultura popular, especificamente o autor assim se pronuncia:

*A exploração, o uso abusivo que a cultura de massa faz das manifestações populares, não foi capaz ainda de interromper para todo o sempre o dinamismo lento, mas seguro e poderoso de vida arcaico-popular, que se reproduz quase organicamente em micro escalas, no interior de rede familiar e comunitária apoiada pela socialização de parentesco de vicinato e dos grupos religiosos. O povo assimila a seu modo algumas imagens da televisão, alguns cantos e palavras do rádio, traduzindo os significantes em significados. Há um filtro com rejeições maciças de matéria impertinente e adaptações sensíveis de matéria assimilável.*⁵¹

Portanto, para BOSI, o conceito de resistência, neste contexto, significa **diferença**, história interna específica, ritmo próprio peculiar de existir no tempo histórico e no tempo subjetivo. De outro lado, o autor afirma que o imaginário do povo é capaz de incorporar signos da cultura de massa e vice-versa, desfazendo-se assim uma suposta visão dicotômica.⁵²

CHAUÍ possui visão semelhante, ao analisar as relações entre a cultura popular e a cultura dominante: *“... Não tentaremos abordar a cultura popular como uma outra cultura ao lado ou no fundo da cultura dominante, mas algo que se efetiva por dentro dessa cultura, ainda que para resistir a ela.”*⁵³

A autora prossegue em sua análise, afirmando que não se pode pensar a cultura popular como totalidade orgânica, fechada em si mesma, pois assim se

⁵¹ BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira*. In MENDES Demerval, T. (org). *Filosofia de Educação Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Ática. 1987. p. 162

⁵² Idem. *Plural mas não caótico*. In BOSI, A. (org). *Cultura Brasileira: Temas e Situações*. São Paulo. Ática. 1987. pp. 10-11

⁵³ CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. Aspectos de Cultura Popular no Brasil. São Paulo. Brasiliense. 1986. p. 24

perde o essencial: as diferenças culturais postas pelo movimento histórico-social de uma sociedade de classes:

*Por esses motivos, não trataremos a cultura popular, no Brasil, pelo prisma de uma totalidade que se põe como antagônica à totalidade dominante, mas como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possui lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência.*⁵⁴

Assim, de acordo com os conceitos acima enunciados por Bosi e Chauí, somos levados a entender, por analogia, que o futebol de praia pode ser considerado como uma prática esportiva que apresenta características de resistência, frente ao que foi definido e denominado de esporte oficial.

Trata-se, portanto, de uma resistência que se dá no plano cultural, uma vez que o futebol de praia preserva determinados valores e comportamentos há muito abandonados pelo esporte oficial.

Tal resistência se vislumbra inicialmente na própria origem e essência do futebol de praia, ou seja, a prevalência do jogo recreativo em detrimento ao jogo essencialmente competitivo. Como já visto, no capítulo anterior, os clubes de praia praticam o futebol todos os sábados, envolvendo apenas equipes formadas pelos sócios de cada clube, ou seja não há jogos contra ou entre os clubes de praia, inexistem disputas e campeonatos para definir qual é a melhor equipe, ou a equipe campeã das praias.

Nesse contexto, cabe perfeitamente a afirmação de SUPLICY: "Em sociedades livres, justas e democráticas, a diferença não é justificativa de desigualdade e, sim, sinal de riqueza de diversidade humana".⁵⁵

É também elucidativo o depoimento de NETO sobre essa questão:

Eu comecei a jogar jovem no Clube, tinha 22 anos (hoje com 38 anos) e naturalmente tinha uma formação esportiva de caráter competitivo. Porém a convivência com o grupo me fez aderir a esse tipo de esporte. Eu gosto de competição, mas a minha opção acabou pelo recreativo. A ala mais jovem até gostaria de jogar contra, mas há uma cumplicidade entre todos e até esses jovens acabam incorporando o espírito do grupo, desse jogo essencialmente recreativo.

A renúncia e até mesmo a punição ao antagonismo exacerbado é outra característica que aponta para a resistência a que estamos nos referindo, que se manifesta no espírito dos participantes em relação ao jogo, no que diz respeito à contenção da violência, o respeito aos árbitros e adversários é a adesão ao próprio caráter recreativo das partidas, onde hoje uns são

⁵⁴ CHAUI, Marilena. Op. Cit. p. 25

⁵⁵ SUPLICY, Marta. *Igualdade Formal e Cidadania*. Cadernos Cidadão. SESC. São Paulo. N° 1. Março/1998.

companheiros de outros em sua equipe, enquanto na próxima semana poderão ser adversários, e assim, sucessivamente.

GALACHO, ao relatar a transição do futebol de praia, de seu aspecto altamente competitivo para a atual forma em que prevalece o espírito lúdico, observa com propriedade que o estímulo exagerado da competitividade enseja reivindicações utilitaristas, ainda que a atividade não seja profissionalizada: "Outro problema é que alguns atletas começaram a querer obter vantagens, ganhar dinheiro". Essa intenção de alguns jogadores em obter um ganho financeiro ou outras vantagens pessoais era um fato comum que se verificava entre as equipes que disputavam os campeonatos de futebol de praia há cerca de vinte e cinco anos atrás e que se verifica atualmente em dadas circunstâncias no futebol de várzea. Essa prática é totalmente descartada na atual forma recreativa de organização do futebol de praia.

Outra situação que revela esse processo de resistência e de diferença da cultura do futebol de praia frente outras formas mais institucionalizadas da modalidade, diz respeito à questão de performance. PARADA afirma que jogar bem futebol é bastante desejável, mas não é essencial:

Claro, a gente dá preferência para quem sabe jogar bola. Mas a gente vê o ser humano, o homem que ele é. Então a gente analisa: Se o cara ainda tem aquela mentalidade de várzea, de disputa a gente prefere não pegar. O cara que arruma confusão e briga também não serve.

A própria origem desse modelo recreativo pode também ser concebida como uma forma de resistência, à medida que o futebol de praia se desenvolve na cidade em função da gradativa eliminação dos campos de várzea, motivada pela expansão e ocupação urbanas. Porém ao se estabelecer na praia, os clubes de praia rejeitaram a cultura do futebol de várzea, na qual a ocorrência de brigas e tumultos era prática habitual.

CARVALHAL lembra que durante os campeonatos na praia "era briga toda hora e você sabe, na praia não dá para ter briga". Esse fato, explica, segundo HUGO, a mudança da mentalidade daqueles que praticavam o futebol de praia.

Basicamente, a violência fez com que a gente fosse talvez, se não me falta a memória, o primeiro clube a fazer recreação e que deu certo. Tanto deu certo que está até hoje, trinta anos depois, sendo o nosso modelo praticamente copiado por todos os outros.

Sobre a questão da violência no campo do jogo, NETO explica alguns valores que predominam nos clubes de praia:

O futebol é um jogo de confronto físico, mas nós evitamos as jogadas mais bruscas e as jogadas violentas são evitadas. Por exemplo eu não vou dar uma rasteira por trás num companheiro para evitar um gol e ninguém do meu time me cobra e me critica por isso.

Cultura de Ação e Trabalho

BOSI critica com veemência as visões elitizadas do conceito de cultura, que vêem a cultura como um conjunto de bens, ou mesmo como uma herança, ou ainda como um privilégio, restrito a poucos. Nesta visão elitizada, portanto, a cultura não possui vínculos com o cotidiano.

Em oposição a esta visão reificada, o autor propõe uma concepção ergótica da cultura: a cultura como ação e trabalho.

Dentro desta concepção, cultura é vida pensada, ou seja, deve ser concebida como fruto de um trabalho. Para o autor, o projeto de cultura que deveria prevalecer numa sociedade democrática é aquele que em vez de tratar a cultura como uma soma de bens destrutíveis de consumo, deveria pensar a cultura como fruto de um trabalho: "Deslocar a idéia de mercadoria a ser exibida para a idéia de trabalho a ser empreendido. Acho que é esta a idéia-chave, o projeto que eu diria recuperador".⁵⁶

A cultura do futebol de praia é tipicamente uma cultura de ação e trabalho, que se consolida e se preserva fundamentalmente a partir de compromissos e consensos estabelecidos coletivamente.

O primeiro compromisso diz respeito ao ponto-de-encontro, ao ato de assinar a lista de presença. Esse ato, além de garantir a participação do jogador, é antes de tudo um compromisso prévio que é assumido perante o grupo, garantindo, assim, o número mínimo de participantes para que o jogo possa se efetivar.

Desse modo, além de cumprir essa tarefa prática, o ponto-de-encontro cumpre uma outra função menos visível, porém de significativa importância, no que diz respeito ao compromisso do indivíduo com o grupo, acima mencionado.

Tal função se faz sentir especialmente nos meses de inverno e nos dias de chuva, pois dirigindo-se ao local do jogo com alguma antecedência, o jogador não se submete à tentação de desistir de jogar nessas condições adversas de tempo, decisão essa que certamente prevaleceria caso o mesmo estivesse abrigado no conforto de sua casa e não houvesse já assinado a lista de presença e, assim, manifesto o seu compromisso em participar do jogo.

NETO observa:

Só joga quem assina a lista. Se alguém chegar na hora do jogo sem ter assinado só vai jogar depois que todos já jogaram, ainda assim se alguém se dispuser a sair, isto é, ele não terá o direito assegurado de jogar no 2º tempo como os demais que já assinaram a lista. Se o sócio assina a lista e não comparece ao jogo ele vai precisar de uma desculpa muito convincente para não ser suspenso. Se alguém assina a lista pelo outro, pega uma suspensão brava.

⁵⁶ BOSI, Alfredo. *Cultura como tradição*. In BORNHEIM, Gerd (org). *Cultura Brasileira: Tradição/Contradição*. Rio de Janeiro. Zahar. 1987. p. 38

NETO lembra ainda que a assiduidade é outro compromisso exigido pelo clube: "Quem faltou por dois sábados seguidos não pode assinar entre os vinte e dois primeiros que saem jogando. Mesmo chegando antes que os demais, só poderá entrar no 2º tempo".

O acatamento ao regulamento, de norma estabelecida é um ponto consensual que a todos envolve, segundo PARADA: "Só muda o regulamento porque a gente vai se aprimorando e acertando os pontos, vai se moldando conforme o que o pessoal pede".

BOSI relaciona também a cultura como tradição e cultura como obra, algo que é trabalhado e vivenciado, de maneira cíclica: "A cultura popular não é fetichista, ela não lida com coisas, mas com significados e os significados estão dentro do espírito... Porque a cultura se constrói, fazendo".⁵⁷

Em relação à memória, este autor enfatiza que falar em cultura como tradição, sem falar em memória é não tocar no nervo do assunto: "A memória é o centro vivo da tradição, é o pressuposto da cultura no sentido do trabalho produzido e refeito através da História. Para Platão, a memória é ativa. Aprender é lembrar, lembrar é aprender".⁵⁸

Neste contexto, em termos de cultura esportiva, HUIZINGA afirma:

*O jogo inicia-se e, em determinado momento "acabou". Joga-se até que se chegue a um certo fim. Enquanto está decorrendo tudo é movimento, mudança, alternância, sucessão, associação separação. E há, diretamente ligada a sua limitação no tempo, uma outra característica interessante do jogo, a de se fixar imediatamente como fenômeno cultural. Mesmo depois de o jogo ter chegado ao fim, ele permanece como uma criação nova do espírito, um tesouro a ser conservado pela memória. E transmitido, torna-se tradição.*⁵⁹

A partir deste conceito HUIZINGA explica o surgimento do Clube:

*As comunidades de jogadores tendem a tornar-se permanentes, mesmo depois de acabado o jogo... Mas a sensação de estar separadamente juntos, numa situação excepcional, de partilhar algo importante, afastando-se do resto do mundo e recusando as normas habituais, conserva sua magia para além da duração de cada jogo. O clube pertence ao jogo tal como o chapéu pertence à cabeça.*⁶⁰

Tradição e memória são igualmente dois componentes significativos na vida e cultura do futebol de praia, conforme atestam os depoimentos abaixo:

GALACHO declara que aos 67 anos não joga mais, é sócio remido.

⁵⁷ BOSI, Alfredo. Op. Cit. p. 47

⁵⁸ Idem, ibidem. p. 53

⁵⁹ HUIZINGA, J. Op. Cit. pp. 12-13

⁶⁰ Idem, ibidem. p. 13

Há trinta e cinco anos eu participo do futebol de praia. Eu me sinto bem nesse ambiente, se não passar um fim-de-semana na praia já é um problema. Participar com o grupo dessas atividades, pra mim é tudo. Inclusive há alguns sócios que moram em São Paulo e quando vêm a Santos comparecem à barraca do Clube aos sábados.

CARVALHAL lembra que

Essas atividades são muito importantes porque proporcionam um relax, conversa-se muito, contam-se "causos", reforçamos as amizades e nos lembramos dos velhos tempos, quando vínhamos para a praia de bonde.

PARADA ressalta a existência de uma segunda geração de sócios: "Nós temos hoje alguns sócios que são filhos de antigos sócios e isso também é muito importante".

HUGO vai além, ao projetar suas intenções:

Gostaria de ver meu neto jogando no Clube da Ponta. Não é um clube recreativo que você paga mensalidade e vai lá quando quer... De uma forma ou de outra você se sente útil ali. Você troca idéias, há um monte de alternativas prá você passar bons momentos. E a vida é feita de momentos, não é mesmo?... Eu gostaria que esse clube se eternizasse.

Para o Clube da Ponta, o ponto-de-encontro em um bar, antes do jogo, para assinar a lista tornou-se uma tradição, ainda que atualmente o Clube disponha de uma barraca de praia que é montada em área anexa ao seu "campo" na praia. NETO assim explica esse fato: "O ponto de encontro se fixou neste bar, que inclusive já mudou de dono por duas vezes. Hoje o nome do bar é Barril 2000".

NETO ressalta ainda a importância da existência dos clubes de futebol de praia para a cidade.

Eu acho que pra cidade é importante, pois mantém um resgate de tradição da cidade. Poucos clubes conseguiram sobreviver sobre esse sistema. Pra cidade hoje é uma referência muito grande. Os clubes de praia que como o nosso apesar de não terem sede na cidade, têm locais definidos na praia. São pontos de encontro e alguns têm até marcos (obeliscos) fixados nos jardins de praia. Ali fica o Igaratá, ali fica o Democrático, etc... Pra cidade é muito importante.

O futebol de praia praticado em Santos, não se resume, apenas, no simples fato de aos sábados algumas dezenas de pessoas reunirem-se num determinado local em torno de um clube de praia, para jogar uma partida de futebol.

Para que isto se viabilize, há de ser montado todas as semanas o cenário apropriado, sem o qual não há jogo. Em conseqüência, determinadas funções e tarefas têm que ser cumpridas. É necessário demarcar o campo e montar as traves em horários apropriados. Do mesmo modo, condições prévias haverá

de ser satisfeitas, como assinatura da lista de presença no respectivo ponto de encontro. Regras e procedimentos deverão ser acatados por todos.

Voltando à questão dos compromissos e consensos estabelecidos, o respeito de cada um em relação aos companheiros, adversários, dirigentes e árbitros é um valor ético fundamental a ser preservado pelo conjunto dos sócios de acordo com o pensamento de NETO:

O desrespeito não é tolerável. Por exemplo, tirar a camisa e dizer não jogo mais, o atleta fica sujeito a punições mais severas. É também punido com rigor o atleta que faz corpo-mole, que facilita o jogo, pois isso é considerado um grande desrespeito para com os demais.

Portanto, para que o futebol de praia possa efetivamente existir tornam-se necessárias não só a adesão pessoal, a disposição individual de jogar, mas sobretudo a integração do indivíduo no grupo, que inclui a divisão de determinadas tarefas, a contribuição financeira e a efetiva participação nas atividades esportivas e sociais propostas.

HUGO ressalta o aspecto financeiro do Clube cujas necessidades são assumidas coletivamente pelos sócios, através de contribuições bimensais: "Outra coisa importante é todo mundo pagar porque por aí, quem sabe jogar normalmente não quer pagar para jogar e no Clube da Ponta todos contribuem".

Esta reconstrução semanal e permanente do cenário de jogo, é pois fruto de uma ação, de um trabalho, que distingue o futebol de praia de outras práticas desportivas desenvolvidas em clubes pole-esportivos e sociais e também clubes de várzea, situações essas em que os cenários estão permanentemente montados e prontos, aguardando apenas a presença dos atores.

O futebol de praia de Santos preserva, como vimos, a estrutura básica da modalidade, respeitando de modo geral as regras do futebol e, reproduzindo, tanto quanto possível, o aparato da modalidade: uniformes, traves, dimensões oficiais dos campos, árbitros contratados, etc... No entanto, dá-se o direito de introduzir algumas adaptações fundamentais que, como já visto, distinguem a sua prática em relação ao esporte oficial. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que preserva regras, procedimentos e valores, mantendo a tradição da modalidade, simultaneamente promove rupturas a partir dos interesses específicos daqueles que viabilizam e se beneficiam desta prática desportiva. Tal situação em boa parte pode ser explicada pela afirmação de PESSANHA:

*Vivemos um tempo - inclusive um tempo filosófico - marcado pela ênfase dada às noções de ruptura, de diferença, de pluralidade. Enquanto em outros momentos culturais insistiu-se sobretudo nas noções de continuidade e unidade, hoje como um dos traços característicos do pensamento contemporâneo, prevalecem as categorias de multiplicidade, do corte, de alteridade,... resultante do esfacelamento e, portanto da relativização de diversos tipos de absolutos: teológicos, científicos, políticos, éticos, estéticos, antes definitivos, ontológicos.*⁶¹

⁶¹ PESSANHA, José Américo. Op. Cit. p.38

Adaptações, introduções de novas normas e regras para os jogos e valores éticos diferenciados, apontam para ações de ruptura do futebol de praia em relação ao futebol do mundo do esporte oficial destacando-se:

Sistema de substituições - Elaborado por critérios que levam em conta a assiduidade, a presença prévia, a camaradagem e, especialmente o direito de todos jogarem, independentemente da performance técnica e atlética dos jogadores, ao contrário de outros ambientes da modalidade, em que prevalece a busca da vitória como valor supremo. Na ocorrência de uma expulsão a equipe não é prejudicada, pois o atleta expulso é substituído.

Independência - Os clubes de praia não se vinculam à estrutura institucional do esporte, seja em nível local ou regional. Como vimos, os clubes de praia renunciaram a participar de esquemas competitivos, na medida que não organizam campeonatos, nem disputam jogos de um clube contra o outro, mas ao contrário, formam equipes que se modificam a cada semana, compostas apenas por jogadores que são igualmente sócios dos clubes.

A busca permanente do equilíbrio entre as equipes: Não havendo equipes fixas, a cada sábado as duas equipes são escaladas entre os jogadores presentes, buscando-se um equilíbrio técnico entre ambas. Assim distribuem-se os jogadores entre as duas equipes, levando-se em conta os diferentes potenciais técnicos e idade dos mesmos, renunciando-se assim, no âmbito de cada clube, a constituição de melhor equipe, formada pelos melhores jogadores.

Cultura de Enraizamento

O enraizamento é outra questão fundamental no âmbito deste trabalho, quando se objetiva analisar o lazer, de modo geral e o esporte em particular, como instrumentos construtivos de cultura.

É inegável e saltam aos olhos as dificuldades que numerosos segmentos populacionais, especialmente migrantes e trabalhadores não qualificados em termos profissionais, enfrentam para se adaptar às condições de vida determinadas pelo meio urbano das grandes cidades.

Pobreza, violência, isolamento, desinformação, preconceito, desrespeito e diversos outros fatores associados, são em geral, as causas de um processo de desenraizamento, que gradativamente vão minando e tornando sem sentido os conhecimentos, crenças e tradições daquelas pessoas, levando-as a uma situação de perplexidade, de perda de identidade cultural e de uma situação incômoda de se sentirem estrangeiras em seu próprio país...

Para Simone Weil, citada por BOSI, Eclea:

*O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e um dos mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.*⁶²

Este conceito nos leva a refletir sobre a importância das relações sociais para as pessoas em geral, que necessitam serem mutuamente consideradas e terem reconhecido seu valor como ser, bem como possuem canais de expressão de sua individualidade no processo coletivo de construção da cultura, da cidadania e da sociedade que almejam.

No entanto, o cotidiano de tais pessoas é diametralmente oposto, beirando o rompimento do tecido social, a começar pelas ocupações profissionais que lhe são impostas, ou ainda pior quando o emprego é perdido neste alucinante ritmo de desemprego dos tempos modernos.

BOSI, Eclea chama a atenção para este fato, destacando que uma das maiores situações de desenraizamento está na separação entre a formação pessoal, biográfica e a natureza da tarefa, ou por outras palavras, entre a vida e o trabalho:

*O desenraizamento por excelência é a ignorância do trabalhador em relação ao destino das coisas que fabrica. Qual seu valor e utilidade sociais? A que necessidades humanas ele atende? O que os outros homens devem agradecer-lhe? Aqui o desenraizamento é um efeito da alienação; é uma situação limite do dominado na estrutura capitalista.*⁶³

De outro lado, a autora enfatiza que o desenraizamento é a mais perigosa doença que atinge a cultura, enquanto a fragmentação é a essência da escravidão. Alerta também a autora que o enraizamento é um direito humano esquecido, porém, não se alimenta de imagens de um passado idealizado, nem de um futuro utópico, e a oposição entre o passado e o futuro é absurda. Neste sentido, BOSI, Eclea propõe: "Só laços comunitários nascidos a despeito destas relações, só uma práxis de solidariedade entre os espoliados poderia criar novos valores ... É o passado concentrado no presente que cria a natureza humana".⁶⁴

Diante de tais afirmações, como poderíamos analisar a prática esportiva: enraizadora ou desenraizadora?

A resposta a essa questão não é simples, porque envolve aspectos ambíguos e contraditórios, como quase tudo que diz respeito à atualidade esportiva.

Detenhamo-nos, por exemplo, em um estádio lotado por grandes torcidas, incentivando suas equipes, uniformizadas com suas cores, irmanadas pelo mesmo objetivo de vencer seu adversário, entoando cânticos, refrões, vaias e

⁶² BOSI, Ecléa. *Cultura e Desenraizamento*. In: BOSI, Alfredo (org). *Cultura Brasileira – Temas e Situações*. São Paulo. Ática. 1987. P.16.

⁶³ Idem. *Ibidem*. p. 22

⁶⁴ Idem, *Ibidem*. p. 24

outras manifestações coletivas. Em tais situações convivem na mesma arquibancada indivíduos de diferentes ocupações, diferentes níveis salariais, diferentes níveis educacionais e sócio-econômicos, enfim, diferentes classes sociais. Seria esse apego ao seu time, que neste ambiente oculta as diferenças pessoais e sociais, ao mesmo tempo em que homogeneiza manifestações de alegrias e tristezas, um fator de enraizamento?

A admiração, o respeito e o culto aos ídolos do esporte, que convergem sentimentos e atenções de milhares e por vezes milhões de pessoas, também não poderia também representar um fator enraizador?

E o que dizer de ocasiões especiais como a Copa do Mundo de Futebol, que de quatro em quatro anos polariza toda a nação, que se veste de verde-amarelo, em uníssono torcendo pela seleção, demonstrando assim uma coesão em torno do esporte e quem sabe uma suposta manifestação coletiva de civismo. Não seria isto, notoriamente, um fator de enraizamento?

O caráter fugaz, circunstancial e por vezes artificial de tais situações incumbem-se, de pronto, em proporcionar os argumentos necessários para uma resposta negativa às questões acima levantadas. Nessa ocasiões, embora os sentimentos das pessoas envolvidas sejam autênticos e verdadeiros, a mídia e a imprensa em geral procuram manipular essas sensações, no sentido de amplificá-las no tempo e no espaço. O que se observa, via de regra, é o objetivo não manifesto, de se instrumentalizar o comportamento coletivo para os interesses de poderosos agentes, que se valem de signos e valores populares, para obter lucros e outras vantagens, ou ainda para exercer funções de controle social, visando obter comportamentos previamente desejados, procurando reverter em seu benefício próprio esses estados massivos de arrebatamento.

Ademais, em tais circunstâncias, freqüentemente exacerba-se o antagonismo, o fanatismo, o comportamento gregário e o chauvinismo, que provocam invariavelmente atitudes hostis e violentas, o que por si só é altamente desenraizador.

Mas, o que dizer das formas diferenciadas de práticas esportivas dentre as quais figura o futebol de praia santista, cuja própria existência se dá unicamente pelo prazer em jogar, em movimentar o corpo, associado ao prazer proporcionado pelo encontro e por intensos momentos de convivência grupal.

Novamente valemo-nos dos ensinamentos de BOSI, Eclea para relacionar a prática esportiva ao enraizamento:

A visitação é um enraizamento. O cansaço, as horas extras de labuta sugam o alento, fragmentam o mundo, separam os amigos. Mas, em algumas datas as visitas retornam, os amigos se encontram, os fragmentos se religam.

*A especulação urbana criou rupturas e abismos entre os que querem se ver, mas os pontos distanciados se aproximam, e o mapa afetivo de cidade se reconstitui, então.*⁶⁵

Os diversos depoimentos obtidos junto àqueles que se dedicam ao futebol de praia santista revelam esse caráter aglutinador que o esporte pode proporcionar, encurtando ou eliminando as distâncias físicas e sociais.

Em diversas oportunidades de seu depoimento, PARADA revela algumas situações existentes no futebol de praia que apontam para atitudes de enraizamento:

Eu acho que o clube tem importância diferente para cada pessoa. Por exemplo, nós temos associado lá que não tem mais condição de jogar e o Clube da Ponta é um lugar que acata, que aconchega, que chama, que trata bem. O pessoal chega, se cumprimenta, se abraça.

Em relação à várzea tem muita diferença. Porque lá você joga com pessoas que você nem sabe o nome. Você chama o cara de "zagueiro", "centroavante", "goleiro", você não chama pelo nome. Quando você divide uma bola, por você não conhecer a pessoa, você divide pra valer, o jogo vale campeonato, vale pontos...

Na praia não, normalmente você entra com mais cuidado, tira o pé de jogada, não "rasga" mesmo pra valer.

Este depoimento revela, assim, situações de enraizamento, seja porque todos têm a garantia do direito de participação igualitária no jogo, como também a possibilidade, através do jogo e dos momentos que o antecedem e o procedem, de construir relações de intensa e agradável convivência, que por sua vez ensejam maior identidade entre o indivíduo, o seu meio próximo e a cidade.

Cultura de Sociabilidade

Os depoimentos relatados no capítulo anterior por diversas vezes enfatizam que tão importante quanto o ato de jogar, é a convivência fraterna que ele proporciona, através de conversas sobre os mais variados assuntos, predominando sensações de liberdade, descompromisso e prazer.

DAMINELLI posiciona-se a esse respeito de seguinte forma:

*O interesse pela arte ou pelo esporte traz consigo o interesse por relações sociais frente-a-frente, assim pois resulta difícil a separação entre o interesse pelos conteúdos culturais de uma atividade, e o interesse pela sociabilidade pura e simples, obtida desses conteúdos.*⁶⁶

⁶⁵ BOSI, Ecléa. Op. Cit. p. 38

⁶⁶ DAMINELLI, Mário. *Participação e Ócio Associativo*. Centro de Estudos do Lazer. SESC. São Paulo. 1982. P.21.

De acordo com ELLIAS e DUNNING, são três os elementos básicos constitutivos do lazer, denominados "los elementos del ocio: sociabilidad, motilidad e imagionación":

*La sociabilidad como elemento básico del ocio desempeña un papel em la mayoría de las actividades recreativas, si es que no em todas ellas. Em otras palabras: un elemento del goce es la estimulación agradable que se experimenta al estar em compañía de otros sin compromiso alguno, sin ninguma obligación para com ellos salvo las que uno está dispuesto a aceptar.*⁶⁷

De fato, a satisfação pessoal gerada pelo lazer é a somatória da atividade propriamente dita, acrescida da presença de outras pessoas igualmente sensíveis a ela, que assim comungam de suas respectivas práticas, estabelecendo uma convivência personalizada que amplia o prazer proporcionado pela atividade escolhida.

Verifica-se, portanto, em determinadas situações de lazer, a necessidade de uma interação entre as pessoas participantes, antes, durante e após as atividades, a ponto de uma vez não concretizadas essas relações, haver a possibilidade de comprometimento da qualidade dessas atividades.

ELIAS e DUNNING uma vez mais acentuam a importância desse tipo de sociabilidade presente nas atividades de lazer.

*... la gente se reúne sin poseer nessariamente determinadas habilidades especiales, sin actuar para los otros ni para si mismos (aun cuando esto puede ocurrir alguna vez); simple y llanamente para disfrutar de la mutua compañía, es decir, para gozar de la calidez emocional, la integracion social y la estimulación emocional que produce la presencia de otros -una estimulación en juego, sin serios compromissos y sin los riesgos cansustanciales a ellos - em un nivel superior a los que son posibles em cualquier otra esfera de la vida.*⁶⁸

Os depoimentos dos participantes do futebol de praia santista revelam também as diversas festas promovidas ao longo do ano, justificadas pelos mais diferentes motivos, que as vezes são meros pretextos para viabilizar a realização dessas festas (aniversariantes do mês, data de fundação do clube, comemorações de acontecimentos, etc...) que normalmente se realizam após os jogos e se estendem pela noite, reunindo os sócios, familiares e convidados em animados churrascos e outros tipos de iguarias, sempre regadas a uma cerveja gelada.

Os mesmos autores ressaltam que a sociabilidade do lazer é ainda mais potencializada pelo hábito de festejar e beber em grupo, naturalmente dentro dos limites do bom senso.

⁶⁷ ELLIAS, N e DUNNING, E. *Deporte y Ocio em el processo de la Civilización*. Madrid. Fondo de Cultura Económica. P. 151.

⁶⁸ Idem, *ibidem*. 152

*Es mucho más probable que la gente beba álcool em companhia porque al deprimir-se los centros inibidores del cerebro se facilita la estimulación amistosa y recíproca en nivel relativamente alto de emotividad, lo cual constituye la esencia de la sociabilidad recreativa.*⁶⁹

Importantes desdobramentos de natureza sócio-cultural verificam-se no âmbito dos clubes de praia, advindos do intenso processo de sociabilidade e convivência grupal ensejado pela prática esportiva. Tais desdobramentos dão-se tanto em nível do que ocorre nessas próprias atividades, quanto em outras situações que se estabelecem em outras esferas de tempo e espaço, que extrapolam o ambiente da praia.

De acordo com NETO, “divergências e discussões surgem dentro do campo. Após o jogo, nesses momentos de confraternização os problemas ocorridos no campo são superados”.

Esse fato é bastante significativo, pois em outras manifestações do futebol amador ou profissional, eventuais encontros após o jogo muitas vezes acabam por acirrar ainda mais divergências e antagonismos ocorridos durante as disputas.

HUGO ressalta a importância da sociabilidade como um dos principais fatores que podem explicar a permanência das atividades dos clubes de praia por mais de trinta anos.

O segredo, veja bem, é o pós-bola. Na verdade, o jogo para alguns não dá mais. Hoje temos a barraca, surgem brincadeiras, bate-papos, fazemos um churrasco, um brinca com o outro. Você se sente bem, não tem briga, não tem confusão...

Eu acho que esse pessoal se conscientizou mais que esse tipo de reunião é alguma coisa necessária para você não ter um stress, um infarto.

PÉRSIO destaca as oportunidades de devaneio proporcionadas pelas atividades que ocorrem antes e principalmente após os jogos, “quando se conversa sobre tudo, casos de amor inclusive, ou quando se aprecia o espetáculo do pôr-do-sol na praia”.

GALACHO ressalta o caráter aglutinador desses momentos, que propiciam para alguns outras possibilidades de lazer: “É sempre aquela chacinha. Após os jogos uns começam a formar grupos para ir a um bailinho ou outro programa”.

PARADA lembra que o futebol de praia acabou tendo influência para a sua vida profissional:

Alguns têm uma certa afinidade. Eu, por exemplo, firmei uma sociedade comercial com um sócio do Clube da Ponta. Eu já o conhecia há algum tempo, mas estávamos distanciados. Voltamos a conviver no clube e depois de algum tempo nos tornamos sócios de uma loja de autopeças. Já faz dois anos.

⁶⁹ ELLIAS, N e DUNNING, E. Op. Cit. p. 153 – 154.

CARVALHAL lembra as festas de final de ano realizadas na barraca de praia do Democrático que começaram a ocorrer de alguns anos para cá: "Na passagem do ano muitos sócios e familiares reúnem-se pra comemorar o ano novo. Cada família contribui com um prato e a bebida é rachada por todos".

Atitudes concretas de solidariedade, em favor de sócios que se encontram em eventuais dificuldades financeiras ou problemas de saúde, são práticas não raras adotadas nos clubes.

ISAÍAS dá o seu depoimento a respeito:

Houve ocasiões em que nós ajudamos a uns amigos a resolver problemas financeiros, nós fizemos uma "vaquinha". Aconteceu também de um sócio falecer e o grupo ajudar a esposa dele a resolver alguns problemas.

GALACHO lembra que várias vezes ocorreram ações em favor de sócios desempregados: "Empregos foram arrumados através do encontro de pessoas do grupo".

De acordo com PARADA, "não há alguma coisa escrita, predeterminada, mas quando aconteceu o Clube da Ponta reagiu de forma voluntária, entendeu? É coisa espontânea, fomos ver a fundo, levantamos e demos uma força".

Cultura de Praticantes

A análise do esporte como fenômeno cultural emergente no século XX, demonstrou que ao longo desses cem anos, como fruto e desdobramento de tecnologias postas a serviço do esporte, ao lado de um processo crescente de dedicação exclusiva e profissionalização dos atletas, verificou-se notável ampliação de marcas, recordes e performances.

Desse modo, o grupo de atletas que atua nos esportes de alto rendimento é cada vez mais seletivo, seletividade essa que parte já de início do biotipo do indivíduo, definindo por antecipação quem pode ou não candidatar-se a essa condição de atleta e para qual modalidade esportiva esse biotipo é adequado.

Tal seletividade se dá desde as categorias menores, praticamente impedindo que os indivíduos "normais" participem desse processo, restrito portanto aos indivíduos "excepcionais", enquadrados em critérios previamente estabelecidos, que serão então submetidos a longos, extenuantes e custosos treinamentos, que enfim determinarão aqueles que integrarão o reino maior dos esportes.

Simultaneamente a essa busca sistemática e permanente de melhores performances, como vimos, expande-se a indústria esportiva do espetáculo, gerada por grandes investimentos e pela ação de mídia, que transforma o esporte em mais uma mercadoria a ser avidamente consumida, seja através dos espetáculos, seja através de produtos e serviços diversos que lhe são associados.

De acordo com DOWBOR,

*O problema é quando o esporte-espetáculo substitui todas as formas naturais de praticar esportes, sem grande competência, pelo simples prazer... O mal, portanto, não está na existência do esporte comercial, ou da indústria do esporte. Está na liquidação dos espaços de vida esportiva ao alcance de cada cidadão, do que poderíamos chamar de ambiente lúdico e saudável.*⁷⁰

Assim, o esporte oficial é caracterizado cada vez mais pela seletividade dos atletas (aqueles que praticam as modalidades) e a ampliação constante dos públicos (aqueles que não praticam, mas assistem e consomem as atividades esportivas, indo aos estádios ou mais comumente vendo televisão).

Esta dissociação entre os poucos que praticam e os muitos que assistem, define, assim, a figura do chamado "atleta de poltrona", que se torna objeto de uma incrível contradição, ou seja, o indivíduo se submetendo a uma atitude que acentua em si mesma o sedentarismo pela via do esporte, à medida que se deixa seduzir inerte e imobilizado pelas imagens de movimentos que constantemente vê, sem nunca praticá-los.

Nesse sentido BOSI, Ecléa denuncia: "... o desligamento da práxis transforma as imagens num jargão empobrecedor que reflete simplesmente a consciência possível da outra classe".⁷¹

Para BOSI:

*É a produção (enquanto arte) que forma o homem culto, e não o consumo de símbolos. Em vez de vender mercadorias culturais, pensaremos em estudar e realizar obras (obra significa exatamente trabalho, enquanto processo e enquanto resultado - uma casa está em obras; terminada é uma obra)".*⁷²

Ainda em BOSI, encontramos uma afirmação importante para essa questão da dissociação entre a prática e o consumo, na medida que, nas manifestações rituais das classes pobres, há uma conaturalidade entre o evento e seus participantes. "Uma festa popular identifica-se com os festeiros e convidados: está neles, está entre eles".⁷³

Prossegue BOSI afirmando que o distanciamento começa quando o turismo ou a TV tomam conta dessas práticas: "... a festa exibida, mas não compartilhada torna-se espetáculo, Neste exato momento o capitalismo se aproximou do folclore, ocultando o seu teor original de enraizamento."⁷⁴

⁷⁰ DOWBOR, Ladislau. Op. Cit. p. 308

⁷¹ BOSI, Ecléa. Op. Cit. p. 40

⁷² BOSI, Alfredo. *Cultura como Tradição*. In BORNHEIM, Gerd (org). *Cultura Brasileira: Tradição/Contradição*. Rio de Janeiro. Zahar. 1987. p. 40

⁷³ Idem. *Plural mas não caótico*. In BOSI, A. (org) *Cultura Brasileira: Temas e Situações*. São Paulo. Ática. 1987. p. 11

⁷⁴ Idem, ibidem. p. 11

A superação da dissociação prática-não-prática, na visão de READ deve-se dar através da arte, na medida em que a arte, que antigamente era uma celebração comunal, deveria ser a qualidade ou virtude sensorial normal em tudo o que fazemos e não somente como atividade restrita a uns poucos ou apenas a determinados ambientes ou situações: "... a arte, talento artístico (de cultivar flores a construir catedrais) é tudo uma questão de poesia (poesis), de captar a realidade, de captar as coisas".⁷⁵

De maneira enfática READ apresenta seu entendimento sobre esta questão:

*Temos de viver a arte se quisermos ser permeados pela arte. Devemos pintar de preferência a apreciar quadros, tocar instrumentos em vez de ir a concertos, dançar, cantar e atuar nós mesmos, engajando nossos sentidos no ritual e na disciplina das artes (e dos esportes - inclusão nossa). Então uma coisa pode começar a nos acontecer: passamos a ter influência sobre nossos corpos e nossas almas. Esta é a minha primeira questão, o entretenimento deve ser ativo, principiante, deve ser praticado.*⁷⁶

Ora, o futebol de praia santista é tipicamente uma manifestação cultural de praticantes no campo do esporte, porque, como vimos, todos os sócios dos clubes de praia são também praticantes, ou seja, jogam. Aqueles poucos que não jogam participam ativamente de outras funções importantes para aquele coletivo. Como também vimos, não há torcedores, mesmo porque não há para quem torcer, visto que os jogos não envolvem disputas entre clubes, mas tão somente equipes formadas no âmbito do cada clube.

2.5 DO ESPORTE OFICIAL PARA O ESPORTE CIDADÃO

Ao concluir este capítulo, buscando associar os depoimentos obtidos e relatados no capítulo anterior com os conceitos emitidos pelos diversos autores citados neste capítulo, propusemo-nos a caracterizar o futebol de praia desenvolvido pelos clubes de praia santistas como uma produção de cultura esportiva diferenciada daquele conjunto de fatores que compõe o que denominamos "esporte oficial".

Assim, a partir dessas referências, pode-se afirmar que o futebol de praia consolida-se, ao mesmo tempo como atividade de lazer e como manifestação de cultura esportiva, que é produzida e reproduzida num determinado ambiente, dentro de condições especiais de ocupação de espaços urbanos, que se concretiza na fruição de um tempo disponível e liberado por parte de seus participantes, que ao mesmo tempo são seus beneficiários. Dentro desse contexto de espaço e tempo específicos, a cultura do futebol de praia de

⁷⁵ READ, Herbert Op. Cit. p. 50

⁷⁶ Idem. Ibidem. p. 52

Santos, adquire identidade e personalidade próprias pela conjunção de diversos fatores que se integram na dinâmica de suas atividades.

Como pudemos observar o futebol de praia não é uma totalidade que se defronta em termos dicotômicos com o esporte oficial. Assim ressalvado o futebol de praia apresenta-se como um contraponto, um elemento de resistência cultural em relação a esse esporte oficial, dotado de valores e procedimentos que o diferenciam desse tipo de esporte, com ele convivendo em uma mesma cultura dominante, ainda que para resistir a ela.

O futebol de praia é uma prática esportiva que se exprime no campo cultural numa perspectiva ergótica de cultura (cultura que se faz pela ação e pelo trabalho), em oposição a uma visão reificada e elitista da cultura (cultura como um conjunto de bens e objetos, restrita apenas a segmentos privilegiados da sociedade).

Ao mesmo tempo o futebol de praia insere-se na cultura como memória e tradição, mas também como ruptura, nesse caso rompendo e deixando de assimilar os procedimentos rígidos, centralizados e hierárquicos ditados pelas organizações dirigentes do esporte, bem como rejeitando a condição de indutor e difusor de consumo, não permitindo a transformação dessa prática esportiva em mercadoria.

Por outro lado, o futebol de praia, enquanto atividade de lazer esportivo é uma prática predominantemente lúdica, cuja essência pode ser obtida na afirmação de HUIZINGA, citado por MAGNANE: "A necessidade do jogo, nascida na infância, é uma forma de fidelidade a esse espírito da infância, que continua sendo a fonte vivificada, e sempre renovada, de todo prazer, de todo lazer".⁷⁷

Neste sentido, a alegria e a satisfação em jogar futebol na praia e de poder conviver socialmente com o grupo de amigos prevalecem em relação a outros objetivos que se fazem presentes de forma acentuada no esporte oficial: dinheiro, fama, distinção e prestígio, culto à forma física, performance técnica, mística do resultado, etc...

Outra característica fundamental do futebol de praia e que também acentua a prevalência do lúdico é a de se constituir em uma cultura de praticantes rompendo, assim, a dissociação entre a prática esportiva e o ato de assistir a espetáculos, pois neste ambiente quase todos jogam, independente das condições físicas e técnicas, e os que estão impedidos de jogar, como já mencionado, participam de outras atividades complementares.

Assim, o jogo passa a ser uma festa partilhada, uma produção coletiva, uma obra, uma atividade democrática devidamente adaptada aos interesses e condições específicas de seus participantes. É também uma captação da realidade (poesis), sendo um entretenimento ativo e participante.

⁷⁷ MAGNANE, Georges. Op. Cit. p. 56

O elemento lúdico predomina também nas atividades sociais, antes e após os jogos, ocasiões que concretizam estados de significativa interação e sociabilidade, manifestos no ato de festejar, comer e beber juntos.

Por fim, a questão do tempo. Por ser o futebol de praia uma prática desatrelada do consumo de bens e serviços, o tempo não adquire a função de controle ou de articulação de interesses difusos. O tempo é usufruído e vivenciado livremente de acordo com os objetivos próprios daqueles que participam das atividades.

O tempo no esporte oficial é referência para tudo (treinamentos, jogos, concentração e viagens). Em determinadas modalidades é ele, o tempo, que baliza a performance, como exemplos, no atletismo e natação, tornando-se o objetivo e por vezes uma obsessão de todos, ou seja, "baixar o tempo", custe o que custar.

No futebol de praia, o tempo, ao contrário, se submete ao indivíduo, transforma-se em situação de prazer, de expressão e não de opressão. Aqueles que participam desta prática, tornam-se, assim nestes momentos, sujeitos do seu próprio tempo.

Os valores da indústria cultural e do esporte oficial não passam despercebidos, fazem-se presentes, porém somente naquilo que é conscientemente assimilável, descartando-se o que é impertinente e extemporâneo (violência, antagonismo exacerbado, fanatismo, síndromes de resultados, recordes, etc...)

Assim, para efeito de melhor visualizar e conceituar o contraponto que estabelecemos entre o esporte oficial e o futebol de praia santista, passamos de agora em diante a considerar essa prática e demais atividades semelhantes, sob a denominação de **Esporte Cidadão**.

CAPÍTULO III

O FUTEBOL DE PRAIA COMO PRÁTICA ESPORTIVA CIDADÃ

A exemplo do capítulo anterior, entendemos que, ao propor o conceito de esporte cidadão e, por desdobramento, ao buscar as relações entre esporte e cidadania, cumpre-nos ressaltar algumas dimensões conceituais sobre cidadania, a fim de melhor contextualizar essa relação.

Como já pudemos discorrer anteriormente, o **tempo** é uma dessas dimensões básicas intrinsecamente ligada ao exercício de cidadania. Cabe-nos destacar outras duas: o **espaço** e o exercício do **poder local**, como instâncias de resgate de uma cidadania que se inicia pela consolidação de laços de associativismo propiciados por uma convivência de caráter comunitário.

Por que evidenciar nesta pesquisa essas dimensões? Exatamente porque formas libertárias de fruir o tempo, conquistar seu próprio espaço e estabelecer uma forma comunitária, associativa, participativa, direta e democrática de exercício de poder são algumas das principais características do modo de ser do futebol de praia.

3.1 A CIDADANIA EM JOGO

O conceito de cidadania tem nos últimos tempos, estimulado muitos estudos, quando relacionados às questões do Direito, da Sociologia e de outras ciências humanas.

Muito pouco, porém, tem sido estudada a relação envolvendo o exercício da cidadania à prática esportiva, e bem assim, as implicações mútuas que esse conceito pode estabelecer com a utilização do tempo livre das pessoas, em atividades de lazer em geral.

KEHL, em artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo, afirma a respeito:

*Pesquisas recentes em Sociologia e Urbanismo demonstram que a criminalidade e a delinqüência tendem a diminuir nas regiões de cidade em que a população tem acesso a bens como áreas esportivas, parques, obras-de-arte e um pouco de beleza, de cidadania, de cultura.*¹

Fica evidente, portanto, a conexão entre a cidadania com determinadas práticas corporais, cujos benefícios se estendem à mente e ao espírito, proporcionados pelo esporte, pela cultura, por um ambiente agradável e pelas mais diversas atividades nas quais possam prevalecer o lúdico, a estética e a expressão livre do ser.

Embora essa evidência seja notória, tais práticas são negadas à maior parte da população de nossas cidades, como desdobramento de própria estratificação social, que define condições de vida diferenciadas.

¹ KEHL, Maria Rita. *A Depredação da USP*. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 25/05/97. p. 3

À luz destes fatos, este capítulo objetiva identificar e melhor definir as relações que podem ser apreendidas entre os conceitos de Esporte e Cidadania.

Em outros termos, objetiva-se definir em que condições o esporte, enquanto prática de lazer, livremente assumida pelo indivíduo, pode se constituir em instrumento favorecedor ao exercício da cidadania ou seja, como determinadas práticas físicas desportivas podem se transformar em situações que venham a incentivar o indivíduo a assumir uma participação consciente nos assuntos de seu interesse pessoal e de sua comunidade.

Por outro lado, busca-se também evidenciar até que ponto os valores clássicos atribuídos ao conceito de Cidadania podem estar presentes e vivenciados pela atividade esportiva, caracterizados neste trabalho pela denominação de, "Esporte Cidadão".

De início, torna-se necessário considerar o acesso às atividades de lazer em geral e às atividades físico-desportivas como um direito de cidadania, direito esse cada vez mais reivindicado e tornado consciente pelos mais variados segmentos sociais de diferentes culturas, desmistificando-se, assim, uma visão distorcida, pela qual os lazeres se constituem em privilégios de classe, ou ainda que as aspirações populares por essas atividades venham a se configurar como desvios, tendo em vista demandas sociais mais importantes numa suposta hierarquia das necessidades humanas.

Desse modo, o direito ao lazer e a luta pela conquista desse direito devem se integrar às atividades que objetivam proporcionar um desenvolvimento integral do ser humano, sob o enfoque da melhoria coletiva de qualidade de vida. É consenso que a educação, a saúde, a moradia e outras questões básicas surgem como prioridades, sem no entanto desmerecer as ações voltadas à democratização do acesso às práticas culturais nas quais se inserem as atividades físico-desportivas como forma de lazer.

Sobre essa questão, DAMINELLI assim se manifesta:

*Ainda que freqüentemente encontremos estados de miséria econômica, cultural, ignorância de todo tipo, opressão política, falta de condições mínimas de salubridade, de todos os modos não se pode ignorar a importância estratégica do lazer, seja como um fato que encerra em si uma necessidade, seja como um instrumento para outros tipos fundamentais de participação na vida social.*²

Prossegue o autor:

O lazer associativo se destaca em um quadro de soluções urbanas informais, de inversões simbólicas da escala social, da conquista de status e cidadania e inclusive da necessidade de formar um conjunto de relações sociais como estratégia para garantir a superação de obstáculos colocados pela cidade. As atividades de caráter associativo se prestam a

² DAMINELLI, Mário. *Participação e Lazer Associativo*. Centro de Estudos do Lazer. SESC. São Paulo. 1982. p. 19

*garantir a sobrevivência material (emprego, habitação, saúde, etc.) e a defender ou conquistar identidades culturais.*³

Ainda no que diz respeito ao lazer e, mais especificamente, o esporte como direito de cidadania, FEIO propõe, "...o desporto deixou de ser um privilégio de minorias, e acompanhou as reivindicações universais sobre o Direito do Homem em todos os aspectos da sua vocação cultural, nomeadamente quando se integram nos problemas de educação, da saúde e do trabalho."⁴

Nesse contexto, é importante lembrar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de março de 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, dedica dois de seus artigos (24 e 27), às questões do Lazer, Cultura e Tempo Livre.⁵

Por último torna-se importante a concepção que ZALUAR tem a respeito dessa questão:

*Impedir alguém ou uma classe de pessoas de dispor do lazer é impedir que percorra os caminhos de aquisição de cultura e sabedoria, e também do prazer em criar, do gosto pelo que é gratuito ou desinteressado.*⁶

As leis, entretanto, por mais importantes que sejam, não garantem a sua aplicação automática em favor do conjunto de sociedade. Segundo SANTOS,

*o homem, economicamente oprimido, jamais será um ser, que pelo simples fato de viver, é portador de direitos. Os direitos inalienáveis do homem (trabalho, educação, saúde, moradia e lazer) são um dever da sociedade. No entanto, esses bens, públicos por definição, em nosso caso não o são realmente. Para a maioria da população são bens públicos, mas a obter privadamente, não são um dever social, mas um bem de mercado.....Quando se confundem cidadão e consumidor, os direitos básicos aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais.*⁷

Para atender ao espírito dos artigos citados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cabe à sociedade como um todo, incluindo-se as ações do poder público, das instituições esportivas e das forças comunitárias, viabilizar um sistema de práticas sociais desenvolvidas no tempo livre, que favoreça o exercício integral de cidadania. Assim, o acesso democrático às atividades físico-desportivas deverá corresponder a uma ocupação lúdica do tempo livre, cujas práticas possam refletir o patrimônio cultural da comunidade. Isto vale dizer que o lazer esportivo não deve ser entendido como prática

³ DAMINELLI, Mário. Op. Cit. p. 21

⁴ FEIO, Noronha. *Desporto e Política: Ensaio para sua Compreensão*. Lisboa. Editora Compendium. 1982. p. 141

⁵ Art. 24. Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Art. 27. Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios...

⁶ ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao Paraíso*. Campinas. Editora Escuta/UNICAMP. 1994. p. 60.

⁷ SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo. Editora Nobel. 1987. p. 68.

compensatória, mas sobretudo como meio para a conquista de melhor qualidade de vida.

Cidadãos e Cidadãos – A Cidadania Desigual

Em países como o Brasil, verifica-se a predominância de uma cidadania desigual, refletindo a estrutura social profundamente marcada pela concentração de renda e poder.

Como acentua SANTOS, “há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são. A cidadania, como a riqueza e o desenvolvimento econômico é desigual e estratificada”.⁸

Fica evidente na afirmação de Milton Santos que a cidadania não tem o mesmo significado para todos, à medida que a pura e simples condição de cidadão não garante aos indivíduos os direitos básicos que a legislação supostamente possa prever. Tal situação é um reflexo de diferentes oportunidades educacionais, de assistência à saúde, de formação profissional e demais serviços públicos básicos que são distribuídos desigualmente aos cidadãos, de acordo com as posições que ocupam na hierarquia social.

Neste contexto, CARDOSO distingue nas paisagens urbanas o cidadão do morador. Enquanto a condição de cidadania consegue ainda preservar a dimensão comunitária, os laços estreitos da interação e o senso de pertencer, a condição de morador, pela inadaptação em absorver e assimilar padrões de conduta ditados por uma sociedade mais complexa, dá-se num contexto onde prevalece a anomia social.⁹

Ocorre em situações análogas, para largos estratos da população, o círculo vicioso descrito por BENDIX, citado por WEFFORT: “Trata-se de um sentimento de não ter posição reconhecida na comunidade cívica ou de não ter uma comunidade cívica da qual participar”.¹⁰

A limitação ao exercício de cidadania no Brasil é também fruto de uma herança histórica fundada em padrões culturais que reforçam o caráter hierárquico de sociedade ao longo do tempo.

De acordo com VELHO, “há pouco espaço cultural para a emergência da noção de cidadania associada à representação do indivíduo sujeito”.¹¹

Nesta mesma direção, DA MATTA afirma que, enquanto as sociedades que passaram pela revolução individualista instituíram um código de conduta

⁸ SANTOS, Milton. Op. Cit. p. 12.

⁹ CARDOSO, Fernando Henrique; e outros. *Cultura e Participação na Cidade de São Paulo*. São Paulo. CEBRAP. 1973. p. 19.

¹⁰ WEFFORT, Francisco C. *A Cidadania dos Trabalhadores*. In: LAMOUNIER, Bolivar et alis (org). *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo. Editora T. A. Queiroz. 1981. p. 141.

¹¹ VELHO, Gilberto. *Felicidade a Brasileira*. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo. Caderno MAIS. 03/11/1996.

homogêneo, fundado na idéia do cidadão, países como o Brasil apresentam vários códigos de comportamento, operando simultaneamente, constituindo, assim, o que denomina de “sociedades relacionais”:

É a relação que transforma no Brasil o indivíduo em pessoa, ou seja, a sua valorização não se dá propriamente pela via do legal, do institucionalizado, mas fundamentalmente pela rede de relações que consegue estabelecer entre o seu cotidiano e as variadas esferas sociais, com as quais tem de conviver e buscar a sua sobrevivência.¹²

Assim, de acordo com o autor, não é raro que a “simples” condição de cidadão seja associada a situações de constrangimento, visto que o tratamento impessoal e universal é utilizado não para resolver, mas para dificultar a resolução de um problema.

Em casa somos todos “supercidadãos”, enquanto na rua somos “subcidadãos”, ou seja, não passamos de indivíduos anônimos e desgarrados sujeitos quase sempre a arbitrariedades e maus tratos das autoridades.¹³

Outro aspecto a ser considerado nesta rápida análise sobre o exercício desigual da cidadania em países como o Brasil, diz respeito aos canais institucionais que tradicionalmente são utilizadas por uma parcela de população representada por determinados segmentos de trabalhadores que possuem um nível mais elevados de articulação e de capacidade organizativa em relação aos contingentes de excluídos ou de baixa capacitação profissional.

Estamo-nos referindo aos sindicatos e a alguns partidos políticos que historicamente vêm assumindo a defesa dos interesses populares, garantindo em algumas situações, pelo menos, alguns dos direitos de cidadania das classe trabalhadoras.

Entretanto, essas instituições, por força de diversos fatores, entre eles o corporativismo, o autoritarismo e o atrelamento ao Estado e demais instâncias hegemônicas da sociedade, vêm gradativamente abrindo mão de seu papel histórico, criando assim determinadas “castas profissionais”, que acabam por redundar em novas formas de desigualdade social e de cidadania.

Portanto, como acentua WEFFORT, estabelece-se uma “cidadania ao contrário”, que reforça e legitima a desigualdade, ou ainda, de acordo com Alan Touraine, citado pelo autor, verifica-se uma contradição básica: a democratização pela via autoritária.¹⁴

¹² DA MATTA, Roberto. *A Casa e a Rua*. 4ª ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan. 1991. p. 97 a 99.

¹³ Idem. *Ibidem* p. 100.

¹⁴ WEFFORT, Francisco C. *Op. Cit.* p. 145.

3.2 ESPAÇOS PARA A CIDADANIA

A vida cotidiana nas grandes cidades é marcada por uma série de desencontros, conflitos e contradições, envolvendo o indivíduo e o meio social. Na visão de MARCUSE, citado por SANTOS, “a dominação se torna cada vez menos autônoma, menos pessoal, mais objetiva e mais universal. Nesse contexto, o indivíduo reproduz em seu nível mais profundo, valores e padrões de comportamento que servem para manter a dominação”.¹⁵

Prossegue SANTOS em sua análise, afirmando que a comunicação entre as pessoas é freqüentemente intermediada por coisas, como consequência da divisão do trabalho que impede uma visão de mundo mais ampliada: “A força da alienação vem da fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separam e não o que os unem”.¹⁶

A cidade se apresenta, para muitos, segundo o autor, como um verdadeiro enigma, composto por um amontoado de signos aparentemente descontraídos, muito mais para limitar do que para facilitar a ação dos indivíduos, tornando-os impotentes diante de multiplicidade das coisas que os cercam e que podem dispor.¹⁷

A ausência de uma consciência cívica e cidadã que pudesse conduzir a sociedade para uma visão em que o indivíduo fosse o sujeito da própria dinâmica social, produz e reproduz entendimentos equivocados das esferas públicas e privadas, disseminando valores distorcidos que simultaneamente produzem privilégios para poucos e opressão para muitos.

HOLANDA, já há algum tempo, alertava para a grande dificuldade da sociedade brasileira em distinguir o público do privado, apresentando-se a gestão pública como assunto de interesse particular.¹⁸

Desse modo, institucionalizam-se, ao longo do tempo, práticas ditadas pelo corporativismo, pelo nepotismo e outras maneiras de favorecimento pessoal, num processo permanente de apropriação privada daquilo que é público.

GIANOTTI acentua também algumas contradições entre as esferas públicas e privadas no que diz respeito à concepção do senso comum a esse respeito, afirmando que o caráter social alienado é decorrente da reificação das relações sociais. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato do Estado propiciar o desenvolvimento do capitalismo e esse reformular as funções e a estrutura daquele, segundo seus próprios interesses. Assim, segundo o autor, o interesse público é posto a serviço das classes dominantes e o indivíduo consumidor tende a consumir privadamente o público, na medida que possuir

¹⁵ SANTOS, Milton. Op. Cit. p. 16.

¹⁶ Idem. Ibidem. p. 17.

¹⁷ Idem. Ibidem. p. 15.

¹⁸ HOLANDA, Sérgio B. *O Homem Cordial*. In: _____ Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1995. p. 145.

bens se converte em atitude de mobilidade social, buscando-se os recursos públicos para atender a essa finalidade.¹⁹

Adentrando à análise das relações entre Espaço e Cidadania, em primeiro lugar, temos que considerar, segundo SANTOS que o espaço deixado ao quase exclusivo jogo do mercado consagra desigualdades e injustiças, distribuindo desigualmente agências de serviços básicos que desconsideram a existência de grandes densidades, provocando assim o empobrecimento do espaço não somente no plano material, quanto no social, político e cultural. De outro lado, como conseqüência dessa ordem perversa nasce a mercantilização do lazer, materializada na venda e no consumo de determinados espaços associados à qualidade de vida (o ar puro das montanhas, as praias, regiões preservadas, etc.).²⁰

Prosseguindo em sua análise, o autor afirma que, nas condições acima mencionadas, estabelece-se nítida relação entre espaço e alienação: "Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação".²¹

Tal relação, no entanto, pode ser modificada na medida que o homem, por sua sensibilidade, consegue aprender o que nunca lhe foi ensinado, substituindo gradativamente a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário (o entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual). Do mesmo modo, HUSSELL, citado pelo autor, afirma que "o fundamento permanente do trabalho subjetivo de pensar é o entorno vital".²²

Essa visão que ressalta a importância do "entorno", remete-nos ao conceito de "pedaço", formulado por MAGNANI, que o define como o local onde se dá a teia de relações sociais que abriga uma série de serviços básicos, predominando relações de parentesco, vizinhança e procedência. O "pedaço" não possui uma delimitação geográfica precisa, constituindo-se em local de moradia e espaço intermediário entre o público e o privado. "É no pedaço que se desenvolve a vida associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a devoção, onde se tece enfim a trama do cotidiano".²³

Portanto, ainda baseado em SANTOS, pode ser evidenciada a relação entre Território e Cultura, na medida em que o território pode ser mais do que o local onde trabalhamos, circulamos e moramos, mas também um dado simbólico, onde a linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos e ajuda a criar esse amálgama Território/Cultura. Esse amálgama não provém do simples fato de se viver num determinado lugar, mas da comunhão que com ele mantemos.²⁴

¹⁹ GIANOTTI, José Arthur. *As Distinções entre os estados do Indivíduo e da Soicedade*. Ensaio publicado pelo jornal Folha de São Paulo. 21/04/1995.

²⁰ SANTOS, Milton. Op. Cit. p. 48.

²¹ Idem. Ibidem. p. 61.

²² Idem. Ibidem. p. 68.

²³ MAGANANI. *Festa no Pedaço*. Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo. Brasiliense. 1984. p. 140.

²⁴ SANTOS, Milton. Op. Cit. p. 62.

Tendo em vista que a distância geográfica é duplicada pela distância política, não podemos esquecer que largos segmentos da população são prisioneiros do espaço, cuja rede de serviços, seja pelas dificuldades de locomoção do indivíduo, pelos preços que lhe são impostos e pelas carências generalizadas que a ele se sobrepõem, acabam por determinar a existência de cidadãos diminuídos, incompletos.

Desse modo, SANTOS, enfatiza a necessidade de transformar esse círculo vicioso em círculo virtuoso, através de uma repartição espacial não mercantil de bens e serviços, baseada exclusivamente no interesse público “O território pela sua organização e instrumentação deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário. O cidadão é o indivíduo num lugar”.²⁵

Ainda no que diz respeito às questões relativas ao espaço e sua vinculação à cidadania, torna-se importante registrar a confusão generalizada que o senso comum produz entre os espaços públicos e os espaços de propriedade do governo.

Segundo BRANDÃO, os povos que chegaram socialmente a um momento mais elaborado de cidadania desdobram três categorias de espaços, onde nós do terceiro mundo, desdobramos apenas duas. Assim, em países desenvolvidos, além do domínio privado, distingue-se o domínio daquilo que é público de um outro, daquilo que é domínio do governo:

*No Brasil, de uma maneira muito evidente, as atitudes das pessoas frente aos espaços públicos como posses do governo são algo que existe internalizado em todos nós. A percepção comum entre nós é assim: aquilo que é público não é meu e mesmo que também não seja efetivamente do Estado, é uma questão dele.*²⁶

Em grande parte, tal concepção explica o descaso com a coisa pública e o grande volume de atos de vandalismo e destruição de equipamentos públicos pela população, sem nenhuma causa aparente. De acordo com DA MATTA, “há uma espécie de selvageria coletiva, com o descompromisso absoluto, no caso brasileiro, com tudo que é extramuro, extraprivado.”²⁷

Outro aspecto muito significativo na compreensão do binômio espaço e cidadania, apontado por BRANDÃO, diz respeito às novas formas de relações sociais entre os indivíduos, mediatizadas pelas inovações tecnológicas.

Eu não me relaciono mais com as coisas do mundo, com as cachoeiras, com belezas reais do real, com os pores-do-sol, com aqueles espaços concedidos sobretudo pela natureza, assim como também não me relaciono mais com as pessoas. Mas, através de invenção tecnológica posso tê-las, às pessoas e à natureza, repetidamente quantas vezes

²⁵ SANTOS, Milton. Op. Cit. p. 117.

²⁶ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Espaços Públicos de Lazer e Cidadania*. Revista Paixão de Aprender. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. N° 6. Março/1994. p. 29.

²⁷ DA MATTA, Roberto. Op. Cit. p. 97 a 100

quiser, e nunca de uma forma pessoal e experimental, mas, sim, dentro de uma relação de posse. ²⁸

Tanto no que diz respeito à relação do homem moderno com a natureza e com os outros homens, o autor chama a atenção para um fato de grande significação: “Em ambos os casos há, também um evidente deslocamento do real, isto é, de experiência concreta para a imagem. De repente, o próprio real só pode ser acreditável se transformado numa imagem”. ²⁹

Neste sentido, conclui o autor que “quanto mais poderes de mediação houver entre eu e o outro, ou entre eu e o espaço de encontro com os outros, tanto mais posso, a meu bel-prazer, produzir formas de seletividade”. ³⁰

Como reverter esse quadro, é um dos grandes desafios da modernidade, não no sentido de negar ou anular o avanço tecnológico, o que seria uma atitude reacionária, mas no sentido de resgatar a importância do encontro, ou como salienta BROTTTO, “promover o encontro ao invés do confronto”. ³¹

Dentre outras possibilidades, BRANDÃO aponta para políticas de esporte, cultura e lazer que sejam a representação de reconquista cidadã do direito à afirmação generosa de gratuidade : “gratuidade para com os elementos da natureza; da ociosidade sadia”. ³²

Nessa perspectiva, propões o autor:

Acredito que um trabalho realizado através do lazer tem que impor ao público, ao Estado, ao poder, não só os espaços destinados ao esporte, como também aqueles espaços de experiência de convivência solidária para que as pessoas saiam de casa, de frente da televisão e participem também da vida nesses lugares de comunidade. Locais de experiência comunitária da cidadania. Da negação enfática do egoísmo do individualismo. Lugares de retomada solidária do “público”, como “comunitário”. ³³

3.3 PODER LOCAL: AÇÃO CIDADÃ NA COMUNIDADE

O acesso à cidadania passa necessariamente pela edificação do poder local a ser vivenciado e exercido em esferas geográfico-políticas concêntricas, através das quais o cidadão vai se apropriando e co-exercendo esse poder de forma coletiva e organizada junto com os outros cidadãos que lhe são próximos,

²⁸ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Op. Cit. p. 28.

²⁹ Idem. Ibidem

³⁰ Idem. Ibidem

³¹ BROTTTO, Fábio O. *Jogos Cooperativos*. São Paulo. CEPEUSP. 1995.

³² BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Op. Cit. p. 29.

³³ Idem. Ibidem.

inseridos em agrupamentos informais e em instituições que se fazem presentes no âmbito de sua comunidade.

Assim, de acordo com DIMENSTEIN, condição essencial de cidadania é o indivíduo sentir-se, de fato, dono não apenas de sua casa, mas também de sua rua, bairro, cidade, Estado e país, tomando iniciativas e não dependendo tanto do governo, apostando na transmissão do conhecimento como alavanca vital de desenvolvimento e democracia.³⁴

Os tempos modernos portanto, requerem uma consciência de cidadania de larga amplitude que vai da condição de cidadão local a cidadão do mundo, ultrapassando em muito a concepção tradicional que restringe o conceito de cidadania apenas à questão de nacionalidade.

A atualidade sócio-política, econômica e cultural profundamente marcada e influenciada pelo fenômeno da globalização, estabelece, segundo DOWBOR uma nova hierarquia dos espaços, que entre outros desdobramentos, reforça o papel das cidades e possibilita uma gradual reconstituição dos espaços comunitários, desarticulados por um século e meio de capitalismo.³⁵

O autor ressalta que este processo de transformação e rearticulação de espaços abre novas dimensões para a inserção do indivíduo no processo de reprodução social, permitindo talvez a reconstituição de seres humanos completos pela integração homo-economicus, homo-ludens e homo-culturales, hoje fragmentados numa economia que se unificou, na mesma medida em que desarticulou a sociedade.³⁶

A respeito da atual conjuntura mundial, que a essa desarticulação de sociedade adiciona alta dose de perplexidade diante da ruptura dos atuais paradigmas e da dificuldade em se visualizar alternativas que dêem resposta às aspirações comuns do gênero humano, DANTON assim se posiciona: “A cultura do consumo e o culto do individualismo áspero obstruíram o desenvolvimento de projetos estatais voltados à promoção de um mínimo de felicidade para toda a população”.³⁷

A emergência do poder local pode ser uma dessas alternativas, sendo que ao se falar em “local”, segundo FISCHER, alude-se ao conjunto de rede sociais que se articulam e superpõem com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores em um espaço cujo contorno é definido pela configuração deste conjunto.³⁸

A emergência do poder local num mundo globalizado pode à primeira vista representar um enorme contrasenso à medida que o que caracteriza a

³⁴ DIMENSTEIN, Gilberto. *Virei Aluno de Meus Filhos*. Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo. 31/08/1997.

³⁵ DOWBOR, Ladislau. *Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços*. Revista Pesquisa e Debate. PUC-SP. Vol. 7. N° 1. Agosto/1996. p. 1.

³⁶ Idem. *Ibidem*. p.1

³⁷ DANTON, Robert. *A Procura da Felicidade*. Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo. Caderno MAIS. 03/11/1997.

³⁸ FISCHER, Tania. *Poder Local, Governo e Cidadania*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1993. p. 11.

globalização, dentre outros elementos, é a unificação de mercados, a internacionalização de produção e do consumo e a integração econômica e tecnológica fundada no desenvolvimento de informática e dos processo de comunicação. Tais elementos, em seu conjunto, abrem enormes perspectivas para uma indústria cultural que atinge cada vez mais e com maior velocidade os indivíduos de todas as partes do mundo, inserindo-os, quase sempre à revelia, na assim denominada cultura global.

Essa cultura global, simultaneamente pode assumir papéis contraditórios, ora como semente de uma consciência planetária, ora como fator de homogeneização, pasteurização e banalização de culturas nacionais e regionais, invadindo-as por meio de um processo massificante que reproduz um imperialismo cultural, subjugando a identidade dessas culturas e impondo-lhes uma totalidade uniformizada. De outro lado, porém, a globalização ao tornar o mundo menor acaba por descobrir também o específico, o diferente, aquilo que personaliza minorias étnicas regionais, abrindo ou ampliando inclusive mercados para a difusão de suas produções culturais.³⁹

As perspectivas políticas que se abrem pelo exercício do poder local tendem a modificar estruturalmente as relações entre a Sociedade e o Estado. Desse modo, o essencial, segundo DOWBOR, é a sociedade civil assumir diretamente a resolução de alguns de seus problemas, sem esperar que o faça o Estado, ou a mão invisível do setor empresarial.⁴⁰

De acordo com OSBORNE e GAEBLER, as instituições públicas de governo modernos são aquelas que conferem poder aos cidadãos em lugar de apenas e simplesmente servi-los. Assim, para serem inovadoras e empreendedoras essas instituições devem transferir o controle de suas atividades, da burocracia para a comunidade. Os autores enfatizam também que não é possível deter-se apenas no fornecimento de serviços ao público, mas também na catálise de todos os setores – público, privado e voluntário – para uma visão conjunta dirigida à resolução dos problemas de comunidade. O papel do governo, nessa concepção é o de navegar e não o de remar.⁴¹

O aperfeiçoamento da democracia nas sociedades modernas exige que os cidadãos, de forma consciente e organizada, venham a ocupar espaços múltiplos numa dimensão comunitária, compartilhando assim o exercício do poder e interferindo diretamente junto às instâncias formais decisórias sobre todos os temas que lhes sejam relevantes. DIMENSTEIN, nesse sentido afirma: "Em Nova York o crime caiu porque, em essência, aumentou a taxa de cidadania".⁴²

³⁹ Estas e outras considerações sobre Globalização, em termos econômicos e culturais são desenvolvidas pelo jornal Folha de São Paulo. Caderno Especial sobre Globalização. Edição de 02/11/97.

⁴⁰ DOWBOR, Ladislau. *A Reprodução Social*. Petrópolis. Editora Vozes. 1998. p. 426.

⁴¹ OSBORNE; e GAEBLER. *Reinventando o Governo. Como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. 5ª ed. Tradução de Sérgio Fernando G. Bath e Ewandro Magalhães Junior. Brasília. Editora M. H. Comunicação. 1995. Cap. I. p. 26 a 50.

⁴² DIMENSTEIN, Gilberto. *Por que Nova York é um Sucesso*. Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo. 26/10/1997

PIOVESAN também ressalta a importância dessa organização (coletiva e comunitária) para a conquista de níveis mais elevados de cidadania:

*Os direitos de reunião e associação despertam e estimulam o exercício da cidadania, que viabiliza o direito de ter direitos. Reunidas e associadas, as pessoas passam a compartilhar, com maior intensidade, da busca de proteção de direitos... Esses movimentos formam sujeitos coletivos, que somam as diferentes vozes, potencialidades e ações de inúmeras pessoas. Por isso emergem com mais força, fôlego e vida, transcendendo a fragilidade de indivíduos isolados.*⁴³

Verifica-se nessa visão política, segundo DOWBOR, a valorização da cidadania através da efetivação do poder local, onde os problemas mais específicos terão de ser transferidos para espaços de decisão mais próximos do cidadão, ou seja, as condições de vida e a organização do cotidiano passam a ser geridas pelos próprios cidadãos. Tais atitudes inserem-se num processo de humanização ou re-humanização do desenvolvimento que passa necessariamente pela reconstrução dos espaços comunitários, visto que o processo de reconhecimento do outro não se dá no anonimato. E o anonimato se ultrapassa no circuito de conhecidos, na comunidade.⁴⁴

Pode-se concluir, pelos conceitos emitidos por DOWBOR, pela existência de uma forte correlação entre cidadania e poder local, na medida em que o poder local, de caráter democrático, não pode existir sem a manifestação consciente da cidadania e esta, por sua vez, viabiliza-se ou recupera-se nas instâncias do espaço local, do espaço comunitário.

Vislumbrando o poder local, não se pode negligenciar, nesta rápida análise sobre o surgimento do chamado Terceiro Setor ou Terceiro Eixo, constituído pelo conjunto de instituições não lucrativas, ONG's e associações comunitárias, nas quais prevalece o trabalho voluntário, sem prescindir, no entanto, simultaneamente da atuação de profissionais.

Tais organizações, sob controle e propriedade privada ou comunitária existem para atender a necessidades públicas ou sociais, tornando-se mecanismo preferencial da sociedade, segundo OSBORNE e GAEBLER, para favorecer bens coletivos.⁴⁵

Esses autores afirmam que o Terceiro Setor nos Estados Unidos, em 1982, já representava 8% da força de trabalho americana e 14% do setor de serviços, constituindo parcela importante do PIB daquele país, o que faz antever para o atual momento números ainda mais significativos.

O crescimento do 3º Setor, ressalta DOWBOR, em parte pode ser explicado pelo fato de que nem o sistema de empresas privadas, nem a máquina

⁴³ PIOVESAN, Flávia. *Direito à Liberdade de Reunião e Associação*. Cadernos Cidadão. SESC. São Paulo. N° 3. Maio/1998.

⁴⁴ DOWBOR, Ladislau. *Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços*. Revista Pesquisa e Debate. PUC-SP. Vol. 7. N° 1. Agosto/1996. p. 8.

⁴⁵ OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. Op. Cit. 41 e 50.

realmente existente de Estado, trazem respostas efetivas às nossas necessidades sociais:

*Com os dois sistemas crescentemente controlados pelas chamadas tecnoburocracias, gerou-se uma incapacidade de resposta às necessidades do nosso cotidiano, ao mesmo tempo em que se avolumam contradições globais de escala planetária.*⁴⁶

Sobre o Terceiro Setor, DOWBOR ressalta que em países como o Brasil, estamos acostumados a que a intervenção do cidadão sobre a transformação social se dê mediante dois eixos fundamentais: o eixo político-partidário e o eixo trabalhista. Desse modo, para o autor,

*... penetrou muito pouco ainda em nossa consciência a importância de um terceiro eixo, que surge com força, tendo como instrumento a organização comunitária e como espaço de ação, o bairro, o município, o chamado espaço local ou espaço de vida.*⁴⁷

Esse autor lembra que na Suécia, por exemplo, o cidadão comum participa em média em quatro organizações comunitárias: da administração de escola pública, da associação de bairro, de decisões de âmbito municipal e de grupos culturais. Lembra também que 72% das aplicações de todos os recursos públicos tem processos decisórios deliberados em níveis locais.

Tais situações estão muito distantes da realidade brasileira, cuja sociedade tem sido historicamente alijada do comando da nação, realidade essa muito bem sintetizada pela afirmação do jornalista FEVERWEKER: "Já dura cinco séculos o esforço de nossa classe dominante para construir um sistema político que prescindir do povo".⁴⁸

NASSIF, em artigo intitulado "Desestatização de Sociedade", afirma que há uma profunda ausência no Brasil, de iniciativas sociais que visem criar territórios na sociedade imunes à ação do Estado. Por outro lado, o jornalista destaca que em países mais civilizados, comunidades se juntam para resolver seus problemas locais, definir suas prioridades e conquistar o direito à autodeterminação. Nesse sentido o jornalista aponta também uma contradição histórica: "Num país de dimensões continentais, busca-se sempre a conquista do Estado-Federal, ao invés de conquista do poder local, como estratégia de mudanças e domínio da sociedade".⁴⁹

Ao fazer essas considerações sobre o poder local, frente às instâncias centralizadoras do poder exercido pelo Estado-Nação, que de acordo com diversos estudos e relatórios da ONU tornam-se pequenos demais para as grandes coisas e grande demais para as pequenas, não pretendemos em absoluto defender ou justificar as concepções néo-liberais de diminuição do

⁴⁶ DOWBOR, Ladislau. *A Reprodução Social*. Petrópolis. Editora Vozes. 1998. p.338.

⁴⁷ DOWBOR, Ladislau. *O que é Poder Local*. São Paulo. Brasiliense. 1994. p.24

⁴⁸ FEVERWEKER, Alan. Artigo publicado na Folha de São Paulo, citado por DOWBOR, Ladislau em *A Reprodução Social*.

⁴⁹ NASSIF, Luiz. *A Desestatização da Sociedade*. Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 29/05/1997.

tamanho do Estado. Ao contrário, o Estado, sobretudo em países do terceiro mundo necessita recuperar a sua capacidade de provedor principal do desenvolvimento numa perspectiva democrática e de melhoria coletiva de qualidade de vida, pela via de investimentos de infra-estrutura nas áreas económicas e sociais.

No entanto, condição essencial para a recuperação deste papel histórico é a capacidade e sensibilidade que o Estado haverá de ter no sentido de descentralizar o poder, fortalecer, incentivar e catalisar as iniciativas privadas e do terceiro setor, articuladas aos empreendimentos que sejam de natureza exclusiva do poder público.

Não se trata, segundo OSBORNE e GAEBLER, “de confundir o Terceiro Setor com uma visão ideológica baseada na privatização do governo – Pode-se transferir a prestação de serviços, não a responsabilidade por eles”.⁵⁰

Igualmente, não se trata de atomizar a sociedade num tipo “small is beautiful”, mas sim, de acordo com DOWBOR, de reconstrução de uma humanidade em torno das comunidades que se reconhecem internamente, mas também se integram, comunicam-se com o resto do mundo, participam de forma organizada de espaços mais amplos, uma vez que comunidades fortemente estruturadas são um lastro capaz de viabilizar as transformações de maiores amplitudes, pois não há democracia que funcione com a sociedade atomizada.⁵¹

Ainda segundo DOWBOR, é necessária a rearticulação dos espaços locais com os diversos espaços que compõem a sociedade complexa e essa rearticulação passa por uma redefinição da cidadania e em particular por uma redefinição das instituições para que os espaços participantes coincidam com as instâncias de decisões significativa: “As hierarquizações tradicionais de espaços já são insuficientes ou inadequadas. Precisamos de muito mais democracia, de uma visão horizontal e interconectada da estrutura social”.⁵²

3.4 CIDADÃO–CIDADANIA: UMA RELAÇÃO EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO

Uma vez estabelecidas algumas considerações básicas sobre aspectos que interagem com intensidade no que diz respeito a uma concepção mais aprofundada sobre Cidadania, podemos inferir que não é tarefa simplificada definir esse termo. Ao contrário, trata-se de um conceito complexo, que envolve as dimensões de tempo, espaço e poder e se relaciona diretamente a outras questões estruturais, tais como justiça social, distribuição de renda, democracia, etc.

⁵⁰ OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. Op. Cit. p.50

⁵¹ DOWBOR, Ladislau. *Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços*. Revista Pesquisa e Debate. PUC-SP. Vol. 7. N° 1. Agosto/1996. p. 8.

⁵² Idem. Ibidem. p.9

Assim, definições e conceitos tradicionais sobre cidadania evidentemente auxiliam a sua compreensão, porém não são suficientes para apreendê-la em sua totalidade e plenitude, considerando-se a dinâmica dos tempos atuais.

Em termos etimológicos, a cidadania vem sendo definida pelos dicionários como “qualidade ou nacionalidade do cidadão”, enquanto cidadão é definido como “habitante de cidade, indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado”.

Do ponto de vista jurídico-institucional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU, pode ser considerada como documento fundamental da cidadania, universalizando por assim dizer os direitos humanos.

Muitas outras definições sobre cidadania se fazem presentes. Porém, propomos neste momento, uma discussão que vá além das definições clássicas elaboradas e que se procure estabelecer desdobramentos em relação ao já escrito e difundido pelos tratados sociológicos e jurídicos e, assim, possivelmente nos leve a encontrar nuances diferenciadas do que habitualmente é considerado sobre o tema.

Num primeiro momento, entendemos que o exercício de cidadania é indissociável de um estado de solidariedade, ou seja, não é possível aceitar uma situação em que determinadas e restritas pessoas sejam super-cidadãos, totalmente amparadas pelo Estado e demais instituições, enquanto extensos segmentos populacionais se encontram totalmente excluídos da vida social, desprovidos por completo dos direitos básicos de cidadania.

SOUZA anuncia com muita propriedade:

Se a exclusão produziu a miséria, a solidariedade destruirá a produção da miséria, produzirá a cidadania plena, geral, irrestrita, democrática – Se a distância perpetua a miséria, a solidariedade interrompe o ciclo que a produz e abre possibilidades imensas para se reconstruir a humanidade.⁵³

Do mesmo modo, SANTOS ressalta que o respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, sendo que a noção de individualidade constitui um dos alicerces da cidadania. No entanto, ao propor a trajetória “do homem solitário ao homem solidário”, o autor adverte que individualidade e individualismo se opõem, são estados de ser antagônicos: “É fundamental ultrapassar a reconstrução solitária do indivíduo e transformá-la em ação social solidária”.⁵⁴

Das afirmações de Herbert de Souza e Milton Santos, pode-se concluir que a cidadania é, claramente, uma expressão da individualidade que se manifesta no plano da comunidade. A conquista da cidadania é, desse modo, um processo de construção coletivo e solidário.

⁵³ SOUZA, Herbert de. *Ética e Cidadania*. Editora Moderna. 1994. p.24

⁵⁴ SANTOS, Milton. Op. Cit. p.7 e 77.

Neste sentido, FREIRE alerta: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.⁵⁵

Esse processo coletivo de libertação deverá, segundo FREIRE, resultar de uma praxis que seja reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela é impossível a sua percepção da contradição opressor-oprimido. Essa superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, através de uma pedagogia que dê origem a uma ação profunda, para que seja possível enfrentar culturalmente a cultura da dominação. Igualmente esse processo pedagógico dar-se-á numa perspectiva coletiva e socializadora, com os homens educando-se entre si e mediatizados pelo mundo.⁵⁶

Esse processo exige portanto uma postura consciente do cidadão que o leve a assumir atitudes de participação e de engajamento nas condições históricas e objetivas presentes no seu tempo de vida. BOSI, Ecléa propõe uma vivência intensa do nosso tempo, atenta aos sinais da história: “Só a militância pode propor e propor de novo a totalidade passado – presente como um mesmo tecido de lutas e esperanças”.⁵⁷

O exercício da cidadania não pode igualmente prescindir da busca permanente de autonomia nos mais diversos setores da vida do cidadão. No entendimento de GADOTTI, trata-se da capacidade de auto determinar-se, de auto realizar-se que vai além da participação, pois a autogestão visa à transformação.⁵⁸

A cidadania manifesta-se também na atitude de assumir deveres, pois, segundo RIBEIRO, direitos sem deveres são privilégios:

*Em 1789 vence a idéia de que a sociedade é constituída por nós mesmos. Em vez de privilégios dados de cima para baixo, e de um débito impagável em relação a quem tem poder, teremos direitos constituídos na relação com os outros. O preço deles são nossos deveres para com os nosso semelhantes.*⁵⁹

Isto posto, de imediato se torna necessário distinguir duas visões antagônicas de cidadania, que COUVRE denomina “cidadania consumista” e “cidadania plena”,

A cidadania consumista restringe-se a uma proposta de atendimento às necessidades básicas e do acesso aos bens de civilização proporcionados pela tecnologia... Consequentemente é uma cidadania de bons sujeitos, de seres passivos, de conformismo com a sociedade, de preocupação com o consumo. Num segundo momento reitero o

⁵⁵ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 7ª edição. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1979.

⁵⁶ Idem, ibidem. p.40 e 44.

⁵⁷ BOSI, Ecléa. *Cultura e Desenraizamento*. In: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira – Temas e Situações*. São Paulo. Ática. 1987. p.30.

⁵⁸ GADOTTI, Moacir. *A Escola Cidadã*. 2ª edição. São Paulo. Cortez Editora. 1993.

⁵⁹ RIBEIRO, Renato Janine. *Direitos sem Deveres são Privilégios*. Cadernos Cidadão. SESC. São Paulo. nº 2. Abril/1998.

*pressuposto básico para a cidadania: o de que os sujeitos ajam e lutem por seus direitos.*⁶⁰

Nesta mesma direção, CARDOSO, propõe:

*O caminho de cidadania é bem outro. Diz respeito ao exercício autêntico e consciente de uma vasta rede de direitos e deveres de natureza civil, política e social. Recupera-se assim a noção de “pertencer”, de fazer parte dos valores de “sua” comunidade.*⁶¹

Uma cidadania plena leva o cidadão a participar ativamente da vida de sua comunidade, dos problemas do cotidiano que influenciam a sua vida e daqueles que com ele convivem. Porém, as questões de maior amplitude, de abrangência nacional e planetária também estão presentes no enfoque das ações do cidadão.

GENRO identifica quatro extensas dimensões da modernidade, a serem integradas numa nova política radical que consiga mudar a tragédia do presente com a utopia de um mundo justo, fundado na possibilidade de igualdade social: Combate à pobreza, restauração do meio ambiente, contestação do poder arbitrário e redução do papel de força e da violência na vida social. A essas quatro dimensões devem ser somadas a democratização da informação como bem público, fundamental para a composição de uma subjetividade coletiva solidária.⁶²

Ampliar os níveis da democracia participativa é igualmente um dos grandes desafios para uma ação cidadã consciente, à medida que, segundo BOBBIO, aprofundam-se crises e soluções são postergadas no âmbito das instituições políticas formais, ocasionadas dentre outras causas pela falta de representação política, desvios das finalidades dessas instituições, manipulação exercida pela mídia e influência decisiva do poder econômico.⁶³

Resistência e contestação são dois importantes instrumentos no exercício da democracia participativa, que se manifestam sobretudo em ocasiões de degeneração e abuso de poder.

A resistência à opressão, segundo esse autor, manifesta-se por uma atitude crítica, que leva por vezes à desobediência enquanto a contestação manifesta-se por um discurso crítico frente à não aceitação de algo ou de uma determinada situação. Por conseguinte, surgem novas formas de mobilização e participação, destacadas também por BOBBIO: 1) instituição de órgãos de decisão popular fora dos institutos clássicos de governo (conselhos populares)

⁶⁰ COUVRE, M.A. *O que é Cidadania*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Brasiliense. p.71 e 72.

⁶¹ CARDOSO, Fernando Henrique e outros. *Cultura e Participação na Cidade de São Paulo*. São Paulo. CEBRAP. 1973. p.50.

⁶² GENRO, Tarso. *Vanguarda de uma nova Cidadania*. Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo. Caderno MAIS. 24/08/1997.

⁶³ BOBBIO, Norberto. *A Resistência à Opressão, Hoje*. In: _____ *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro. Editora Campos. 1992. p. 143 a 159.

2) democracia direta ou assembleista 3) controle popular dos meios de informação e propaganda.⁶⁴

Concluindo essa abordagem que visa melhor situar o conceito de cidadania em seus diversos significados, na perspectiva de que a cidadania não é somente uma conquista individual, e baseado no princípio formulado por FREIRE “ser mais é a ontológica e histórica vocação dos homens”⁶⁵, propomos, para estimular a reflexão e o debate sobre o tema, as seguintes afirmações:

Cidadania é o cidadão-em-ação, comprometido com:

- O resgate da soberania popular, no sentido da sociedade civil organizada exercer efetivo controle sobre o Estado, o Mercado e as demais instituições sociais, exercendo igualmente o controle dos serviços públicos essenciais.
- A inclusão gradativa e permanente de imensos seguimentos populacionais ao próprio contexto da cidadania, desde aqueles totalmente excluídos até aqueles que em diferentes níveis foram afastados da condição de sujeitos-sociais.
- A transformação de indivíduos da mera situação de “morador” da cidade para a situação efetiva de cidadão.
- A conscientização daqueles que são cooptados unicamente para situação de simples consumidores de bens e serviços e que vivem em constante alienação social e política.
- O resgate de uma relação direta e mais próxima do ser humano com a natureza e dos homens entre si, eliminando mediações inócuas, desnecessárias ou perversas.
- A democratização plena das instituições, em especial daquelas responsáveis pela difusão do conhecimento e da informação.
- O engajamento permanente em lutas pela efetivação de Justiça Social, pela concretização dos Direitos Humanos e pela melhoria coletiva da qualidade de vida.

Cidadania é um processo permanente que visa à conquista de:

- Um tempo livre, enriquecedor, criativo, capaz de possibilitar ao indivíduo a transformação de seu próprio tempo, de um bem de consumo em um instrumento de desfrute, de convivência e de desenvolvimento pessoal e social.
- Um tempo de reflexão que possa embasar ações conscientes do indivíduo nos vários planos de sua vida, animando e dando perspectivas ao seu cotidiano.

⁶⁴ BOBBIO, Norberto. Op. Cit. p. 149 a 159.

⁶⁵ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 7ª edição. Rio de Janeiro. Editora Paz eTerra. 1979.

- Um tempo de liberdade, de reencontro consigo mesmo, com os outros e com a natureza: um tempo de felicidade e de reumanização das relações sociais.
- Um espaço de convivência solidária e de desalienação.
- Um espaço comunitário vivenciado no sentido de inserção do indivíduo em processos de reprodução social, resgatando-lhe a capacidade de optar, de decidir.
- Espaços novos e reciclados que possam ser apropriados pela coletividade no atendimento das mais diversas demandas sociais e econômicas promovendo o amálgama entre território e cultura.
- Libertação do indivíduo de espaços viciados e limitados que o condenam à aceitação de situações de opressão, isolamento e submissão a interesses alheios.
- Um poder local, que articulado a outras instâncias políticas e administrativas, valorize a dimensão comunitária e incentive o indivíduo à participação consciente em busca da autonomia e da autogestão.

Cidadania é, portanto, prerrogativa do cidadão que o faz ser respeitado pelo conjunto de sociedade; que lhe permite a livre manifestação, oportunidades de ser ouvido e consultado e assim poder influenciar e co-participar de tomadas de decisões significativas para a sua vida.

Cidadania é o cidadão constituindo-se de forma permanente, visto que a cidadania não é algo já posto, elaborado, concluído, mas um processo contínuo de conquistas, de superação e de transcendência.

Cidadania é o cidadão em movimento no chamado espaço cívico, que engloba o social, o profissional, o político-institucional, o comunitário. É a reflexão-ação dialética, e moto-perpétua que alimenta o cidadão ativo, capaz de simultaneamente:

- agir, reagir, interagir, posicionar-se
- protestar, resistir, contestar, divergir, desobedecer, romper
- descobrir, construir, reconstituir, concretizar
- ouvir, sugerir, cobrar, fiscalizar
- solidarizar-se, associar-se, expressar-se
- concordar, integrar, encontrar, respeitar
- organizar, aglutinar, mobilizar, liderar, gestionar
- buscar o consenso, conviver com a adversidade, estabelecer metas e objetivos

A cidadania, portanto, segundo SANTOS “é um estado de espírito que se enraíza na cultura”, alijando uma práxis repetitiva em favor de uma práxis inventiva.⁶⁶

⁶⁶ SANTOS, Milton. Op. Cit. p. 7

3.5 AMBIENTE ESPORTIVO E AÇÃO CIDADÃ

As relações interpessoais e grupais cultivadas no ambiente esportivo podem se constituir em instrumentos pedagógicos, no sentido de despertar a consciência do indivíduo para que ele melhor se posicione diante dos desafios que o meio social e o cotidiano impõem à sua existência!

Diante dessa premissa, quais são os valores mais significativos que devem permear a atividade esportiva para que ela possa vir a ser uma manifestação de cidadania?

Não é tarefa simples encontrar respostas para estas questões. Em primeiro lugar, pela ausência de estudos mais aprofundados sobre tal relação. Em segundo lugar, porque, excetuando-se jargões e outros tipos de frases feitas, de larga utilização pelo senso comum, ou concepções assumidas como “verdades irrefutáveis” de conotação fortemente ideológica, a temática que ora propomos não tem merecido a necessária atenção dos meios científicos, sejam aqueles dedicados às Ciências Sociais, sejam aqueles dedicados às Ciências do Esporte e da Educação Física.

Como procuramos ressaltar no decorrer desse capítulo, o próprio entendimento do que seja cidadania deve refletir um conceito dinâmico, de permanente ação e atitudes críticas por parte dos cidadãos individualmente conscientes e coletivamente organizados, no sentido de construir a própria história de vida.

Determinadas atividades físico-esportivas livremente escolhidas e praticadas, nas quais prevaleçam o lúdico, a sociabilidade, a autogestão, a liberdade de expressão, a superação consciente das limitações impostas pelo cotidiano e a autonomia do corpo, pela via do prazer advindo do movimento e da estética corporal, sem dúvida constituem-se em elementos básicos e formuladores do Esporte Cidadão.

BRANDÃO, a esse respeito, adverte:

*É oportuno pensar o esporte como o encontro de pessoas, de corpos e espírito, também no fato de que a prática do esporte está não na produção de algo mas no próprio encontro de sujeitos... O que realmente é gratificante no lazer não é apenas aquilo que nele é gostoso, mas aquilo em que ele é algo que sei que estou vivendo generosamente, pois ainda que eu esteja de um lado da quadra e o meu antagonista do outro, eu compartilho com ele uma experiência com sentido e do sentimento nela mesma. Ela é a realização prazerosa de algo que tem valor em si e não para outro fim.*⁶⁷

Prossegue o autor em sua análise: “Há, ainda, o outro sentido fundamental em toda a prática de lazer. Ela é esse dado político e cidadão de uma conquista dos espaços e da experiência do nós...”⁶⁸

⁶⁷ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Op. Cit. p. 29.

⁶⁸ Idem, Ibidem.

DOWBOR também se manifesta sobre esse enfoque ao se reportar ao esporte e ao turismo:

*Referimo-nos não somente à indústria correspondente, mas a uma cultura que foi asfixiada, cultura de boa vizinhança, de convívio comunitário, de intercâmbios ricos com o diferente, com outros costumes com o corpo, com a natureza, com o rio, com o espaço aberto... Devemos nos preocupar em resgatar as dimensões sociais, livres, espontâneas e gratuitas destas atividades, visando recuperar componentes essenciais de qualidade de vida.*⁶⁹

DA MATTA também reconhece na atividade esportiva um estímulo à integração do indivíduo aos caminhos da cidadania, ao afirmar que o esporte promove uma forma elementar de cidadania, dando identidades complementares aos indivíduos. Esse autor ressalta que o esporte fascina justamente porque veicula liberdade e igualdade, porque torna possível o exercício de escolha sem o constrangimento do sistema social brasileiro, onde o lugar de todos está preestabelecido.⁷⁰

Estas identidades complementares às quais se refere o autor, naturalmente são construídas de forma simultânea, envolvendo as diversas dimensões que interagem na formulação da personalidade do indivíduo e sua inserção no meio social.

Nesse sentido, CAVALCANTE ressalta a relação entre corporiedade e cidadania, entendendo que o exercício de cidadania passa também e necessariamente pelo corpo:

*Uma verdadeira democracia se constrói com consciências livres e corpos libertos. É preciso garantir, tempo e espaço para que o cidadão possa exercer a sua corporiedade livremente, conscientemente no caminho da auto-realização e da auto-transcendência.*⁷¹

BROTTO, por sua vez, enfatiza o elemento cooperação, presente em determinadas práticas esportivas e recreativas:

*Os jogos cooperativos são práticas capazes de transformar nosso condicionamento competitivo em uma alternância cooperativa; de potencializar habilidades humanas essenciais, como alegria, entusiasmo, bom humor, criatividade, autoestima, confiança mútua, respeito pelas diferenças, amor, etc....*⁷²

A potencialização dessas habilidades humanas citadas pelo autor igualmente é um elemento de fundamental importância para o despertar de uma consciência que possa transformar os indivíduos em cidadãos ativos.

⁶⁹ DOWBOR, Ladislau. *A Reprodução Social*. Petrópolis. Editora Vozes. 1998. p. 309.

⁷⁰ DA MATTA, Roberto. Op. Cit. p. 97 a 100.

⁷¹ CAVALCANTE, Kátia. *EPT: Utopia, Demagogia ou Deocracia?*. Anais do Congresso Latino Americano de EPT. Santos. Sesc. UNICAMP. Prefeitura Municipal. 1996.

⁷² BROTTTO, Fábio O. *Jogos Cooperativos*. São Paulo. CEPEUSP. 1995.

Por outro lado, COSTA relaciona a prática esportiva inserida em programas de esporte para todos como um movimento de estímulos às práticas não formais com o objetivo voltado ao desenvolvimento social e à identidade cultural, à medida que “oportuniza prática de crescente autonomia das pessoas, ao adaptar as atividades físicas, à ética e sentido da cultura local”.⁷³

A correlação entre esporte e cidadania fica muito bem evidenciada, na análise de ZALUAR. A autora afirma que o esporte, por fundamentar-se em regras universais e válidas para todos, torna-se por essa qualidade uma representação do social-idealizado. Daí resultam pessoas (nem individualistas, nem competitivas) que reconhecem os seus limites e aprendem a vencer ou perder, aceitando as regras do jogo previamente defendidas e válidas para todos. À autora ressalta que a atividade esportiva assenta-se no respeito a regras socialmente consensuais e na aceitação de uma autoridade legitimada, princípios básicos de funcionamento de qualquer sociedade humana:

*O oposto disso é o que gera violência pela ausência de regras (esportivas ou não) ou a impunidade dos faltosos, a vontade de vencer a qualquer preço ou de qualquer maneira. Um mal que ameaça não só o esporte moderno como a própria sociedade, na confusão reinante entre meios e fins, quando os meios justificam-se ou tornam-se os próprios fins, na predominância de realidade instrumental.*⁷⁴

HUIZINGA traz uma outra contribuição significativa para a presente discussão, ao ressaltar o caráter integrativo e solidário de atividade esportiva, ao constatar que o êxito obtido no esporte passa prontamente do indivíduo ao grupo”.⁷⁵

Tal afirmação evidencia, portanto uma qualidade peculiar presente nas modalidades esportivas coletivas, nas quais o talento individual, mesmo assim reconhecido, integra-se aos talentos dos demais em benefício do grupo. Desse modo, simultaneamente consolidam-se o sentido de cooperação, a solidariedade, o respeito mútuo e o sentimento de pertencer ao coletivo, igualmente, elementos fundamentais para que a cidadania em outras esferas da vida social possa ser plenamente efetivada.

Por último, nesse contexto, valemo-nos dos ensinamentos de BOSI, embora o autor não se refira propriamente à atividade esportiva, e sim a outras manifestações artístico-culturais como instrumentos de construção e difusão de uma cultura de resistência, que, na visão do autor, não se reduzem apenas a manifestações institucionais acadêmicas ou pára-acadêmicas.

Pelo contrário, o material mais rico e as formas mais belas, em geral, estão fora dos quadros doutrinários: saem da produção artística, musical, literária e teatral, ou de momentos políticos religiosos populares,

⁷³ COSTA, Lamartine P. da. *A Reinvenção de Educação Física e do Desporto segundo Paradigmas do Lazer e de Recreação*. Revista Desporto e Sociedade. nº 6. Lisboa. 1987.

⁷⁴ ZALUAR, Alba. Op. Cit. p. 70.

⁷⁵ HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. São Paulo. Perspectiva. 1971.

*universos de significação em que, consciente ou inconscientemente, se engendra o impulso contra-ideológico mais forte e duradouro.*⁷⁶

Entendemos que a prática desportiva ensejada em valores já mencionados neste trabalho, também pode ser incluída nesses universos de significação aos quais o autor se refere.

O esporte é também um setor no qual o poder local, segundo DOWBOR, pode avançar imensamente, disponibilizando áreas, abrindo ciclovias, recuperando parques, substituindo carro particular por transporte coletivo, recuperando rios e lagos de cidade, gerando uma nova cultura urbana voltada para o lazer, o prazer do convívio informal e desorganizado, espontâneo.⁷⁷

A mobilização de recursos públicos, privados e comunitários para concretizar esses objetivos, a organização e a luta numa dimensão comunitária, a conscientização dos indivíduos para que se engajem nos movimentos de reivindicação e ação por esses espaços e bens públicos são, sem dúvida, elementos fundamentais para o incremento dos níveis de cidadania, tendo como motivação a prática esportiva.

Vejamos como exemplo, um fato ocorrido recentemente em Santos, que demonstra o quanto ainda é necessário evoluir nesse sentido.

O mais populoso bairro da cidade (Aparecida), situado entre o Embaré e a Ponta da Praia, possuía até recentemente uma área disponível para a prática do futebol, na qual havia quatro campos, além de um centro comunitário, uma creche e instalações para as modalidades de bocha e malha, praticadas majoritariamente pelas pessoas de 3ª Idade. Esse grande terreno está situado dentro de dois conjuntos habitacionais, cuja população residente deve superar os vinte mil habitantes.

Esta área de aproximadamente 30.000 m² pertencia ao INAMPS. Há cerca de dois anos, um empresário propôs ao órgão público a troca deste terreno por diversos outros terrenos de sua propriedade, situados em outros municípios que poderiam servir para a edificação de novas sedes do órgão previdenciário naquelas localidades.

A intenção do empresário era construir um "shopping center" no terreno da cidade de Santos, alegando que um futuro centro comercial naquele local poderia proporcionar alguns milhares de empregos diretos e outros tantos indiretos, além de dotar a cidade de novos cinemas e de um centro de convenções.

Um ex-deputado ingressou na justiça contra a permuta, sob o argumento de que o valor do terreno do INAMPS situado em Santos, em muito superava o valor dos terrenos situados em outras cidades, oferecidos em troca pelo empresário.

⁷⁶ BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira*. In: MENDES, Demerval T. (org) *Filosofia da Educação Brasileira*. 3º edição. Rio de Janeiro. Ática. 1987. p. 141.

⁷⁷ DOWBOR, Ladislau. *A Reprodução Social*. Petrópolis. Editora Vozes. 1998. p.306.

O entrave jurídico foi superado e o extenso terreno foi todo cercado por tapumes, anunciando-se que as obras do shopping terão início imediato e deverão durar por dois anos, até a sua inauguração.

É curioso que as chamadas forças vivas de Sociedade - Prefeitura, Câmara, Associações de Classe, manifestaram-se ostensivamente a favor do empreendimento, inclusive vereadores que têm sua base eleitoral no bairro e que prometiam aos eleitores a defesa incondicional da manutenção do terreno como área de lazer.

É evidente que um investimento de tal ordem é significativo para a cidade, especialmente nesses tempos de crise econômica e desemprego. Mas é inegável que o empreendimento poderia também conjugar o interesse comercial com a preservação de uma parte da área, que, com algumas modificações, poderia continuar beneficiando a população, através dos serviços que o local até então proporcionava.

Qual impacto que a eliminação de uma hora para outra dessa área de lazer e convivência ocasionará à população do bairro? Ninguém pareceu preocupado com isso. As crianças e jovens perderam o espaço para brincadeiras e "peladas". Igualmente defez-se a escolinha de futebol que a Prefeitura mantinha no local. Os vários times de futebol do bairro que aos fins-de-semana e mesmo durante a semana (feirantes, trabalhadores de turno, portuários) utilizavam a área para seus jogos, perderam seus campos. As mulheres não têm mais à sua disposição os vários cursos que eram promovidos pelo Centro Comunitário, assim como as mães e as crianças perderam a creche que funcionava no local. Os idosos não têm mais à disposição os pontos de encontro e canchas de bocha e malha de que se utilizavam.

É de se perguntar: A eliminação pura e simples dessa área não irá contribuir para o aumento de atos de vandalismo, como consequência da provável formação ou ampliação de gangues juvenis? As crianças do local não ficarão ainda mais confinadas em seus apartamentos, sujeitas cada vez mais às banalidades, ao grotesco e ao consumo alienado propostos pela telinha eletrônica? Os problemas familiares, o conflito de gerações, a intolerância para com os mais velhos não serão acentuados nas famílias que habitam a localidade, após a perda desta área?

Essas indagações não são nada desprezíveis, e deveriam ter norteado a ação de políticos, lideranças comunitárias, a população de bairro e o próprio investidor, na busca de uma solução que pudesse contemplar os vários interesses em jogo, sem desprover a população de um espaço vital tão significativo. Esse fato aponta para a necessidade do amadurecimento de uma compreensão mais aprofundada sobre o significado de uma ação cidadã mais efetiva no ambiente urbano, sem a qual os interesses econômicos irão sempre prevalecer em detrimento do conjunto de outras necessidades humanas tão importantes quanto aquelas centradas no enfoque produtivo.

É oportuno ressaltar que esta ação cidadã de defesa de espaços comunitários conquistados é um dos pontos mais significativos da existência dos clubes de praia.

Apesar de não manterem relações mais permanentes entre si, na medida que não disputam campeonatos e não são filiados a nenhuma instituição esportiva que pudesse supostamente integrá-los, os clubes de praia, como já observado em alguns depoimentos, quando se vêem ameaçados por medidas do poder público ou de outra natureza, que podem atentar contra as prerrogativas já conquistadas de uso da praia para a prática do futebol, conseguem nessas oportunidades a necessária união e a ação conjunta organizada para preservar esse significativo espaço, sem o qual há muito teriam desaparecido do cenário esportivo local.

3.6 FUTEBOL DE PRAIA: PRATICANDO ESPORTE, EXERCENDO CIDADANIA

Os conceitos, idéias e princípios sobre cidadania abordados por este trabalho, são refletidos quando se observa a dinâmica do futebol de praia em Santos, levando-nos, assim, a considerá-lo como autêntica prática esportiva cidadã.

Essa afirmação se fundamenta na constatação de algumas das características presentes no futebol de praia, que apontam para o campo da cidadania e se tornam ainda mais significativas diante de um quadro de restrições generalizadas impostas ao longo do tempo à população, no que diz respeito à efetivação de seus direitos básicos, quanto, especificamente no terreno esportivo, da predominância de comportamentos e atitudes massificantes, agressivos e alienados que não raramente se fazem sentir nas esferas esportivas oficiais.

Os princípios dessa prática esportiva cidadã do futebol de praia evidentemente não estão codificados por escrito e, por isso mesmo, não se manifestam por um discurso descritivo ou formal. Porém, o que pode ser observado é a vivência efetiva desses princípios nas próprias atividades esportivas e sociais aí desenvolvidas.

Esta vivência democrática e cidadã através do esporte, certamente extrapola esse ambiente de lazer para as demais situações sociais e profissionais que envolvem tais indivíduos, constituindo-se, assim, um autêntico processo pedagógico de cidadania. Esta assertiva, em nosso entender, consolida se a partir dos seguintes aspectos, presentes na prática do futebol de praia.

Gestão Democrática

Ainda que informais, do ponto de vista jurídico-institucional, os clubes de praia possuem uma forma de gestão que se manifesta concretamente pela existência de uma diretoria e de um regulamento. Mais importante, porém que esses instrumentos em si são alguns princípios democráticos que vêm sendo estabelecidos ao longo dessa prática esportiva e que garantem a sua sobrevivência e o êxito de suas atividades.

Direitos e deveres igualitários. Esse é o princípio fundamental que norteia o conjunto de iniciativas dos clubes de praia. "Todo mundo joga e todo mundo paga", é uma frase que sintetiza esse princípio, presente com pequenas variações nos depoimentos de PÉRSIO, CARVALHAL, ISAÍAS e GALACHO.

Isto significa, ausência de privilégios e, ao mesmo tempo, a garantia de direitos igualitários para todos os sócios, uma vez que não se verifica nenhum tipo de precedência ou vantagens pessoais, seja para os sócios mais antigos, diretores, ou sócios que possuem algum tipo de notoriedade na cidade, ou mesmo aqueles que apresentam uma performance esportiva de melhor qualidade técnica.

Como pudemos observar, o sistema de assinatura das listas de presença que define os primeiros vinte e dois sócios que iniciam o jogo, as formas de serem procedidas as substituições, a participação em festividades e as expectativas que o grupo possui em relação ao comportamento de cada um é absolutamente impessoal. Do mesmo modo, as responsabilidades exigidas dos sócios – pagamento de mensalidades, assiduidade, pontualidade, respeito mútuo, aceitação das regras previamente definidas também apresentam um caráter impessoal.

Assim, exceção feita à admissão do sócio em um clube, situação em que o mesmo deve possuir uma relação de amizade anterior e ser indicado por um ou mais sócios já pertencentes à agremiação, o aspecto "relacional" enfatizado por DA MATTA e outros estudiosos que predomina na dinâmica social mais ampla de nossa sociedade e, desse modo, garante maior ou menor acesso a determinados serviços e direitos, não prevalece nos clubes de praia, nos quais a individualidade é preservada e respeitada como valor fundamental. Uma vez admitido no grupo, a importância do sócio, no que diz respeito à sua participação nas atividades, não é resultado das relações que eventualmente possa estabelecer no âmbito interno do clube e tampouco pela posição social ou papéis que eventualmente desempenhe na comunidade. Em outras palavras os seus direitos e a contra partida dos deveres que lhe são exigidos, têm origem e se fundamentam pela sua própria e única condição de associado e por nenhuma outra razão.

Um dos desdobramentos deste princípio básico de igualdade de direitos e deveres, que se observa nos clubes de praia, vêm a ser a horizontalidade das relações entre os sócios. Excetuando-se alguns procedimentos obrigatórios que devem ser assumidos pelos diretores no exercício de suas funções, não se

verifica nenhum tipo de relacionamento hierárquico entre os sócios, conforme pode ser depreendido dos seguintes depoimentos:

É exatamente isso que facilita. Esta diversidade de ocupações, essa heterogeneidade é fator de integração. Eu, por exemplo, como médico, sei que aqui não vai se falar nada de medicina. Eu venho pra falar de outras coisas. (PÉRSIO)

Quando eu comecei (há 30 anos) jogavam advogados, médicos, engenheiros, construtores, gente bem sucedida na vida, ao lado de pessoal do Paquetá de posses mais modestas. E isto nunca apresentou problemas. (HUGO)

Não, a gente não percebe, não dá pra perceber quem é mais rico ou mais pobre, quem estudou menos ou sabe mais. Ali a gente se funde, ninguém se sobressai. Quem é mais não se destaca, que é menos não se rebaixa. (PARADA)

O regulamento é outro instrumento importante a ser destacado, no que se refere à impessoalidade e igualdade de direitos e deveres entre os sócios. De clube para clube varia: alguns mais outros menos formais, padronizados ou detalhistas.

O que mais importa, no entanto, é a sua validade, a sua eficácia como condutor de procedimentos básicos para o conjunto dos sócios.

NETO destaca alguns pontos importantes do regulamento:

Pelo próprio regulamento, é preciso que as pessoas se reúnam antes do jogo para assinar a lista. As mudanças introduzidas passam por um período de experiência, permanecendo aquelas que são aceitas pela maioria e, assim, incorporadas ao regulamento.

HUGO, em relação ao regulamento, destaca o seu caráter impessoal e facilitador para a convivência do grupo: “É difícil pra gente, pra qualquer um dar uma punição a um amigo seu que está aí. Então o regulamento já prevê as punições para as ocorrências mais comuns”. Hugo ressalta também a necessidade de prestar contas aos sócios. “A todo tempo somos cobrados pelo pessoal sobre as atitudes que tomamos como diretores. Temos que dar satisfação a todo mundo.”

Além do regulamento, há outros procedimentos tomados por parte das diretorias, que visam a antecipar a resolução de alguns problemas, conforme relata ISAÍAS: “Houve um tempo em que o conselho disciplinar se tornou muito rígido. Aí o juiz começou a ficar muito autoritário. Os sócios reclamaram e a diretoria teve que intervir. Agora as coisas estão equilibradas.”

As ocasiões de mudança de diretorias também denotam a busca de equidade entre os sócios. “Quem já foi (diretor) dá lugar para os outros, a candidatura surge normalmente” (Pérsio) – “O normal é o acordo e busca-se em primeiro

lugar exatamente aqueles que nunca foram diretores para que assumam os cargos” (NETO).

Algumas mudanças elaboradas no regulamento são procedidas no sentido muito mais de incentivar comportamentos desejados, do que meramente punir o que é indesejado:

Explicando a introdução de um tipo de (bônus) para os mais assíduos aos jogos, PARADA assim se expressa: “essa é uma das coisas que nós mudamos este ano, porque o pessoal que comparecia mais vezes pra jogar se sentia prejudicado em relação àqueles menos constantes. Isso está dando certo”.

Os bônus são obtidos graças ao número de freqüência ininterrupta aos jogos. Por sua vez, quanto mais bônus conquistados, menos o jogador será substituído.

Às relações interpessoais, conforme já ressaltadas no capítulo anterior, caracterizam-se pela camaradagem, respeito mútuo e solidariedade, que reforçam e valorizam sobremaneira a individualidade e, simultaneamente a coesão grupal, elementos essenciais para o exercício da cidadania numa dimensão comunitária.

Dentro do campo, surgem divergências, discussões. Após o jogo, nesses momentos de confraternização, os problemas ocorridos no campo são suspensos. Existem regras básicas: o sócio não pode desrespeitar os companheiros. O desrespeito é que não é tolerado.(NETO)

O espírito de participação é muito grande. Na verdade, olha, o pessoal é muito unido. Você percebe mais fora da bola. Na hora de bola, é lógico, todos querem ganhar, às vezes há uma entrada ou outra mais dura. Mas ali fora você vê que existe uma irmandade.(PARADA)

Todos pagam, mas às vezes alguns sócios que estejam passando dificuldades financeiras são anistiados. Há pouco tempo o clube custeou um tratamento médico de um sócio que sofria um problema de depressão.(NETO)

Outro aspecto importante nesta relação que buscamos evidenciar, na qual a atividade esportiva se torna também uma prática cidadã, reflete-se na participação voluntária de alguns sócios em favor do coletivo: “Ocasionalmente alguns sócios fazem uma contribuição especial. Por exemplo essa barraca foi doada por três sócios (PÉRSIO) – Eu gosto muito do clube, do ambiente do clube e faço coisas além da minha função” (ISAÍAS, ao explicar por que assumiu a função de “comprador” do clube e, assim, ter introduzido o voleibol, como atividade complementar, ao adquirir rede e esticadores para a modalidade).

Conquista de Espaços

A apropriação legitimada de espaços de praia por parte dos clubes para a prática do futebol aos sábados à tarde é um dos aspectos mais significativos desse tipo de prática, tendo em vista que as dimensões do campo de jogo exigidas pela modalidade são relativamente grandes, o que por si só se constitui num problema de difícil solução, considerando-se o volume de frequentadores de uma área nobre como a praia e a diversidade dos interesses que motivam essa grande afluência.

No entanto, observa-se que, no horário (após às 16 horas), e nos locais determinados, os clubes de praia ocupam esses espaços sem grandes conflitos por mais de trinta anos, em que pese o desejo de outras pessoas praticarem o futebol e outras modalidades ou a intenção de banhistas da cidade e turistas de, simplesmente, permanecerem na praia em contato com os seus recursos naturais. Como explicar esse fenômeno ?

Basicamente, pela tradição, presença, capacidade de organização e o espírito de associativismo desses clubes de praia, que tiveram a sabedoria de adaptar a modalidade às condições do ambiente transformando competições exacerbadas em atividades recreativas, sem prejuízo de outras características lúdicas da modalidade.

Assim, ao longo desse tempo foi sendo estabelecido um certo consenso entre as partes, que conforme visto no capítulo I deu origem a uma legislação municipal sobre a prática de esportes na praia. É claro que problemas vez por outra acontecem, mas a capacidade de organização e de diálogo dos protagonistas do futebol com os demais frequentadores da praia, talvez seja a "chave" que acaba por legitimar a modalidade no que diz respeito à conquista dos espaços de que necessita para a sua prática.

Às vezes, na temporada, a gente até ajuda os banhistas a transportarem suas coisas para outro lugar. (ISAÍAS)

Quanto às outras pessoas que jogam na praia, não há problema, porque o "armador de campo" já arma as traves lá pelas 13 horas. Afinal, nós estamos no local há mais de 30 anos, e o pessoal respeita, bate a sua bolinha ao lado ou próximo do nosso campo – o difícil mesmo é tirar os paulistas que estão tomando caipirinha e cerveja e dizer: "a praia é pública e não sei mais o quê", mas uma boa conversa resolve o problema e eles saem. (PARADA)

O clube tem seu espaço na praia há muito tempo. No verão os banhistas permanecem até mais tarde na praia. Aí começamos os jogos às 17h30min até 18 horas. O "armador" chega por volta das 13 horas e isso aí já é um aviso aos banhistas. É quase um aviso prévio, uma advertência. (NETO)

CARVALHAL explica que a ocupação dos espaços de praia pelos clubes foi natural, cada clube ocupando um trecho mais próximo de seu “pedaço” isto é, do local onde as pessoas moravam.

A princípio foi pedida uma regulamentação para a marinha e para a Comissão Central de Esportes do Município, isto há mais de trinta anos, mas eles não quiseram assumir essa responsabilidade. Quando surgiu a Federação de Esportes de Praia, era ela que dava autorização para os clubes, mediante a expedição de uma “AJ” (Autorização do Jogo). Quando a Federação foi desfeita, os clubes continuaram a ocupar os mesmos espaços. Foi virando uma tradição, que hoje todo mundo respeita.

Problemas com o poder público surgem periodicamente, de acordo com o relato de NETO:

Num verão a CETESB colocou uma placa de grandes dimensões que coincidia com a área do nosso campo. Há pouco a Secretaria de Esportes delimitou uma área de 50 metros na Ponta da Praia para o acesso de embarcações no mar, através de 2 postes de ferro que passavam exatamente pelo “nosso campo”. Nessas ocasiões nos reunimos, dialogamos com as autoridades, fazemos pressão política e temos conseguido superar os problemas e assim mantermos o nosso espaço. Há também o problema das lixeiras que são removíveis. Na hora do jogo, juntamos as lixeiras num canto para facilitar o trabalho dos lixeiros.

Esta capacidade de resistência, de luta, de negociação e de adaptações das próprias regras da modalidade, no sentido de coibir a violência e estimular uma atividade esportiva que vá ao encontro dos interesses e condições específicas de seus participantes, revelam igualmente a presença efetiva de atitudes e iniciativas cidadãs.

Autonomia

A característica cidadã do futebol de praia manifesta-se também pela conquista de considerável autonomia, que se dá em dois planos: financeiro e institucional.

No plano financeiro, a autonomia se revela pela auto-suficiência, gerada pelo conjunto das contribuições mensais dos sócios.

A autonomia financeira livra o clube de condição de ser dependente de um dono, de um “benfeitor” e equaliza direitos e deveres.

A importância de tal condição é apreendida pelo conjunto dos sócios podendo ser percebida pelos depoimentos a baixo:

As despesas são bancadas pelo conjunto das contribuições dos sócios e isso é muito importante. É verdade que há no clube pessoas de várias categorias sociais, mas todos pagam, todos contribuem. (PÉRSIO)

Todos pagam a mensalidade, até porque quem não paga, não joga. (CARVALHAL)

A autonomia financeira permite também aos clubes de praia a contratação de serviços externos, envolvendo a lavagem de uniformes, o transporte das traves ao local de jogo, a taxa de arbitragem, a armação de traves e a demarcação do campo, tarefas árduas e trabalhosas, que uma vez transferidas a prestadores desses serviços, possibilitam aos sócios um melhor aproveitamento do tempo para as atividades esportivas e sociais.

PARADA ressalta: "Hoje a gente paga vários serviços e inclusive os juízes, diretamente. Isso serve para muitas pessoas como um complemento da renda, sem riscos de ser agredido como acontece em outros locais (várzea)".

A autonomia financeira provê também, total ou parcialmente as festividades e encontros que ocorrem após os jogos ou em ocasiões especiais, alocando-se algumas "verbas" para o suprimento de comidas e bebidas, originando momentos de intensa convivência grupal já mencionada anteriormente e que assumem importância semelhante às próprias atividades esportivas.

Como desdobramento da autonomia financeira, dá-se a autonomia institucional em relação ao poder público, instituições esportivas (ligas e federações), imprensa, etc. À medida que não dependem de subvenções e não participam de competições ou jogos oficiais esses clubes podem livremente adaptar as regras de modalidade às condições físicas dos sócios e aos valores de participação igualitária que os mesmos estabelecem para os seus jogos, como fica patente no depoimento de ISAÍAS:

No nosso jogo não há violência. Agora o nosso jogo é indisciplinado porque o jogador não tem nada a perder, pois ganhar ou perder é o que menos importa, embora todos queiram ganhar. Comparando com a várzea, por exemplo, se fôssemos jogar lá, seríamos triturados.

O futebol de praia de Santos, considerando os elementos culturais que o constituem e o identificam, contrapondo-o em relação a outras manifestações do esporte oficial, manifesta-se portanto como uma prática revestida de uma cultura esportiva própria, que aliada aos valores, atitudes e procedimentos presentes em suas atividades e nas relações interpessoais que se estabelecem entre seus sócios, revela claramente a relação Esporte e Cidadania.

Apesar de uma certa seletividade quanto à limitação do número de participantes; apesar de não ser uma atividade acessível a qualquer pessoa; apesar de apropriar-se de espaços públicos, que em decorrência não podem, naqueles momentos, estar disponíveis a outros interessados, o futebol de praia de Santos caracteriza-se sobretudo pela sua forma democrática, lúdica e cidadã de ser, atestada pelo depoimento de PÉRSIO:

Eu acho que aqui, se eu fosse escolher uma forma de sociedade eu escolheria alguma coisa muito parecida com aquilo que a gente vive aqui, ou seja uma sociedade em que a gente participa por igual, todos têm

praticamente os mesmos direitos e todos são conscientes que devem ter responsabilidades, respeitar o colega, o juiz. Todos os fatores que acontecem na sociedade há uma miniatura aqui no clube que eu acho que é muito bom.

Aqui se pratica uma forma de convivência que auxilia o exercício da cidadania na procura de uma sociedade melhor. Eu acho isso muito importante. É uma relação de amor.

CAPÍTULO IV

**POR UM ESPORTE COM MAIS ALEGRIA E
MENOS AGONIA**

4.1 É PRECISO ROMPER

Este capítulo final tem por objetivo, a partir dos significados culturais que se fazem presentes no futebol de praia santista, suscitar discussão sobre as possibilidades de ocorrerem alterações substanciais nas estruturas dominantes da cultura esportiva hegemônica da atualidade.

Em outras palavras, até que ponto seria possível que a ética, valores, e a ludicidade do esporte cidadão poderiam, senão sobrepor-se, mas ao menos influenciar de forma mais incisiva a cultura do esporte oficial?

Seria sensato imaginar e propor um resgate da dimensão lúdica original dos jogos populares que deram origem ao esporte de atualidade, hoje comprometido de modo excessivo com a prevalência de inúmeros interesses desvinculados da essência do espírito esportivo?

Eventuais mudanças de concepção sobre as atividades esportivas, fundadas em princípios de uma cultura lúdica e de vivência cidadã, poderiam ser interpretadas e reconhecidas como uma das vertentes de uma nova organização social, de caráter mais justo e democrático, a ser formulada pela humanidade para o próximo século que se avizinha?

É evidente que os propósitos, e por que não dizer, as limitações deste trabalho não comportam responder a questões de tamanha complexidade. No entanto, acreditamos que vale a pena emergir algumas considerações em favor deste debate, que certamente encontrará as instâncias adequadas – universidade, mídia, instituições esportivas e a população organizada em dimensões comunitárias – para a sua plena concretização.

Entendemos que o universo do futebol de praia santista, registrado por esta pesquisa, revela uma prática desportiva diferenciada que se contrapõe à cultura esportiva oficial. Ao renunciar à competição de um clube contra os outros e assim destacar a melhor equipe, os melhores atletas, os campeões e privilegiando uma prática esportiva de lazer, centrada na alegria de jogar, na sociabilidade e na autogestão, os clubes de praia constroem uma cultura esportiva própria e personalizada, permeada por atividades e procedimentos que valorizam ao mesmo tempo a individualidade e a organização coletiva, favorecendo, assim, o surgimento de uma consciência cidadã forjada muito mais na ação, no trabalho aí empreendido, nas atividades propriamente ditas, do que meramente num discurso formal.

Ao reconhecer esses elementos diferenciadores dessa prática esportiva, não pretendemos, todavia apresentá-la como um modelo, um exemplo a ser seguido por todos os esportistas. Tampouco a consideramos única, visto que muitas outras iniciativas no campo do esporte se apresentam com os mesmos indicadores culturais do futebol de praia, ainda que em situações distintas.

Reconhecemos, no entanto, no futebol de praia, a presença simultânea de importantes componentes culturais, que de um lado constroem história e tradição que recriam na praia cenários de outros ambientes esportivos,

atendendo os anseios do imaginário popular, mas que de outro lado rompem com os elementos indesejáveis e não compatíveis com o próprio ambiente de praia, ruptura essa que se manifesta na eliminação da mística do resultado e da performance, a vitória a qualquer preço, o utilitarismo e o consumismo do esporte oficial.

A tomada de consciência desse modo de ser do futebol de praia não nos leva a querer transferir para outras instâncias do esporte a mesma formulação de princípios que a cultura dessa prática enseja, mesmo porque são notórias as diferentes finalidades da prática esportiva, enquanto atividade de lazer, descomprometida com outros instrumentos que não a satisfação pessoal e desinteressada, de outras situações do esporte competitivo, seja ele de média competitividade ou de alto-rendimento.

Entretanto, os rumos por vezes tomados por essas manifestações competitivas – amadoras ou profissionais, em modalidades coletivas ou individuais – acabam por descaracterizar totalmente a essência lúdica do esporte, imputando aos atletas uma rotina de treinamentos tão ou mais estafante, alienante e desumana do que o cotidiano imposto pelo trabalho a majoritários segmentos das classes trabalhadoras.

De acordo com PRADO,

*neste mundo, movido pelo “dopping” da fama e do dinheiro, os atores atletas não são simples mortais. De meio milhão de jovens, apenas um é “premiado” por seu talento esportivo para brilhar nesses palcos. Esse corpo com excepcionais qualidades físicas e psicológicas natas, precisa ser submetido a um ritual de preparação longo, custoso e absolutamente ascético, que o tornam esgotado e veterano, quando não mutilado, aos 35 anos.*¹

A respeito do mundo dos atletas e do caráter utilitário que muitas vezes é exacerbado nestes ambientes, DUMAZEDIER afirma:

*A atividade esportiva não é normal, é masoquista porque para ultrapassar a si mesmo, é preciso sofrer. Além disso a atividade esportiva guarda uma analogia com o rendimento capitalista, isto é, ao procurar o melhor desempenho, naturalmente o esportista será guiado pelos valores de produtividade capitalista.*²

Robert Voy, diretor do Comitê Olímpico Americano para assuntos de dopping em 1984 e 1988, faz preocupante afirmação ao mencionar que “atletas são laboratórios que andam e os jogos olímpicos, campos de prova para cientistas, químicos e médicos aéticos”.³

¹ PRADO, A. C. M.. *A Re-invenção do Esporte - Anais do Congresso Latino-Americano de Esporte para todos*, SESC. UNICAMP. Prefeitura Municipal de Santos. Abril 1996.

² DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e Conteúdos Culturais do Lazer*. SESC. São Paulo. 1980. p.113

³ Declaração publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 24/04/97. p. 2

Graves denúncias são também apresentadas pela jornalista americana Joan Ryan, especialista em coberturas das modalidades de Ginástica Olímpica e Patinação Artística, autora do livro "Little Girls in Pretty Boxes":

*Descobri uma história de exploração e maus tratos de crianças, legalmente aceitos e reconhecidos. À beira do caminho olímpico jaziam os corpos de meninas que haviam fracassado, alquebradas pelo trabalho, pelas pressões e pelas constantes humilhações.*⁴

Jacques Personne, professor honorário de Educação Física e Esportiva, ex-treinador da seleção de basquete e autor do livro "Le sport pour l'enfant: Ni records, ni médailles – conseils aux parents" critica veemente a profissionalização precoce e os métodos de treinamentos impostos a crianças já a partir dos dez anos de idade

*Treze horas de trabalho por dia a dividir o estudo (quando esse não é totalmente esquecido) e o ginásio onde passam quarenta horas por semana. Um dia de repouso, quatro dias de férias por ano (dos quais três no Natal).*⁵

O referido professor chama a atenção para o fato de que a patinação artística privilegia saltos e acrobacias e, atualmente, no seu programa, a patinadora deve apresentar seis rotações triplas. Antigamente exigia-se apenas uma. Com relação à ginástica, a Federação Internacional optou deliberadamente, há cerca de vinte anos atrás, por valorizar quem se arrisca a correr riscos. A nota a ser dada pelos juizes leva as ginastas de alto nível a executar exercícios cada vez mais perigosos, pondo em risco a própria segurança.

Vera Caslavskaja (a maior campeã de todos os tempos – 20 medalhas de ouro), que atualmente luta pela valorização do aspecto artístico da modalidade, constata: "Uma ginasta, cujo limite de suportação do sofrimento é muito baixo, é uma ginasta sem chances de carreira esportiva". A ex-campeã menciona casos de atletas (citando seus nomes e sobrenomes) que tomavam cinco, sete, doze analgésicos por dia para suportar suas dores durante treinamentos e competições.⁶

O que leva a esses extremos? – Certamente as glórias efêmeras produzidas pela mídia, dinheiro, honra nacional, vitória a qualquer preço, pressão dos pais e comportamentos anti-éticos de treinadores que impõem aos seus atletas a obediência cega, humilhação e ritmos desumanos, que chegam ao cúmulo de produzir as seguintes declarações:

⁴ Declarações citadas por Jacques Personne em artigo de Revista Panathlon Internacional. Abril – Junho/1998. p. 10 e 11.

⁵ PERSONNE, Jacques. *Meninas Embrulhadas para Presente*. Revista Panathlon Internacional. Abril – Junho/1998. p. 10 e 11.

⁶ Declarações citadas por Jacques Personne em artigo de Revista Panathlon Internacional. Abril – Junho/1998. p. 10 e 11.

Essas meninas são pequenos escorpiões, fechem-nas todas numa garrafa e só uma sairá viva! Vai ser a campeã. (Beli Karolyi – técnico de prestígio internacional)⁷

Pegue uma cesta cheia de ovos e jogue-a na parede. Os que não se quebrarem serão campeões. (Treinador da equipe de natação dos EUA nos jogos de Tóquio, ao responder uma pergunta sobre os seus métodos de “fabricação” de atletas de elite.)⁸

Ao ressaltar essas situações chocantes, não pretendemos apregoar a eliminação do caráter competitivo das atividades esportivas, uma vez que a competição é intrínseca ao esporte. Tampouco pretendemos condenar a profissionalização de atletas que atingem um grau de performance que os diferencia da grande massa amadora de praticantes. Contudo, as situações relatadas acima, que são encobertas e dissimuladas pelo “lado feliz” das grandes conquistas esportivas, não podem se perpetuar. Não se pode admitir um esporte que fique à mercê de grandes interesses corporativos e comerciais, sujeitando os seus atores a toda a sorte de manipulação e exposição pública de sua privacidade, numa ânsia tresloucada de produção de ícones esportivos indutores de um consumismo banal e alienado.

Não é possível a aceitação resignada da crescente eliminação da ética, do “fair play” e do lúdico no mundo do esporte. Fato notório e curioso a esse respeito ocorreu na última Copa do Mundo de Futebol realizada na França.

Em um dos jogos do selecionado francês, o atleta Petit recebeu uma bola em excelentes condições para chegar ao gol adversário. Não obstante, ao perceber um adversário contundido e caído ao chão, optou por lançar a bola fora de jogo, para que o atleta recebesse de imediato o atendimento médico.

Sua atitude foi muito elogiada, inclusive pelo locutor da TV Globo que transmitia a partida, recebendo o atleta um reconhecimento público da FIFA pela sua nobre atitude.

Pois bem, no jogo final da Copa entre os selecionados do Brasil e de França, o atleta Rivaldo repetiu a atitude do jogador francês, quando nossa equipe perdia por dois a zero, ressaltando-se, porém, que ao contrário da situação vivida por Petit, a jogada não representava a possibilidade iminente de alcançar o gol adversário.

Ato contínuo, o jogador Edmundo manifestou extrema irritação para com o seu companheiro de equipe, através de gestos e palavras percebidas por todos os que acompanhavam o jogo no local ou pela televisão.

O mesmo locutor da TV Globo que aplaudira o atleta francês, repreendeu severamente o atleta brasileiro, alegando que, àquela altura do jogo, não era momento adequado para gentilezas com o adversário.

⁷ Declarações citadas por Jacques Personne em artigo de Revista Panathlon Internacional. Abril – Junho/1998. p. 10 e 11.

⁸ Declarações citadas por Jacques Personne em artigo de Revista Panathlon Internacional. Abril – Junho/1998. p. 10 e 11.

O esporte a ser reinventado no limiar do novo século não poderá conviver com o chauvinismo, a violência, a barbárie, o espírito gregário, que infelizmente se manifesta com freqüência nos estádios e em outros ambientes esportivos.

Em lugar dessas atitudes agressivas, há de ser resgatada a festa, a celebração, a alegria, o ritual, a convivência fraterna, a transcendência, ainda que durante a competição equipes e atletas adversários busquem o mesmo objetivo em sentido oposto.

Ao levantar essas questões, num exercício prospectivo sobre o esporte a ser reconstruído numa ótica humanista, integrado a outros setores essenciais da atividade humana, não significa que se tenha em mente propor um retorno no tempo, mas ao contrário significa propor um avanço. Não se trata de mero sonho ou de simples descrição de como as coisas deveriam ser, mas não são; tampouco não se trata de manifestação de um otimismo ingênuo desprovido de senso de realidade.

4.2 É POSSÍVEL MUDAR!

Por que a realidade é assim? Por que muitos aceitam o que poucos determinam, ainda que o produto dessas determinações não atende ao interesse coletivo, mas, pelo contrário, perpetua ações, procedimentos e valores que consolidam a desigualdade, a injustiça, o privilégio?

CHAUÍ responde a essa questão, citando em primeiro lugar a separação do trabalho material e manual, do trabalho intelectual, que produz a chamada divisão social do trabalho.

Para legitimar este sistema de produção e consumo gerador das desigualdades os detentores do poder, dentre outros instrumentos, utilizam-se de um sistema ordenado de idéias ou representações que provocam a inversão de valores pelas idéias.

De acordo com a autora, esse processo ideológico produz idéias e valores fictícios, não factuais, cristalizando em "verdades" idéias da classe dominante que se tornam idéias dominantes para toda a sociedade. Para alcançar tais objetivos, são utilizados vários instrumentos, destacando-se a educação, religião, veículos de comunicação, as artes, **os esportes** etc., impedindo por estes meios que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concreta, tornando universais as idéias particulares.

A autora, baseada numa concepção dialética da história, proposto por Marx, conceitua a história como a história do modo real como os homens reais produzem suas contradições reais de existência, através do modo como se reproduzem a si mesmos, como produzem e reproduzem suas relações com a natureza, pelo trabalho, e como produzem e reproduzem suas relações sociais.

Portanto, homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural. A história apresenta-se, assim, como processo temporal movido internamente por contradições (movimentos de posição, negação e conservação de idéias).⁹

Esta visão dialética leva-nos, portanto, a refutar a história como uma mera sucessão de acontecimentos ou ainda como produto de uma vontade superior, determinista, fatalista, cármica, imutável.

Vivemos hoje sob o domínio do economismo, que impõe um consumismo cumulativo, norteador por uma lógica de um capitalismo sem pátria, globalizado e impessoal que amplia os fossos produzidos pela desigualdade, cujos desdobramentos no campo social são por demais conhecidos: desemprego, criminalidade, destruição ambiental, violência, guerras, etc. O homem unidimensional, visualizado por Marcuse, (homo-economicus) prevalece, desintegrando e parcializando o ser humano, rompendo a sua unidade ontológica e a sua vocação para a totalidade.

Todavia, o próprio movimento dialético da história nos faz antever que o atual estágio de nossa civilização, por força de suas contradições e sobretudo pelos movimentos de resistência cultural e de transformação gerados no interior desse mesmo sistema opressor, aponta para mudanças estruturais significativas nas primeiras décadas do próximo século. READ a esse respeito declara: "Não creio que existam quaisquer explicações simples para o declínio das civilizações, mas as causas conhecidas combinam-se evidenciando falta de fé no passado, e de entusiasmo pelo presente".¹⁰

Segundo SÉRGIO, a sociedade do rendimento, ao serviço do Ter e do Poder, tem os seus dias contados: "O talento, a cultura, o ócio e a economia da abundância tomarão o lugar que hoje ocupam a especialização redutora, a produção pela produção, o consumismo e a economia de escassez". Assim, o autor propõe como força motriz para essas mudanças a conjugação do respeito pelo passado com a vontade do futuro; a criatividade e a memória, o conhecimento daquilo que é e a criação daquilo que deve ser.¹¹

Nesta mesma direção DOWBOR aponta para um modelo de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável, afirmando que passamos por um processo de ruptura de paradigmas:

Passamos gradualmente da pirâmide vertical e autoritária herdada do direito romano e retransmitida pela estrutura da igreja tradicional, para o conceito de redes interativas de uma sociedade muito mais horizontal.

⁹ CHAUI, Marilena. *O que é Ideologia*. Coleção Primeiros Passos nº 7. São Paulo. Brasiliense. 1984

¹⁰ READ, Herbert. *Educação nas Coisas*. In: A Redenção do Robô – Meu encontro com a educação através da arte. Tradução F. Nuno. 2ª ed. São Paulo. Editora Summus. N. 1986. p.5

¹¹ SÉRGIO, Manuel. *Filosofia das Atividades Corporais*. Lisboa. Compendium. s.d.

*Trata-se, provavelmente, da mais profunda mudança de filosofia de regulação social desde a antigüidade.*¹²

Admitindo-se, portanto, a premissa de SÉRGIO, que passado, presente e futuro constituem uma totalidade, unidos pela dialética implacável, não podemos sucumbir diante das adversidades do momento, permanecendo no imobilismo e no conformismo, pois segundo SANTOS, “ficar prisioneiro do presente e do passado é a melhor maneira para não fazer aquele passo adiante, sem o qual nenhum povo encontrou o seu destino”.¹³

Portanto, de acordo com FREIRE, “humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão”.¹⁴

Libertar-se a si e aos opressores, na visão desse autor, é a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos, sendo que essa ação política libertadora tem de ser, no fundo, ação cultural para a liberdade:

Toda ação cultural é sempre uma forma sistematizada e deliberada de ação que incide sobre a estrutura social, ora no sentido de mantê-la como está, ora mais ou menos como está, ora de transformá-la... A ação cultural dialética (voltada a transformação) não pode ser induzida (invasão cultural)...

*Na síntese cultural não há espectadores, todos são atores.*¹⁵

Dowbor insiste em que o espaço local é a ancora de uma nova organização social, na qual os atores sociais (conjunto de pessoas e instituições envolvidas em determinados segmentos de reprodução social) buscam articularem-se cada vez mais diretamente, visando elevar a produtividade social e a qualidade de vida:

*É do resgate da raiz polis da política que dependerá a nossa possibilidade de ultrapassar uma fase em que as políticas urbanas são cortadas em fatias setoriais desarticuladas, onde a ocupação do espaço se dá no processo selvagem de especulação de corrupção e de violência...*¹⁶

De acordo com as Nações Unidas, as ONG's, as OCB's – organização de base comunitária e a organizações de solidariedade constituem a força de organização que mais rapidamente se desenvolve no mundo, surgindo com determinação nos vazios deixados pela gestão tradicional.

No início da década de oitenta, essas organizações envolviam cerca de 100 milhões de pessoas. Hoje envolvem mais de 250 milhões, representando nos Estados Unidos 1,4 milhões de organizações sem fins lucrativos, com um

¹² DOWBOR, Ladislau. *A Reprodução Social*. Propostas para uma gestão descentralizada. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1998. p.340

¹³ SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo. Editora Nobel. 1987. p.133

¹⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 7ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979. p.30

¹⁵ Idem. *Ibidem*. p. 211

¹⁶ DOWBOR, Ladislau. *Op. Cit.* p. 372

patrimônio de US\$ 500 bilhões, representando 6% do PIB e respondendo por 10,5% do total de empregos.

Educando para a Cidadania

Mudanças de paradigmas, novas formas de organização social fundadas em alternativas mais democráticas e participativas de exercício do poder; nova concepção multidimensional de ser humano, hoje fragmentado, atomizado e conduzido por um pensamento econômico hegemônico, cujo parâmetro supremo de avaliação é determinada pelas suas possibilidades de produção e consumo; e especialmente nova relação do homem com o tempo e o espaço e, bem assim, a formulação de uma nova condição na qual o ser humano seja plenamente o sujeito de sua história de vida e co-autor do destino de sua comunidade próxima, de sua cidade, de seu país e do planeta, são perspectivas que se colocam para o homem moderno em contraponto aos atuais modelos opressivos e autoritários ditados, ora pela lógica do mercado, ora pelo Estado centralizador.

Tais perspectivas que viriam a alterar em profundidade as relações dos homens entre si e com a natureza no sentido de ser conquistada uma vida de melhor qualidade para todos, para se viabilizarem dependem fundamentalmente, dentre outros fatores, de um processo educacional libertário e universal, que tenha como um de seus principais enfoques a questão da cidadania. Em outras palavras, busca-se a constituição de um processo que, das primeiras letras à universidade, no âmbito do sistema educacional e em condições específicas de outros sistemas – (informação, comunicação, produção, lazer, etc), tenha como finalidade alcançar uma efetiva e permanente situação de Educação para a Cidadania, tendo como um dos referenciais básicos o resgate dos espaços públicos comunitários como instrumentos de ação e participação do próprio cidadão.

Para SANTOS, a cidadania é também uma questão pedagógica, e uma grande tarefa deste fim de século é a crítica ao consumismo e o reaprendizado da cidadania, objetos que não podem ser alcançados separadamente: “A cidadania, sem dúvida, se aprende. Assim ela se torna um espírito que se enraíza na cultura... e se impõe como uma situação social, jurídica e política”.¹⁷

A educação para a cidadania, segundo ZALUAR, não se reduz a ter o estômago cheio. “Pouco ou nada se diz sobre o uso da liberdade, da iniciativa, da criatividade, da sensibilidade ou da participação que se queira alcançar”.¹⁸

Neste contexto GRAJEW, em artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo afirma: “Precisamos criar condições de preparar a próxima geração para

¹⁷ SANTOS, Milton. Op. Cit. p. 7

¹⁸ ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao Paraíso*. Juventude política social. São Paulo. Editora Escuta. Editora UNICAMP. 1994. p. 913

assumir responsabilidades na criação de uma sociedade civil responsável e solidária, para exercer plenamente a cidadania e para criar capital social”.¹⁹

Que tipo de educação irá promover a união social? – Esta indagação é feita por READ, cuja resposta é assim por ele dada:

*A resposta é naturalmente, o mesmo tipo de educação que aquele que promova a integridade pessoal. A educação deveria sempre abranger o um e os muitos, a pessoa e o grupo; e qualquer fase de educação que tende a dar ênfase à pessoa contra o grupo, ou grupo contra a pessoa, é, obviamente destruidora... mecanismo que ajuda a perpetuar nosso sistema de classes.*²⁰

Valendo-se dos ensinamentos de Platão, para o qual o objetivo da educação se aproxima do vocábulo “virtude” e assim se constitui naquele aprendizado que inspira no educando o desejo apaixonado e ardente de se tornar um cidadão perfeito, READ nos propõe o conceito de “Educação para a Virtude” (que parte do modo lúdico, da educação por atividades): *Deveríamos passar nossas vidas, disse Platão, praticando jogos; e com jogos ele quis dizer não apenas atividades como futebol ou basebol, mas rituais, canto e dança, todas as atividades a que chamamos arte.*²¹

Diante desses princípios educacionais formulados pelos autores citados, haveremos de construir uma educação para a cidadania, como pilar de uma nova cidadania que se constrói e se reconstrói; que se aprende e se ensina e que se expande por ações e atitudes organizadas a partir dos espaços comunitários mais próximos e que tenha também no tempo livre condições de plenamente se efetivar. Enfim, uma cidadania que se obtém a partir de uma prática pedagógica, que nos leve à conquista de uma democracia aprimorada, que vá além da democracia formal e que objetiva a transformação, como fruto de uma ação refletida e deliberada pelos atores sociais, em contínuo processo de participação e autogestão das questões mais relevantes que constituem o cotidiano de suas próprias vidas.

Construindo a Utopia

Mudança de paradigmas, nova organização social, emergência do poder local, democracia participativa, ampliação e universalização da cidadania, educação para a virtude, espaços comunitários resgatados, tempo livre enriquecedor como tempo de liberdade, a plena vivência de uma cultura lúdica, através das artes e dos esportes livre e prazerosamente desenvolvidos e praticados.

Essas e outras situações não seriam meras subjetividades ou visões de mundo ingênuas diante do aprofundamento de sucessivas crises da atualidade?

¹⁹ GRAJEW, Oded. *Educação para a Cidadania*. Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 16/01/97. p. 3

²⁰ READ, Herbert. Op. Cit. p. 59

²¹ Idem. Ibidem. p. 61

O desejo por tais transformações estruturais na economia, na cultura, na sociedade não seriam visões carentes e desprovidas de maior senso de realismo?

Tudo isso não seria apenas uma concepção utópica? – Apenas, não, mas utópica, sim. A perspectiva utópica é premissa básica para a mudança.

RUBEM ALVES, ao abordar esse tema em debate, assim se manifestou: “O pensamento utópico é a afirmação na crença que as coisas podem ser diferentes, se tivermos ousadia para sonhar e coragem para agir”.²²

A relação entre cidadania e utopia é formulada por COUVRE, que ressalta ser a cidadania plena, “a cidadania dos que atuam nos vários níveis sociais para atingir o nível mais abrangente do mundo, avançando nessa ação como sujeitos em direção à utopia (e ao destino da Terra em seu navegar pelo Universo).”²³

A UNESCO prioriza a discussão sobre o tema em uma de suas importantes publicações²⁴, destacando-se as seguintes afirmações:

Só aqueles que vêem o invisível podem realizar o impossível. (Bernard Lown – Prêmio Nobel da Paz – 1985)

Toda aventura humana importante em qualquer âmbito – científico, religioso, político – precede de uma forma de pensamento utópico... A utopia traçaria, então, o perfil do futuro. (Federico Mayor)

O presente só está plenamente vivo na tensão entre o passado e o futuro – As culturas que não tem utopia retrocedem rapidamente ao passado. Onde não existe utopia que abra possibilidades, encontramos-nos num presente estaricado, estéril. (Paul Tillich – teólogo americano)

SOUZA também ressalta a importância do pensamento utópico na permanente construção de uma cultura renovada, ao propor:

*A cultura está entre nós sempre. É no campo da consciência que o mundo se faz ou se desfaz, é nesse universo de imagens, de som, da ação, da idéia. Tudo se resolve na criação. É na invenção que o tempo volta atrás e vai para o futuro – Transformar na fantasia é o primeiro passo para transformar na realidade.*²⁵

Assim, MIRANDA propõe a democratização de cultura como uma luta pelo esfacelamento do silêncio monstruoso que nos oprime, convidando-nos a trabalhar não só pelo consumo, mas pelo “fazer cultural”, traduzido em um

²² ALVES, Rubem. *Tarde demais para esperanças utópicas*. Conferência de Abertura do 1º Encontro “Arte, Sociedade, Utopia” promovido pela Fundação Bienal de São Paulo em Novembro de 1981.

²³ COUVRE, M. A. *A cidadania que não temos*. São Paulo. Brasiliense. 1986.

²⁴ Revista O Correio da UNESCO. Ano 19. Nº 4. Brasil. Abril/1991.

²⁵ SOUZA, Herbert (Betinho). *Ética e Cidadania*. São Paulo. Editora Moderna. 1994. p. 16 e

direito à cultura que supõe uma tríplice recusa, simultânea a uma tríplice afirmação: “a recusa da banalidade em favor da afirmação, da singularidade; a recusa do dogmatismo em favor do multiculturalismo; a recusa do silêncio em favor da expansão da voz”.²⁶

A confiança no povo, no poder de sua ação, de sua visão de mundo é outra situação compartilhada com o pensamento utópico, que se manifesta em nuances diferenciadas emitidas pelos autores abaixo:

FREIRE : “Crer no povo é a condição prévia, indispensável à mudança revolucionária”.²⁷

BOSI, A: “Se o povo vive em condições, digamos, razoáveis de sobrevivência ele próprio saberá gerir essas condições para que a sua cultura seja conservada. Não pela cultura em si, mas enquanto expressão da comunidade, de grupos, de indivíduos em grupos”.²⁸

ALVES: “O lazer é direito do ser humano, mas é preciso que seja escolha do indivíduo como esse direito se realizará para que possa se tornar parte de sua trajetória como cidadão. Para isso, basta garantir-lhe o acesso à informação e equipamentos. O vôo é livre”.²⁹

Assim, pois, é preciso desmistificar o conceito de Utopia. Mais do que desmistificá-lo, faz-se necessário livrá-lo de preconceitos e de julgamentos negativos que apressadamente lhe são impostos, ora pelo senso comum ora por ambientes acadêmicos e científicos.

É evidente que precisamos esclarecer de que Utopia estamos falando. É necessário delimitar o campo de nosso entendimento sobre o conceito, que simultaneamente deve integrar a imaginação e a razão, num equilíbrio delicado, tênue, porém possível de ser edificado.

Nesse sentido, COELHO, refere-se à “imaginação utópica”, propondo-lhe a seguinte definição:

Aquela capaz de prolongar o real existente na direção do futuro, capaz de antecipar esse futuro enquanto projeção de um presente a partir daquilo que neste existe e é possível de ser transformado, mais, de ser melhorado.

*É o ponto de contato entre a vida e o sonho, sem o qual o sonho é uma droga narcotizante, como outra qualquer, e a vida, uma seqüência de banalidades insípidas.*³⁰

²⁶ MIRANDA, Danilo Santos de. *O Direito à Cultura*. Cadernos Cidadão. SESC. São Paulo. N° 6. Agosto/1998.

²⁷ FREIRE, Paulo. Op. Cit. p. 51

²⁸ BOSI, Alfredo. *Cultura como Tradição*. In: BORHEIM, Gerd (org). *Cultura Brasileira*. Tradição/Contradição. Rio de Janeiro. Zahar. 1987. p. 44

²⁹ ALVES, Vânia. *O Tempo Livre e o Lazer Criativo*. Cadernos Cidadão. SESC. São Paulo. N° 5. Julho/1998.

³⁰ COELHO, Teixeira. *O que é Utopia?*. Coleção Primeiros Passos. P. 8 e 9.

Nesta direção, vale a pena refletir sobre algumas idéias de READ, que preconiza o fim do lazer como necessidade ou como compensação, em razão de um possível redimensionamento das atuais condições de trabalho:

Assim, devemos reformar nossa estrutura industrial, as condições de trabalho e produção, e o nosso trabalho diário voltará a ser entusiasmante, e a divisão que existe entre trabalho e jogos, ou diversão vai desaparecer em grande medida. E com seu desaparecimento teremos resolvido o problema do lazer. Pois o problema do lazer não existe na sociedade saudável: ele é meramente o tempo que reservamos para descanso, meditação ou recreação, numa vida ocupada inteiramente, de outro lado, em atividades criativas, com o que quero dizer simplesmente, fazer coisas, produzir coisas.

*Quando o que fazemos é o exercício da habilidade e da imaginação humanas em todos os campos do trabalho humano, então as diferenças entre trabalho e diversão, entre arte e indústria, entre profissão e recreação, entre jogos e a poesia – todas essas distinções desaparecem. O ser humano se torna ser humano total e seu modo de vida uma contínua celebração de sua força e de sua imaginação.*³¹

E conclui o autor: "O verdadeiro artesão não tem lazer, apenas descanso e liberdade".³²

Será tal situação algum dia possível de ser obtida?- Como resposta, nada mais pertinente que o adágio: "Sejamos razoáveis, desejemos o impossível...".

4.3 UMA CULTURA ESPORTIVA RENOVADA

Em um mundo a ser transformado, que busca novos paradigmas, que objetiva encontrar valores renovados para melhor lastrear as relações entre os homens, visando sobretudo o bem-estar, a felicidade e um estado de alegria para todos, o esporte, para cumprir o papel que dele se espera nesse contexto transformador, haverá também de se modificar, no sentido de reencontrar a sua dimensão integral e lúdica e de eliminar tudo aquilo que o identifica como instrumento auxiliar de alienação e reforço à sociedade do consumo e do rendimento.

Uma nova visão do Esporte não será, portanto uma nova teoria ou um discurso recheado de boas intenções, ou ainda a mera intenção de algumas pessoas conscientes da necessidade de sua transformação. Deverá, sim, constituir-se em um processo permanente a permear o conjunto de suas instituições específicas, a universidade, os meios de comunicação e, sobretudo o cidadão esportivo, aquele que pratica e aprecia suas modalidades no cotidiano.

³¹ READ, Herbert. Op. Cit. p. 31

³² Idem. Ibidem. p. 54

Do mesmo modo não será um movimento isolado, mas ao contrário, intimamente relacionado com todas as iniciativas organizadas em curso que se fazem atuantes no seio da sociedade civil, comprometidas com as mudanças requeridas e absolutamente inadiáveis que necessitamos em escala planetária, mas a serem conquistadas a partir dos mais diversos e diferentes níveis locais.

De acordo com SÉRGIO,...

*A resposta a dar ao desafio que a situação de crise da humanidade lança aos grupos e às nações há de vir também do **desporto**, que não pode conceber-se sem uma nítida relação axiológica em ordem a um desenvolvimento integral do homem e da humanidade, já que um problema que exclua a totalidade, não só "é mal posto, como não tem solução".³³*

Assim contextualizado, esse autor propõe para o Esporte uma atividade que vá além, que transcenda a si mesma, buscando em seu profundo conhecimento (negando-o sem rejeitá-lo) uma possibilidade de superação, vislumbrando-se nela um sinal de utopia:

O esporte que conhecemos hoje, deve ir além, transcender, transformar-se no "esporte da paz", paz aqui entendida como resultante e condição de desenvolvimento. Desenvolvimento esse que irá resgatar o esporte enquanto veículo de condução a democracia (participação e decisão), à criatividade (através de expressão corporal), ao encontro dialogante (sem deixar de ser competitivo) e fraterno (sem deixar de ser corajoso) com os outros e conosco próprio.³⁴

O autor indica novas perspectivas para o esporte, salientando que no momento atual, ele se torna uma nova prática subordinada às grandes idolatrias vigentes: o crescimento, o rendimento, o narcisismo e a propriedade econômica, apresentando-se como reflexo de um mundo extremamente competitivo que não respeita a atmosfera lúdica e, desse modo, manifesta uma dualidade incontroversa entre o campeão e os demais concorrentes.

Essas novas perspectivas para o Esporte, segundo o autor, serão concretizadas a partir de novas premissas, que num esforço de síntese de nossa parte, em relação às propostas do autor, assim se apresentam na direção do Desporto do Futuro:³⁵

A competição passa a ganhar o componente do diálogo deixando de ser brutal, assim como dar-se-á o banimento do puritanismo ascético e da lógica puramente tecnocrática, geradoras de ansiedade e tristeza.

O esporte do futuro valorizará a dimensão comunitária, no lugar da militarização e da robotização, com acesso facilitado a suas práticas em locais

³³ SÉRGIO, Manuel. *Desporto do Futuro*. Revista Corpo e Movimento. APEF. São Paulo. N° 3. Outubro/1984. p. 7 a 10.

³⁴ Idem. Ibidem.

³⁵ Idem. Ibidem.

próximos ao trabalho. Valorizará também os espaços verdes e um urbanismo arquitetado em critérios ecológicos.

Um esporte renovado irá superar o dualismo corpo/alma e as oposições entre uno/múltiplo, simples/complexo, natureza/cultura e homem/mulher, bem como a oposição entre cultura como tradição e cultura como criatividade.

Alternativa, ao invés de repetição é característica de um esporte que se integra ao direito ao lazer; que não está contra o espetáculo esportivo, mas contra o sistema de valores que o comanda (espetáculos massificantes. Intoxicados de mitos e seus deuses).

Por fim propõe SÉRGIO, um esporte que não vise somente a saúde e a aptidão, mas que também seja agente e fator de cultura, dirigido e planejado por esportistas, autônomo e livre de ingerências políticas e do poder econômico. Um esporte que seja ciência e técnica, não para condicionamento do praticante e do espectador, mas para melhor corporizar no tempo os projetos de promoção e libertação do homem.

Jogo, Humor e Festa

Essas três palavras poderiam, em grande parte, sintetizar as assertivas acima descritas, no sentido de uma visão renovada para o esporte do futuro. SÉRGIO vai além em sua análise, propondo:

Desporto que atualize o substrato cultural do povo (dando uma atenção aos jogos tradicionais, às diversas formas de desporto popular, às pequenas agremiações locais) no lugar do imperialismo do desporto, instituição reprodutora e multiplicadora das taras do Ter e do Poder. De fato, a manutenção dos jogos tradicionais representa, em muitos casos, uma recusa ativa e empenhada, por parte do povo, do desporto do poder. Não residirá nesses jogos e desportos populares, a semente de um desporto novo ?

*Tem tudo para isso: ânsia de vencer, expressividade e comportamento motor, e simultaneamente: **jogo, humor e festa.***³⁶

A concepção do Esporte como jogo, humor, e festa proposta por Manuel Sérgio é também compartilhada por outros autores, que apresentam contribuições significativas para um aprofundamento dessa reflexão.

ZALUAR, a esse respeito afirma:

Na visão integradora do esporte na comunidade é preciso assinalar o seu aspecto de "festa", que implica a participação de outros atores nesta representação dramática que é o jogo esportivo (encontro com "comunidade") ...A presença dos jogos e competições nas festas e rituais

³⁶ SÉRGIO, Manuel. Op. Cit. p. 7 a 10.

*locais é, de fato, o que marca o esporte nas sociedades em que a idéia de comunidade é mais forte do que a indústria do esporte.*³⁷

BRANDÃO, como já mencionado, ressalta a importância de políticas de esporte, cultura e lazer que promovam a reconquista cidadã do direito à afirmação generosa da gratuidade, através do encontro de pessoas, corpos e espíritos, empenhados não na produção de algo, mas no próprio encontro de sujeitos.³⁸

Nesta direção, HUIZINGA afirma que “o esporte permite a representação do social idealizado, nos complexos e variados processos que dão ordem, beleza e alegria às sociedades humanas”.³⁹

Por último, SANTOS apresenta o seu entendimento sobre os significados sócio-culturais da festa numa dimensão de cultura popular:

Viver, trabalhar, fazer festa, se encontrar, conversar com o outro é estar disponível.

*... O importante é que haja essa enorme produção, essa capacidade de produzir festa, pois a festa carrega uma enorme força associativa, em consequência uma enorme força de produção de idéias sobre o mundo, sobre o país, sobre o outro, sobre si mesmo.*⁴⁰

4.4 O FUTEBOL DE PRAIA COMO FESTA ESPORTIVA

As idéias e princípios sobre o caráter festivo que o Esporte pode suscitar, enunciados por Manuel Sérgio, Alba Zaluar, Carlos Brandão, Huizinga e Milton Santos podem ser apontados como caminhos para a renovação axiológica da atividade esportiva, na direção de uma prática cultural-associativa e cidadã, na busca de uma organização social renovada e que seja capaz de assegurar uma vida mais digna para todos os povos no limiar do próximo século, encontram-se em boa parte presentes na cultura do futebol de praia santista.

A manifestação permanente e constante de aspecto festivo é, portanto, o terceiro pilar, que ao lado de cultura e cidadania, dá a essa prática esportiva, identidade e personalidade próprias, elementos que entendemos serem os principais fatores de sua sustentação e permanência.

Ao romper com valores consagrados pelo esporte de competição, tais como resultados obrigatórios, vitórias em eventos, ser o melhor, treinamentos extenuantes, cobrança de performances, etc., o futebol de praia torna-se

³⁷ ZALUAR, Alba. Op. Cit. p. 53

³⁸ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Espaços Públicos de Lazer e Cidadania*. Revista Paixão de Aprender. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. N° 6. Março/1994.

³⁹ HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. São Paulo. Perspectiva. Editora USP. 1971.

⁴⁰ SANTOS, Milton. Entrevista concedida sobre a importância do Tempo Livre à Revista E. SESC. São Paulo. Julho/1998.

essencialmente lúdico, desvinculando-se das características utilitárias e consumistas do esporte moderno.

O lúdico, a festa, o convívio, a camaradagem, a horizontalidade das relações sociais entre aqueles que dele participam ficam, a nosso ver, evidentes nos diversos depoimentos obtidos pela pesquisa e citados no texto em todos os seus capítulos.

O futebol de praia constitui-se em uma atividade de lazer que, embora não deixe de ser compensatória e de rompimento temporário e exíguo com as situações robotizadas, monótonas, repetitivas que se estabelecem no cotidiano profissional, social e familiar da maioria das pessoas, é também uma forma de lazer, que através do esporte estabelece uma cultura de ação e trabalho social de livre e desejada adesão; que se funde em compromissos do indivíduo com o grupo, no estabelecimento de uma história esportiva local que é permanente e simultaneamente construída por intermédio de tradição e ruptura.

O futebol de praia, ao não permitir a dissociação entre a prática e o espetáculo, engaja todos os seus atores em sua própria constituição, reforçando assim a dimensão comunitária, e a superação de barreiras sócio-profissionais.

Outro aspecto fundamental dessa prática esportiva, associada ao exercício da cidadania, é a valorização do indivíduo, acima de qualquer outra condição que o mesmo possa apresentar, seja como atleta, como possuidor de bens, ou papéis sociais que eventualmente desempenhe em outras esferas sociais, visto que direitos e deveres são coletivamente definidos por um consenso que se estabelece na convivência com eventuais adversidades.

Assim, formulando o próprio lazer, os participantes do futebol de praia estabelecem uma relação peculiar com a sua cidade, apropriando-se legitimamente de espaços comunitários e pondo em prática uma organização democrática e auto-gestiva de suas atividades.

Uma forma de lazer que se assenhora do tempo e do espaço em função unicamente dos interesses e anseios de seus participantes, que assim se constituem em sujeitos, criando e recriando situações que proporcionam momentos de prática esportiva e convivência social extremamente agradáveis.

MAGNANI vê nas mais variadas formas de entretenimento e cultura popular um rico processo de produção e circulação de significados, que de um lado estabelece um espaço concreto de relações e, de outro, contempla passagens e mediações entre o “pedaço” (local) e a sociedade mais ampla.⁴¹

Neste sentido, a praia surge como um espaço privilegiado que une o território à cultura, (como nos propõe Milton Santos). Através da prática do futebol nessa imensa área de lazer, seus praticantes trocam informações, exercitam e ampliam os laços de associativismo, num clima permanente de alegria e festa, manifestando-se como efetiva forma de expressão de um universo simbólico.

⁴¹ MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no Pedaço*. Cultura Popular e Lazer na Cidade de São Paulo. São Paulo. Brasiliense. 1984. P. 140, 168 e 169.

Essa situação de festa, pois, contribui sensivelmente para a consolidação desta cultura esportiva lúdica, em que se situa o futebol de praia santista. Assim perpetua-se essa cultura, proporcionando àqueles que se dedicam à essa prática oportunidades renovadas de exercício de cidadania, na medida em que se consolida uma opção de lazer como fruto de uma ação objetiva e consciente, organizada coletivamente e que se traduz na conquista de um direito, que certamente constitui lastro para melhor inserção desses indivíduos na vida comunitária, bem como em termos de uma cidadania de caráter mais amplo.

Este componente lúdico, festivo, predomina em todos os momentos: desde o ponto de encontro dos jogadores, o teor das conversas, o jogo em si e a comemoração posterior, que sem dúvida configura um tipo de esporte que se desenvolve com muito mais alegria e muito menos agonia, apresentando-se, ao menos em seus limites como um processo que aponta para uma utopia esportiva, ainda que provavelmente seus atores não tenham consciência disso, mas que certamente a vivenciam de forma renovada a cada semana.

Esporte, Lazer, Convivência, Comunidade, Cidadania e Festa são, portanto, as palavras-chave que podem ser associadas ao futebol de praia desenvolvida pelos clubes de praia de Santos – uma cultura esportiva própria que se insere na vida da cidade e no cotidiano de seus protagonistas e, quem sabe, mais à frente, venha a ser um dos referenciais para o esporte do futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, num esforço de síntese, retomamos a análise de alguns depoimentos extraídos das entrevistas, bem como alguns dos conceitos estudados, no sentido de ressaltar a importância do futebol de praia santista, enquanto manifestação de lazer, cultura e cidadania, inserida no que denominamos de esporte cidadão.

O significado dessa prática esportiva, em primeiro lugar, destaca-se, na ótica da cidadania, quando nos deparamos com as limitações impostas aos cidadãos comuns brasileiros, no que diz respeito ao exercício de sua própria cidadania.

Várias situações sociais refletem essas limitações que apontam para uma tradição histórica e cultural conformista, não participativa, que produz e reproduz sistemas que preestabelecem o lugar de cada um na sociedade.

Tais situações têm como desdobramentos o surgimento de espaços alienados que as pessoas não ajudaram a criar; indivíduos que conseguem identificar apenas aquilo que os desunem (SANTOS); o predomínio de relações sociais indiretas e mediatizadas, em detrimento de relações diretas (frente-a-frente) dos homens entre si e destes com a natureza (BRANDÃO) e o predomínio de uma cidadania relacional que reflete grandes desigualdades, não centrada na própria condição cidadã do indivíduo, mas, sim na sua capacidade de estabelecer relações, o que acarreta a existência de cidadãos de primeira, segunda, terceira... categorias.

O futebol de praia, em segundo lugar, ganha relevância frente aos padrões habituais que predominam no esporte oficial cada vez mais envolvido pelo consumismo, utilitarismo e desumanização de suas relações e que acabam por desembocar no fanatismo, no chauvinismo e no antagonismo exarcebado.

Diante dessas situações adversas do esporte oficial, o futebol de praia destaca-se como efetivo instrumento de educação social e de educação para a cidadania ao construir um amálgama que produz a devida liga entre o território e a cultura, configurando o indivíduo-cidadão em determinado lugar(SANTOS), estabelecendo o seu "pedaço" como espaço intermediário entre o público e o privado, no qual se desenvolve a vida associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações e onde se tece a trama do cotidiano (MAGNANI).

As relações inter-pessoais e grupais que se desenvolvem no ambiente do futebol de praia fomentam atitudes que promovem o encontro em detrimento do confronto (BROTTO), concretizando o lazer como direito e estímulo à afirmação generosa da gratuidade (BRANDÃO), reconstruindo, nesse ambiente, espaços de convivência comunitária (DOWBOR).

Observa-se no futebol de praia, o cidadão assumindo a condição de agente, ao invés de ser meramente um beneficiário das atividades, construindo relações amistosas e solidárias, superando assim o anonimato. Observa-se também a condição de se fazerem sujeitos, que lutam e agem por seus direitos (COUVRE), escrevendo a sua história esportiva, num estado de espírito que se enraíza na cultura (SANTOS).

Direitos e deveres iguais para todos prevalecem sempre. "Todos pagam a mensalidade, inclusive aqueles que poderiam estar recebendo para jogar na

várzea” (HUGO) reflete essa norma fundamental e democrática, denotando ausência de privilégios até para aqueles que se destacam pela performance – “Todos pagam, todos jogam pelo menos meio-tempo” (GALACHO). A impessoalidade das regras é ressaltada na afirmação: “É difícil p’ra gente punir um amigo. Então o regulamento já prevê punições para as ocorrências mais comuns” (PARADA).

O significado da autonomia financeira que desobriga o clube de imposições do poder público e dos organismos oficiais do esporte local e regional, ou de outras dependências com pessoas ou grupos, fica patente na observação: “As despesas são bancadas pelo conjunto das contribuições dos sócios. E isso é muito importante” (PÉRSIO).

O exercício do poder como forma de servir, a necessidade de alternância desse poder é também ressaltada: “A presidência é uma forma de retribuição de tudo aquilo o que recebemos do clube – quem já foi dá lugar para os outros, somos contrários a qualquer forma de reeleição” (PÉRSIO) – “São pessoas que você percebe que elas fazem aquilo porque está dentro deles, sem nenhum interesse com sua vida profissional, não estão querendo vender nada” (HUGO).

A ausência de interesses pessoais, de utilitarismo, fica clareada com a afirmação: “O fato do clube não ter sede e tudo o mais, acho que colabora, porque aqui não há outros interesses”(PÉRSIO) - “Naquela época (dos campeonatos) alguns atletas começaram a querer obter vantagens, ganhar dinheiro e isso não existe aqui” (GALACHO).

A performance, a habilidade, o fato de ser um bom atleta são relativizadas: “Jogar bem é desejável, mas não é essencial. É preciso que o cara seja de convivência fácil. A gente vê o homem que ele é. Se o cara tem aquela mentalidade da várzea, de disputa, de provocar confusão, não serve” (PARADA).

O respeito à individualidade é um dos princípios de maior relevância: “É preciso dar explicações sobre uma porção de coisas” (HUGO referindo-se às suas funções e às relações que mantém com o coletivo dos sócios) – “As mudanças (do regulamento) introduzidas passam por um período de experiências, permanecendo aqueles que são aceitos pela maioria” (PARADA). O respeito mútuo é outro valor fundamental. “O desrespeito é intolerável, o sócio não pode desrespeitar os companheiros” (NETO).

Nem tudo, porém, são flores: “É difícil contentar todo mundo, é uma “barra” sabe? Aliás cheguei a perder amigos por causa disso. O clube tem regulamento e você tem de fazer cumprir. E você sabe, tem gente que não gosta de seguir regras” (PARADA).

No entanto há uma grande capacidade de superação dos problemas, pela busca do consenso, pela convivência com as adversidades. “Dentro do campo surgem divergências, porém após os jogos os problemas ocorridos são resolvidos” (HUGO).

Relações amistosas e diretas, horizontais e não hierárquicas prevalecem entre os sócios. “Quem é mais (em termos de riqueza ou instrução) não se destaca, quem é menos não se rebaixa” (PARADA). O caráter festivo, do encontro a cada semana fica patente no depoimento: “Pelo próprio regulamento é preciso que as pessoas se reúnem já a partir do ponto-de-encontro para assinar, a lista de presença – Tudo é motivo para festa” (NETO).

A convivência, para a maioria dos sócios, é tão importante quanto o próprio jogo, conforme atestam várias declarações: “Às vezes a gente não está com vontade de jogar e não joga, mas comparece” (ISAIAS). “O segredo, veja bem, é o pós-bola. Na verdade o jogo p’rá alguns não dá mais. Hoje temos a barraca, surgem brincadeiras, o bate-papos. São momentos que a gente vive. Você se sente bem, não tem briga, confusão” (HUGO). Ou ainda: “Aqueles que deixam de jogar permanecem no clube, assumindo outras funções” (ISAIAS).

O futebol de praia proporciona situações de enraizamento, assim percebidas pelos seus autores.

“Aqui todos nos conhecemos. Não é como na várzea que chamamos o outro pelo número da camisa ou pela posição que ele joga – Vai lá número 7, passa bola centro-avante – O pessoal chega, se cumprimenta, se abraça. O clube é uma lugar que acata, que aconchega, que acolhe e trata bem as pessoas” (HUGO).

Ao longo de seus trinta anos de existência, o futebol de praia, como prática recreativa, não competitiva, vai escrevendo uma página importante na história do esporte santista, estabelecendo memória e tradição: “Gostaria de ver o meu neto jogando no clube (o filho já joga), pois aqui não é simplesmente um local que você paga e vem quando quer. De uma forma ou de outra, você se sente útil, troca idéias, passa bons momentos. E a vida é feita de bons momentos, não é mesmo? Eu gostaria que esse clube se eternizasse” (HUGO). Velhos tempos são lembrados: “contamos “causos”, quando vínhamos à praia de bonde” (CARVALHAL).

Alguns clubes implantaram marcos (pequenos obeliscos) nos jardins da praia, em pontos frontais às áreas nas quais são demarcados os seus “campos”. É uma referência importante, tornando-se comum frases do tipo: “Aqui é o “pedaço” de Igaratá”- “Ali fica o campo do Democrático”- “O Chopebol joga sempre lá” (NETO).

A convivência exercida nos clubes de praia propicia situações de ampliação de horizontes, dos “atletas”, de conversas que habitualmente não são travadas em outros ambientes de sua vida pessoal e familiar: “Geralmente conversamos sobre o jogo passado, o futebol profissional, mas também os acontecimentos da cidade, a política”- “Conversa-se sobre assuntos que saem nos jornais, aqueles assuntos do momento. Política a gente discute, especialmente na época de eleição”- ‘Você sabe, somos na maioria quarentões, e a gente se sente como criança observando esse espetáculo” (o por do sol na praia, após o jogo) - (PÉRSIO).

A solidariedade é outra característica importante da cultura do futebol de praia: “Sim, inclusive quando algum sócio, deixa de comparecer por alguns sábados seguidos, sempre alguém vai atrás, procura saber se há algum problema”- “Tem sim, não tem alguma coisa escrita, pré-determinada, mas quando aconteceu o clube reagiu, de forma voluntária, entendeu? É coisa espontânea, fomos a fundo, levantamos e demos uma força” (PARADA).

A participação voluntária também se faz presente: “Eu gosto do ambiente do clube e faço coisas além da minha função” (ISAIAS) - “Ocasionalmente, alguns sócios fazem uma contribuição especial. Por exemplo, essa barraca foi doada por três sócios. Outras vezes, alguém doa um jogo de camisas, ou uma bola” (PÉRSIO).

A superação da violência no jogo é sempre uma preocupação que se impõe a todos: “Era briga toda hora (na várzea) e, você sabe, na praia não pode ter briga” (CARVALHAL) - “Se fôssemos jogar lá (na várzea), seríamos triturados. O nosso jogo é bem mais light” (ISAIAS).

O próprio surgimento do futebol de praia, como forma recreativa de prática esportiva, foi uma reação à violência que se fazia presente em esquemas de jogos mais competitivos: “Foi por causa da violência. Havia muita briga, não tinha polícia. Isso fez com que acabassem os campeonatos de praia. Basicamente a violência fez com que a gente fosse o primeiro clube a jogar por recreação, sem competir com outros clubes. Isso deu certo, tanto deu certo, que esta aí até hoje (30 anos) e foi copiado pelos outros clubes” (PARADA).

Neste e em outros aspectos se evidenciam situações de resistência, de diferença, adaptação e ruptura do futebol de praia, diante do esporte oficial, conforme atestam os depoimentos: “Ganhar ou perder é o que menos importa, embora todos querem ganhar” (ISAIAS) - “As substituições são feitas levando em conta o equilíbrio dos dois times. Às vezes trocam-se atletas entre os dois times para manter a graça do jogo” (PARADA) - “Eu não vou dar uma rasteira por trás no meu adversário para evitar um gol, e ninguém me cobra ou me critica por isso” (NETO).

Por último retomamos a questão da conquista legitimada do espaço da praia para a prática permanente da modalidade. Em primeiro lugar há uma explicação histórica: “Quando a Federação foi desfeita, há mais de vinte anos, os clubes continuaram a ocupar espaços, de acordo com a menor distância em relação ao local da moradia dos jogadores. Foi virando uma tradição que hoje todo mundo respeita” (CARVALHAL).

Essa ocupação em determinados horários é normalmente aceita pelos banhistas e pessoas que praticam outros esportes, embora vez por outra surgem problemas, superados via de regra pela negociação: “Na temporada, alguns não querem sair. Explicamos a lei, os horários permitidos para o futebol e eles acabam saindo. Uma boa conversa sempre resolve. Às vezes a gente até ajuda os banhistas a levar suas coisas p’ra outro lugar” (ISAIAS). – “Sempre tem um pessoal que joga “gol caixote” no nosso “campo”. Mas na hora do nosso jogo eles saem. Nesses últimos quinze anos não houve problemas” (NETO).

Os clubes de praia têm sabido reagir em momentos que seus “territórios” são ameaçados: “Teve um prefeito que quis acabar com o futebol de praia. Aí nos reunimos, acionamos os vereadores, a imprensa, e mostramos a ele a importância do esporte, os nossos objetivos e que estávamos lá há muito tempo. Isso aconteceu no início dos anos oitenta”(PARADA).

As atividades dos clubes de praia configuram assim um tipo de lazer que deixa marcas na cultura. Há, naturalmente o caráter compensatório diante do desgaste provocado por atividades profissionais desprovidas de maior alento e criatividade, mas não se restringe apenas a isso, transcendendo, na medida em que as próprias atividades são frutos de uma cultura de ação e trabalho social e comunitário, de adesão pessoal e de compromisso com o coletivo. “Às vezes deixo de viajar para estar aqui. É uma relação de amor” (PÉRSIO).

Os conceitos e depoimentos novamente ressaltados nessas considerações finais não são meras repetições. Objetivam, fundamentalmente, reforçar as principais características, nuances e situações que diferenciam o futebol produzido pelos clubes de praia santistas, em relação aos padrões hegemônicos do esporte oficial, no sentido de identificar essa prática como uma das possibilidades de se construir e de se concretizar um esporte renovado: **o esporte como manifestação de cultura e cidadania.**

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO DE PESQUISA (ENTREVISTAS E PROCESSO DE OBSERVAÇÃO)

ENTREVISTA

1 – Identificação do entrevistado

- Nome
- Endereço
- Cidade
- Telefone
- CEP
- Procedência
- Idade
- Estado Civil
- Profissão
- Instrução
- Função que desempenha no Clube

2 – Identificação do Clube

- Denominação
- Sede
- Tipo de Sede
- Data de Fundação
- Acontecimentos importantes da vida do clube
- Nível de institucionalização do Clube (informal/jurídico)

3 – Administração do Clube

- Composição da Diretoria (por cargos)
- Como se dá a divisão de tarefas entre a Diretoria?
- Como são escolhidos os diretores e por quanto tempo? É possível reeleição?
- De que forma o Clube supre suas necessidades financeiras? Quem contribui? Com qual importância?
- Quais as despesas fixas e variáveis?
- Quais são os lugares que o clube usa para suas atividades e de que forma isso se viabiliza? Como se dá a ocupação do espaço da praia?
- Onde se dá o ponto de encontro de atletas antes ou depois dos jogos?
- Há alguma dificuldade para a sobrevivência do clube?

4 – Vida Associativa do Clube

- Quais são as atividades imediatamente anteriores e posteriores aos jogos? O que acontece?
- Como são recrutados os atletas? Que vínculos ou obrigações mantém com o clube? Recebem algum incentivo para jogar?

- Há outras atividades regulares na vida do clube (por exemplo bailes, feiras, excursões, campanhas, jogos de mesa e salão, etc.)
- Além dos atletas quem mais (associados e/ou simpatizantes) faz parte do clube? Que atividades lhe são reservadas?
- Como é estabelecido o regulamento do clube? Quem participa de sua elaboração? Como o regulamento é divulgado entre o conjunto dos membros do clube?
- Como são estabelecidas as punições? Há o direito de defesa?
- Como (e por quem) é observado o cumprimento do regulamento?
- Além dos jogos realizados normalmente na praia, o clube participa de outros eventos esportivos de caráter competitivo?
- Como se dá o ingresso de novos associados ao Clube?

5 – Relações do Clube com a Comunidade

- Existem relações entre o Clube e outras associações esportivas da cidade e região?
- Existem relações entre o Clube e o Poder Público (Autoridades Municipais)?
- Quais as relações existentes entre o Clube e a Imprensa?
- Quais as relações existentes entre o Clube e outros tipos de Instituições (Associações, Igrejas, Sindicatos, etc.)

6 – Outras considerações

- Como se iniciou e como se dá na atualidade a vinculação do entrevistado com o Clube?
- Que importância esse fato tem para sua vida?
- Quanto tempo o entrevistado dedica à vida do Clube?
- Que tipo de atividade exerce?
- O que o motiva para isso?
- Por que e para quem é importante a existência do Clube?
- Como o entrevistado concebe a atividade esportiva? Quais os pontos positivos e negativos que atribui ao esporte?
- Qual o entendimento do entrevistado sobre questões éticas relativas ao Esporte, especialmente em relação a:
 - a) Violência
 - b) Vitória a qualquer preço
 - c) Fins justificam os meios
- Quais as diferenças fundamentais que o entrevistado identifica entre o futebol praticado na praia pelo seu Clube, em relação ao futebol varzeano e ao futebol profissional?

PROCESSO DE OBSERVAÇÃO

O pesquisador estará presente nas variadas atividades desenvolvidas pelos diversos clubes a serem pesquisados, destacando-se as esportivas propriamente ditas (jogos), aquelas que se verificam nos pontos de encontro dos atletas (anteriores e posteriores aos jogos) e outros eventos de caráter esportivo, social ou cultural.

O processo de observação será muito significativo, visto que através dele poder-se-á com maior intensidade:

- 1- Aproximar a relação sujeito-objeto da pesquisa
- 2- Verificar até que ponto a entrevista reflete o cotidiano das relações pessoais e comportamentais entre os associados do clube, uma vez que por melhor que seja conduzida e por mais isenta que possa ser, uma entrevista não escapa de elementos e interpretações subjetivas do entrevistado, além de se constituir sempre em uma situação provocada, ou seja uma intervenção externa originada pelo pesquisador.
- 3- Neste sentido, a observação virá confirmar, ou não, as respostas e os diálogos travados nas entrevistas, bem como certamente apontará novos caminhos e alternativas para o curso da própria pesquisa, permitindo também uma visão de conjunto do clube pesquisado, situação essa muito difícil de ser detectada numa entrevista. Em termos mais restritos, a observação irá buscar respostas para aspectos gerais e específicos da vida do clube que não podem ser encontrados numa entrevista, como também eventuais defasagens e contradições entre a teoria e a prática, o discurso e os fatos e aquilo que deveria ser e o que efetivamente acontece no dia-a-dia de suas atividades.

Portanto, a observação estará direcionada:

- 1- Em relação à administração do clube: que tipo de gestão se verifica: democrática, autoritária, colegiada, etc. Como se legitima o poder exercido pela diretoria em relação ao conjunto dos associados.
- 2- Em relação à vida associativa do Clube: a participação dos associados é igualitária? Há privilégios para alguns associados?
O regulamento é pessoal, ou seja, funciona da mesma forma para todos?
A violência é de fato coibida? Há algum grau de tolerância ou exceções que são absorvidas?
As atividades anteriores e posteriores aos jogos, servem para que? – Contribuem para maior integração de todos ou consolidam diferenças grupais ou de classes sociais? Induzem à confraternização ou servem para reforçar diferenças pessoais ou ainda para enfatizar humilhações e culpas individuais?
- 3- Em relação ao tema e aos objetivos da pesquisa: identificar no conjunto das atividades dos clubes pesquisados as relações pessoais e grupais que se verificam, envolvendo de um lado a busca do divertimento e de atividades de lazer livremente escolhidas, e, de outro, a interação social e a ampliação dos laços de cidadania, obtidas pela conquista de espaços urbanos, e de outros instrumentos necessários à viabilização dessas próprias atividades de lazer, que assim se inserem no que podemos denominar de cultura do cotidiano.

ANEXO 2**REGULAMENTAÇÃO E LEGISLAÇÃO SOBRE AS PRÁTICAS ESPORTIVAS
DESENVOLVIDAS NAS PRAIAS EM SANTOS****LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE A PRÁTICA DE
ESPORTES NAS PRAIAS DE SANTOS****TAMBORÉU E MINI-TÊNIS
DECRETO Nº 1.018/89**

Janeiro, Fevereiro, Julho e Dezembro

- Todos os dias, até às 10h30 e após às 16h, liberados em toda a extensão da praia.

Março a Junho – Agosto a Novembro

- De 2ª a 6ª. Liberados em toda a extensão de praia.
- Sábados, domingos e feriados, até às 11h e após às 16h, liberados em toda a extensão da praia.

**VOLEIBOL, FUTVOLEI E BASQUETE
DECRETO Nº 1.018/89**

Janeiro a Dezembro

- Todos os dias liberados, quadras montadas no máximo a 7m das barracas.
- Todos os dias liberados, quadras montadas no mínimo a 5m e no máximo a 25m da guia.

OBS.: É obrigatório a fixação junto ao poste de sustentação da rede, de uma placa com o distintivo da entidade. Não pertencendo a qualquer entidade, deverá ser afixada com o nome de uma ou mais pessoas que por ela se responsabilizem.

SURF

Janeiro, Fevereiro e Dezembro

- Todos os dias e horários, liberado do canal 2 até a divisa de Santos com São Vicente.

Demais Meses

- Todos os dias e horários, liberado do canal 6 até a divisa de Santos com São Vicente.

ESPORTES NÁUTICOS

Janeiro a Dezembro

- Todos os meses, dias e horários, liberado do final da areia da Ponta da Praia até a direção do Aquário Municipal.

OBS.: Além desta orientação, os Esportes Náuticos estão regulamentados pelo Decreto nº 1.403 de 29/07/91.

FRESCOBOL

Janeiro, Fevereiro, Março, Julho e Dezembro

- Todos os dias, até às 09h, na área que distar 100m de cada lado dos canais.

Demais Meses

- Todos os dias, até às 09h e após às 13h, liberado em toda a extensão da praia.

FUTEBOL DECRETO Nº 2.078/93

Janeiro, Fevereiro e Dezembro

- Todos os dias, após às 16h (17h no horário de verão), liberado em toda a extensão da praia.

Março a Novembro

- De 2ª a 6ª, das 09h às 15h, liberado na área que distar 150m de cada um dos lados dos canais.
- Sábados, domingos e feriados, após às 15h (16h no horário de verão), liberado em toda a extensão da praia.

Janeiro a Dezembro

- Todos os dias, até às 09h, liberado na área que distar 100m de cada um dos lados dos canais.

5. **OLÍMPIA PRAIA CLUBE / BANDA FALCÃO** (em processo de fusão)
 Fundação: 1965
 Localização/Referência: Posto 2
 Uniformes: Vermelho e Azul-Branco
 Número de Sócios: 50 Contribuição: R\$ 15,00
 Faixa Etária: 18 a 53 anos Média: 25 anos
 Diretoria: 3 Estatuto: Formalizado (por escrito)
 Admissão de novos Sócios: Por apresentação
 Ponto de Encontro: Bar Olímpia (antes do jogo) e Padaria da Rua Paraíba (depois do jogo)
 Sistema de Substituições: Por negociação (entendimento) entre os jogadores
 Outras Atividades: Festividade de final de ano
 Informação: Sérgio Formiga, 53 anos, Advogado e Diretor do Clube
6. **ALVORADA F.C.**
 Localização/Referência: Canal 2
 Fundação 1975 Origem: Grupo de Amigos
 Uniformes: Azul e Branco
 Número de Sócios: 60 Contribuição Mensal: R\$ 15,00
 Faixa Etária: 14 a 50 anos Média: 30 anos
 Diretoria: 5 Estatuto: Formalizado: (por escrito)
 Ponto de Encontro: Barraca de Praia do Clube
 Sistema de Substituições: Negociação (entendimento) entre os jogadores
 Outras Atividades: Volei, jogos de salão, festividade de final de ano (Revelion na praia) e festividades mensais
 Informações: Rivaldo Justo Filho, 46 anos, Advogado. Sócio do Clube

PRAIA DO GONZAGA (Entre Canal 2 e Canal 3)

7. **SAVEIRO PRAIA CLUBE**
 Fundação: 1985
 Localização/ Referência: Canal 2
 Uniformes: Vermelho - Branco e Azul
 Número de Sócios: 30
 Contribuição Mensal: R\$ 15,00
8. **ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE SANTOS**
 Localização/Referência: Hotel Atlântico
 Fundação: Aproximadamente há 30 anos
 Uniformes: Vermelho - Branco e Branco e Preto
 Números de Sócios: 50
 Contribuição Mensal: Não há (Atividade mantida pela própria Associação)
 Faixa Etária: 17 a 65 anos Média: 35 anos
 Diretoria (de Esportes): 2 Estatuto: Formalizado (por escrito)
 Admissão de novos Sócios: Ser advogado ou apresentado por um sócio
 Ponto de Encontro: Barraca da Praia (antes) e Bar Maré-Mansa (após os jogos)

Sistema de Substituições: Negociado (entendimento) entre os jogadores
 Outras Atividades: Atividades Sociais na Barraca da Praia aos domingos
 Informações: José Gilberto Franco, 46 anos, advogado, Ex Diretor de Esportes

9. GRÊMIO DOS AMIGOS

Localização/Referência: Av. Ana Costa
 Fundação: Aproximadamente há 30 anos
 Origem: Grupo de Amigos que jogavam informalmente na praia
 Uniformes: Azul-Branco e Amarelo- Branco-Preto
 Número de Sócios: 45 - Contribuição Mensal: R\$ 20,00
 Faixa Etária: 24 a 61 anos - Média: 50 anos
 Diretoria: 2 - Estatuto: Informal
 Admissão de Novos Sócios: Idade mínima de 40 anos apresentado por um sócio
 Ponto de Encontro: Barraca da Praia
 Sistema de Substituições: Por Revezamento
 Outras Atividades: Festividade de Fim-de-Ano, Jogo de Buraco (às 3as. feiras em outro local)
 Informações: Armando Monteiro, 51 anos, Comerciante, Coordenador de Esportes

10. WALTER PRAIA CLUBE

Localização/Referência: Bar Último Gole (Rua Carlos Afonseca)
 Fundação: 1970
 Uniformes: Azul - Branco e Vermelho - Azul
 Número de Sócios: 36 Contribuição Mensal: R\$ 25,00
 Faixa Etária: 20 a 70 anos Média: 35 anos
 Diretoria: 8 Estatuto: Formalizado (por escrito)
 Admissão de novos Sócios: Por apresentação
 Ponto de Encontro: Sorveteria Labasque
 Sistema de Substituições: Sorteio e Rodízio
 Informações: Orlando Forpes Filho, 34 anos, Direto Social

11. NÁUTICO PRAIA CLUBE

Localização/Referência: Canal 3
 Fundação: Aproximadamente há 40 anos
 Uniformes: Azul-Branco e Branco-Vermelho
 Número de Sócios: 40 Contribuição Mensal: R\$ 30,00
 Faixa Etária: 20 a 50 anos Média: 35 anos
 Diretoria: 2 Estatuto: Formalizado (por escrito)
 Ponto de Encontro: Bar Biruta – Rua Pindorama
 Sistema de Substituições: Por Rodízio
 Outras Atividades: Festividades mensais e “Casados x Solteiros”
 (final de ano)
 Informações: Ari Diniz, 35 anos, Prof. Educação Física Sócio do Clube

PRAIA DO BOQUEIRÃO (Entre Canal 3 e Canal 4)**12. ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE SANTOS**

Localização/Referência: Confeitaria Joinville

Fundação 1978

Uniformes: Azul e Amarelo

Número de Sócios: 30

Contribuição: Não há (Atividade mantida pela própria Associação)

Faixa Etária: 18 a 48 anos Média: 32 anos

Diretoria (de Esporte): 1 Estatuto: Formalizado (por escrito)

Sistema de Substituições: Negociação (entendimento) entre os jogadores

Outras Atividades: Volei

Informações: Glauco Vaz, 33 anos, Arquiteto, Sócio do Clube

13. BOLA DA PRAIA

Localização/Referência: Posto 5

Fundação: Aproximadamente há 25 anos

Origem: Grupo de funcionários do antigo Banco Nacional que jogava informalmente na praia

Uniformes: Azul-Amarelo e Verde-Preto

Número de Sócios: 50 Contribuição Mensal: R\$ 20,00

Faixa Etária: 20 a 50 anos Média: 35 anos

Diretoria: 3 Estatuto: Formalizado (por escrito)

Admissão de novos Sócios: Por apresentação de um sócio

Pontos de Encontro: Barraca de Praia (mini-barraca) e Bar "Quase Esquina"

Sistema de Substituições: Negociação (entendimento) entre os jogadores

Outras Atividades: Festividades mensais e de final de ano

Informações: Márcio Herrera, 41 anos, Despachante Aduaneiro, Diretor de Esporte

14. PRODUÇÃO A. C.

Localização /Referência: (Entre Posto 5 e Pinacoteca)

Fundação: Aproximadamente há 40 anos

Origem: Grupo de funcionários do ex Banco Mineiro da Produção

Uniformes: Verde e Branco

Número de Sócios: 32 Contribuição Mensal R\$ 10,00

Faixa Etária: 22 a 58 anos Média: 45 anos

Diretoria: 4 Estatuto: Formalizado (por escrito)

Admissão de novos Sócios: Fila de Espera

Ponto de Encontro: Barraca da Praia

Sistema de Substituições: Por ordem alfabética

Outras Atividades: Volei, Churrascos bi-mensais

Informações: Arnaldo Amaral, 58 anos, Profissional de Vendas, Presidente e Fundador do Clube

15. IGARATÁ CLUBE DE FUTEBOL DE PRAIA

Localização/Referência: Pinacoteca

Fundação: Aproximadamente há 30 anos

Origem: Condomínio do mesmo nome, cujos moradores jogavam informalmente na praia

Uniformes: Branco e Azul

Número de Sócios: 60

Contribuição Mensal: R\$ 20,00

Faixa Etária: 23 a 72 anos

Média: 30 anos

Diretoria: 7

Estatuto: Formalizado (por escrito)

Ponto de Encontro: Barraca da Praia

Sistema de Substituições: Rodízio

Outras Atividades: Tamboréu, Futevolei, Volei e Festividades mensais

Informações: Laudelino, 40 anos, Técnico em Mecânica, Diretor do Clube

PRAIA DO EMBARÉ (Entre Canal 4 e Canal 5)

16. SANTO ANTONIO BOLA

Localização/Referência: Igreja do Embaré

Fundação: Há um ano

Origem: Grupo de Amigos que jogava Gol-Caixote

Uniformes: Azul e Vermelho

Número de Sócios: 32

Contribuição: R\$ 10,00

Diretoria: 8

Estatuto: Em elaboração

Admissão de novos Sócios: Por apresentação de um sócio

Ponto de Encontro: Bar do Carlão

Sistema de Substituições: Saem os últimos que assinaram a lista

Informações: Adelino Pedro Santana, 50 anos, Representante Comercial, Presidente do Clube

17. BIRRABOL

Localização/Referência: Rua Sampaio Moreira

Fundação: 1991

Uniformes: Azul-Preto e Vermelho-Preto

Número de Sócios: 40

Contribuição Mensal: Variável, conforme as despesas

Faixa Etária: 18 a 55 anos

Média 40 anos

Diretoria: 3

Estatuto: Informal

Ponto de Encontro: Local dos jogos

Sistema de Substituições: Rodízio

Informações: Sidnei Advieri, 41 anos, Micro-empresário, Diretor do Clube

PRAIA DE APARECIDA (Entre Canal 5 e Canal 6)**18. REUNIDOS PRAIA CLUBE**

Localização/Referência: Colégio Escolástica Rosa

Fundação: 1997

Origem: Grupo de amigos que jogava informalmente na praia

Uniformes: Azul e Preto - Branco

Número de Sócios: 37

Contribuição Mensal: Variável, conforme as despesas

Diretoria: 8

Estatuto: Formalizado (por escrito)

Admissão de novos Sócios: Aprovação pela diretoria

Ponto de Encontro: Bar Diferente

Sistema de Substituições: Por Rodízio controlado

Outras Atividades: Festividades de final de ano

Informações: Reinaldo e Marcelo, Diretores do Clube

19. S.E.INDEPENDENTE

Localização/Referência: Rua Ricardo Pinto

Origem: Grupo de Amigos que jogava informalmente na praia

Fundação: 1980

Uniformes: Vermelho e Azul-Branco

Número de Sócios: 42 - Contribuição Mensal: R\$ 20,00

Faixa Etária: 25 a 52 anos - Média 35 anos

Diretoria: 8 - Estatuto: Formalizado (por escrito)

Admissão de novos Sócios: Apresentação de m sócio

Ponto de Encontro: Barraca do Carlos (ambulante)

Sistema de Substituições: Rodízio

Outras Atividades: Festividades mensais, Dominó

Informações: Wilson Roberto Ravena, 45 anos, Portuário, Diretor de Patrimônio

20. PRAIA E BOLA

Localização/Referência: Igreja Coração de Maria

Fundação: 1983

Uniformes: Azul - Branco e Amarelo - Branco

Número de Sócios: 35

Contribuição Mensal: R\$ 20,00

Faixa Etária: 17 a 58 anos

Média: 30 anos

Diretoria: 5

Estatuto: Formalizado (por escrito)

Ponto de Encontro: Barraca de Praia

Sistema de Substituições: Saem até os oito últimos que assinaram a lista

Outras Atividades: Churrascada mensal

Informações: Wallace, Presidente do Clube

21. CHOPEBOL

Localização/Referência: Canal 6

Fundação: 1976

Uniformes: Vermelho e Branco

Número de Sócios: 60

Contribuição Mensal: R\$ 20,00

Diretoria: 5 Estatuto: Formalizado (por escrito)
 Ponto de Encontro: Barraca de Praia
 Sistema de Substituições: Negociação (entendimento) entre os sócios
 Outras Atividades: Jogos de Sueca (após o futebol), Festividade de Aniversário do Clube, Jogo com profissionais no dia 31 de dezembro
 Informações: Nelson Gonzalez Ruas, 46 anos, Comerciante, Pres. do Clube

PONTA DA PRAIA (Após o Canal 6)

22. DEMOCRÁTICO A. C.

Localização/referência: Canal 6
 Fundação: 1956 Origem: Clube de Várzea
 Uniforme: Vermelho e Branco
 Número de Sócios: 80 Contribuição Mensal: R\$ 20,00
 Faixa Etária: 20 a 60 anos Média: 35 anos
 Diretoria: 8 Estatuto: Formalizado (por escrito)
 Admissão de novos Sócios: Por apresentação de um sócio.
 Ponto de Encontro: Barraca de praia (antes) e Bar da Trábulsi (depois do jogo)
 Sistema de Substituições: Negociação (entendimento entre os jogadores)
 Outras Atividades: Volei, Dominó, Festividades mensais e Revelion na praia
 Informações: João Augusto Carvalhal, Aposentado, Sócio do Clube

23. CLUBE DA PONTA

Localização/Referência: Aquário
 Fundação: 1967
 Origem: Grupo de Alunos da Escola José Bonifácio
 Uniformes: Azul e Vermelho
 Número de Sócios: 50 Contribuição Mensal: R\$ 20,00
 Faixa Etária: 20 a 60 anos Média: 40 anos
 Diretoria: 4 Estatuto: Formalizado (por escrito)
 Admissão de novos Sócios: Apresentação e período de adaptação
 Pontos de Encontro: Bar Barril 2000 (antes) e Barraca de Praia (depois dos jogos)
 Sistema de Substituições: Rodízios e Sorteios controlados
 Outras Atividades: Festividades quinzenais e de final de ano
 Informações: Luiz Ernesto Figueiredo (ex-presidente)

Clubes que jogam em outros horários

24. MILIONÁRIOS

Localização/Referência: Canal Zero (divisa c/São Vicente)

Observação: Jogos aos sábados pela manhã

25. FUTEBOL DO DOUTOR

Localização/Referência: Canal 2

Observação: Jogos às 4as.feiras pela manhã, dando continuidade a uma antiga tradição

ANEXO 4

REGULAMENTO DO CLUBE DA PONTA FUTEBOL DE PRAIA - 1998

1- CLUBE

- 1.10 CLUBE DA PONTA FUTEBOL DE PRAIA foi fundado em 15/SET/67 na cidade de Santos por prazo indeterminado, é formado pelos seus 55 associados e mantido exclusivamente pela contribuição destes associados.
- 1.20 CLUBE DA PONTA tem finalidade esportiva, social, cívica, cultural e cooperativa, sem fins lucrativos e é regido por este regulamento.
- 1.30 símbolo do CLUBE DA PONTA é a bandeira com três faixas verticais nas cores amarelo, branco e vermelho, com o escudo azul no centro, sendo estas as cores oficiais.

2- CONTRIBUIÇÕES

- 2.1 Todo associado terá de contribuir com uma bimestralidade cujo valor será estipulado e apresentado antecipadamente pela Diretoria, que inicialmente será de R\$50,00;
- 2.2 A bimestralidade deverá ser paga até o segundo sábado dos meses ímpares;
- 2.3 O associado em débito com a bimestralidade não poderá participar das atividades do clube;
- 2.4 O associado em débito com dois pagamentos poderá ser eliminado do clube, independente de qualquer aviso.

3- DIRETORIA

- 3.1 A Diretoria é composta por 4 (quatro) associados, com mandato a partir de 01/JAN/98 até 31/DEZ/98, não podendo ser reeleita na sua totalidade;
- 3.2 Farão parte da Diretoria os seguintes associados:

| | |
|------------------------|--|
| Presidente | Lauro Pereira Filho |
| Diretor Administrativo | Sidney Parada |
| Diretores de Esporte | Gilberto Rocha Nunes e Rui D'Ascola Gonçalves |

- 3.3 A Diretoria terá total autonomia para fazer cumprir o regulamento, resolver os casos omissos, visando sempre o bem estar dos associados do clube e a execução do planejamento por ela elaborado.

4- ATIVIDADE

- 4.1 A atividade principal do Clube é a realização das partidas de futebol de participação exclusiva dos associados, sendo seu controle feito através da súmula de jogo;
- 4.2 Todo associado interessado em participar da partida deve assinar a súmula, com exceção dos goleiros;
- 4.3 A súmula de jogo estará à disposição dos associados, todos os sábados, a partir das 12: 30 até o início da partida;
- 4.4 O associado que não assinar a súmula por dois jogos consecutivos, independente de qualquer pretexto, não poderá assiná-la entre os 22 primeiros, podendo fazê-lo após o 23º;

5- SUBSTITUIÇÃO

- 5.1 As substituições serão feitas através do sistema de sorteio, com a participação de todos os associados à exceção dos goleiros;
- 5.2 Serão feitos quantos sorteios forem necessários até que se substituam todos os interessados em participar da partida desde que tenham assinado a súmula, antes do início da partida;
- 5.3 Como critério serão sorteados nesta ordem:
 - 1º Os associados que foram sorteados menos vezes;
 - 2º Os associados menos assíduos;
 - 3º Os demais associados;
- 5.4 As substituições e a escalação dos times serão realizadas somente pelos Diretores. Estes terão plenos poderes para escalar os jogadores nas posições de jogo que garantam partidas mais equilibradas;
- 5.5 Fica a critério da Diretoria a validade ou não do sorteio quando da saída espontânea do jogador durante uma partida;
- 5.6 A cada cinco participações consecutivas o associado terá um sorteio de crédito. Entende-se como participação a realização total ou parcial de um jogo;
- 5.7 É vetada a participação de elementos não associados salvo autorização da Diretoria.

6- DISCIPLINA

- 6.1 O associado que assinar a súmula entre os 22 primeiros e não chegar até o início da partida, será suspenso neste dia;
- 6.2 Será suspenso por um jogo o associado que assinar a súmula entre os 22 primeiros e faltar;
- 6.3 Serão suspensos por seis jogos o associado que assinar a súmula por outro, assim como o que tiver seu nome assinado;
- 6.4 Será suspenso por três jogos o associado que sair de campo durante a partida sem ser autorizado pela Diretoria;
- 6.5 Será suspenso por um jogo o associado que for expulso pelo árbitro;
- 6.6 Será suspenso por seis jogos, podendo até ser eliminado, o associado que agredir o árbitro ou companheiro;
- 6.7 As punições serão aplicadas em dobro em caso de reincidência;
- 6.8 A Diretoria terá plenos poderes para decidir sobre as ocorrências não previstas neste regulamento.

ANEXO 5

TRINTA ANOS DE FUTEBOL DE PRAIA MATÉRIA DO JORNAL A TRIBUNA

Santos SEXTA-FEIRA, 26 de setembro de 1997

ESPORTES

Futebol Amador

Clube da Ponta faz festa pelos 30 anos

Sócios vão comemorar a data amanhã à noite na Associação dos Médicos

Da Reportagem

Não é o caso de dizer que o futebol tornou-se secundário para os integrantes do Clube da Ponta, mas com certeza, nessa altura de seus 30 anos completados no último dia 15, o tradicional encontro de sábados à tarde no campo armado na praia, em frente ao Aquário Municipal, adquiriu uma dimensão muito maior. Com a maioria da turma também já em idade madura, a bola na verdade tornou-se pretexto para uma convivência fraternal e até mesmo terapêutica para seus 56 sócios, boa parte deles sempre dispostos a permanecer noite a dentro na barraca do clube, jogando conversa fora enquanto degustam um cardápio infalível.

É verdade que nem sempre foi assim. Rivalidade e treinos aguerridos foram a tônica dos embates desde a primeira diretoria presidida pelo velho Bidilau. Craques renomados da praia como Cláudio Socó, Batistela, Edmir, Valtinho, Lélío, Nestor e Hugo, estes dois ainda ativos e sempre reverenciados, marcaram época pelo nível dos treinos que protagonizavam. Chegou-se ao ponto de uma cisão no quadro associativo, cada grupo frequentando um bar das imediações, e a preocupação era uma só: ganhar o treino para mais tarde curtir os rivais.

Hoje, embora os jogos continuem acirrados, como as discussões e eternas queixas contra as arbitragens fazendo com que elegantes e ponderados cidadãos — fora de campo, obviamente —, percam facilmente as estribeiras, mais importante é preservar o ambiente sadio e a camaradagem ali cultivados. Confraternizar é a ordem e para tanto, até mesmo uma



O grupo de atletas e associados do Clube da Ponta, em frente ao Aquário: rivalidade só no campo

espécie de tabu foi quebrado: esposas e filhos habitualmente se integram ao grupo, estas, enfim, conformadas com as ausências dos maridos sábados até tarde; aqueles, aos poucos conquistando seu espaço entre os mais velhos.

Assim, do garotão Ângelo, de 16 anos, ao decano Muller, de 65, os dois extremos do clube, sobrevive

um futebol de alguns assíduos, outros apenas penitentes, ao lado de manjados peladeiros conhecidos de todos os campos. Há aposentados que só não aposentam a bola, os que teimam em maltratá-la indiferentes ao deboche geral; uns poucos exaltados que ninguém mais leva a sério, e abnegados que destinam parte de seu tempo para a sem-

pre espinhosa tarefa de comandar. Coube ao atual presidente, Pêrsio Ramon Mecker Benitel, e o diretor de eventos, Sidney Parada, a iniciativa de não deixar que os 30 anos do Clube da Ponta passassem sem uma comemoração à altura. O clima é o jantar de confraternização amanhã, na sede da Associação dos Médicos, a partir das 21 horas.

Se você não anunciar aqui, depois não

VAI CHORAR
feito criança.

Anúncio no Caderno Esportes

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. **A Geração do Futuro**. Campinas. Editora Papirus. 1986
- ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo. Editora Perspectiva. 1997.
- ASSMANN, Hugo. **A Tri-lateral**. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1979.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **A Cidadania Ativa**. São Paulo. Editora Ática. 1991.
- BETO, Frei e outros. **Ética**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1978.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1986.
- _____. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro. Editora Graal. 1987.
- _____. **A Era dos Direitos**. Trad.de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo. Editora Campus. 1992.
- BOSI, Alfredo. **Cultura como Tradição**. In: BORHEIM, Gerd (org). **Cultura Brasileira - Tradição/Contradição**. Rio de Janeiro. Zahar. 1987.
- _____. **Plural, mas não Caótico**. In: _____(org). **Cultura Brasileira - Temas e Situações**. São Paulo. Ática. 1987.
- _____. **Cultura Brasileira**. In: MENDES, Dunerval T. (org). **Filosofia de Educação Brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Ática. 1982.
- BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular - Leituras de Operárias**. 5ª ed. Petrópolis. Editora Vozes. 1981.
- _____. **Cultura e Desenraizamento**. In BOSI, A. (org). **Cultura Brasileira - Temas e Situações**. São Paulo. Ática. 1987.
- _____. **Lembranças de Velhos**. São Paulo. T. A. Queiróz Editor/Editora USP. 2ª ed. 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **Como é Possível ser Esportivo**. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1983.
- BROTTO, Fábio O. **Jogos Cooperativos**. Se o importante é competir, o fundamental é cooperar. CEPEUSP. 1993.
- CARDOSO, F.H. **Cultura e Participação na Cidade de São Paulo**. CEBRAP. 1971.
- CASTAÑEDA, Jorge C. **Utopia Desarmada**. São Paulo. Editora Cia. Das Letras. 1994.

CAVALCANTI, Katia Brandão. **Esporte para todos – Um discurso ideológico**. São Paulo. Editora Ibrasa. 1984.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O Discurso Competente e outras Falas**. São Paulo. Editora Moderna. 1980

_____ **O que é Ideologia**. São Paulo. Coleção Primeiros Passos. Nº 7. Editora Brasiliense. 1984.

_____ **Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1986.

COELHO, Teixeira. **O que é Utopia**. Coleção Primeiros Passos. Nº12. São Paulo. Brasiliense. 1981.

COUVRE, Maria Aparecida. **A Cidadania que não temos**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1986.

_____ **O que é Cidadania**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense. 1991.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan. 4ª ed. 1991.

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas. São Paulo. Editores Autores Associados. 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do Futuro – Cidadania Hoje e Amanhã**. São Paulo. Editora Ática. 1997.

DOWBOR, Ladislau. **O Novo Contexto da Gestão Local**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1993.

_____ **O que é Poder Local**. Coleção Primeiros Passos. Nº 285. São Paulo. Brasiliense. 1994.

_____ **Da Globalização ao Poder Local: A Nova hierarquia dos espaços**. Revista Pesquisa e Debate. PUC. São Paulo. Agosto/1996.

_____ **A Reprodução Social – Propostas para uma gestão descentralizada**. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1998.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. Tradução Maria de Lourdes S. Machado. São Paulo. Perspectiva. 1973

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e Conteúdos Culturais do Lazer**. SESC São Paulo. 1980.

_____ et alii. **Olhares Novos sobre o Desporto**. Lisboa. Editora Compendium. 1980

- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo. Editora Perspectiva. 12ª ed. 1995.
- ELLIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Deporte y Ocio en el proceso de la civilización**. Madrid. Fondo de Cultura Económica. 1992
- FEIO, Noronha. **Desporto e Política**. Ensaios para sua compreensão. Lisboa. Editora Compendium. 1978.
- FISCHER, Tânia. **Poder Local, Governo e Cidadania**. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1993.
- _____. **Gestão Contemporânea**. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1997.
- FREIRE, João Batista. **Pedagogia do Futebol**. Rio de Janeiro. Ney Pereira Editora. 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 7ª ed. 1979.
- _____. **Ação Cultural para a Liberdade**. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 1997.
- FRIEDMAN, Georges. **O Trabalho em Migalhas**. Especialização e Lazer. São Paulo. Editora Perspectiva. 1972.
- GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo. Cortez Editores. 2ª ed. 1993.
- GEBARA, Ademir. **O Tempo na Construção do Objeto de Estudo de História do Esporte, Lazer e Educação Física**. In: **Coletânea do II Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física**. Ponta Grossa (PR). UEPG. 1994.
- GENRO, Tarso F. **Utopia Possível**. 2ª ed. Porto Alegre. Editora Arte e Ofício. 1995.
- GODOY, João Francisco (org). **Desporto de Base**. Piracicaba. Editora UNIMEP. 1992.
- GOMES, Tubino M.J. **Teoria Geral do Esporte**. São Paulo. IBRASA. 1987
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo. Editora Cia de Letras. 1995.
- HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. São Paulo. Perspectiva. Editora USP. 1971.
- LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo. Editora Kairós. 1980.

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas. Editora UNICAMP. 1992.
- LEFEBVRE, Henri. **Critique de la Vie Quotidienne**. 2ª ed. Paris. L'Arche. 1958. Vol. 1.
- MAGNANE, Georges. **Sociologia do Esporte**. São Paulo. Perspectiva. 1969.
- MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no Pedacço: Cultura Popular e Lazer na Cidade de São Paulo**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1984.
- _____. **Quando o Campo é a Cidade**. Fazendo Antropologia na Cidade. Edição Mimeografada. USP. 1995.
- MARX, Karl. **O Capital**. Tradução R. Sant'Ana. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1968. O Processo de Produção do Capital. V.I
- _____. **O Trabalho Alienado**. In: _____ Economia Política e Filosofia. Trad. de S. Patrícia. São Paulo. Melso. 1963.
- MEDINA, João Paulo S. **A Educação Física Cuida do Corpo e... Mente**. Campinas. Editora Papyrus. 1983.
- MOREIRA, Wagner; PELLEGRINOTTI, Idico; HEBLING, J.C.. **Futebol Evolução**. Gráfica UNIMEP. 1992.
- OSBORNE, David; GAEBIER, Ted. **Reinventando o governo – Como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Tradução de Sérgio Fernando G. Bath e Evandro Magalhães Junior. Brasília. Editora M. H. Comunicação. 5ª ed. 1995.
- PARLEBAS, Pierre. **Elementos de Sociologia del Esporte**. Malaga/Espanha. INISPORT. 1988.
- PELISSARI, Maria Aparecida. **A Condição Cidadã – Valores Éticos na Individualidade**. Piracicaba. Editora UNIMEP. 1995.
- PESSANHA, José Américo. **Cultura como Ruptura**. In: BORNHEIM, Gerd (org). **Cultura Brasileira - Tradição/Contradição**. Rio de Janeiro. Zahar. 1987.
- PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Torcidas Organizadas de Futebol – Violência e sua Afirmação – Aspectos da construção de novas relações sociais**. Taubaté (SP). Vogal Editora. 1997.
- READ, Herbert. **Educação nas coisas**. In: _____ **A Redenção do Robô - Meu Encontro com a Educação através da Arte**. Tradução F. Nuno. 2ª ed. São Paulo. Editora SUMMUS. 1986.

- RUSSEL, Bertrand. **Elogio do Lazer**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro. Zahar. 1977.
- SALLES OLIVEIRA, Paulo de. **Vidas Compartilhadas: O Universo Cultural nas Relações entre Avós e Netos**. Tese de Doutorado. USP. Vol. 2. 1993.
-
- O Lúdico na Vida Cotidiana. In: BRUHNS, Heloisa T. (org). **Introdução aos Estudos do Lazer**. Campinas. Editora UNICAMP. 1997.
- SANTIN, Silvino. **Universidade, Comunidade e Tempo Livre – Aspectos Filosóficos e Antropológicos**. Brasília. MEC/SEED. 1988.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo. Editora Nobel. 1987.
- SAVIANI, Demerval. A Filosofia na Formação do Educador. In: **Educação - Do Senso Comum à Consciência Filosófica**. 7ª ed. São Paulo. Editora Cortez. 1986.
- SCHUMACHER, E.F. **O Negócio é ser Pequeno**. Um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Editora Círculo do Livro. 1973.
- SÉRGIO, Manuel. **Filosofia das Actividades Corporais**. Lisboa. Editora Compendium. S.D.
-
- A Pergunta Filosófica e o Desporto**. Lisboa. Editora Compendium. 1991.
- SIMSON, V.; JENNINGS, A. **Os Senhores dos Anéis**. Poder, Dinheiro e Drogas nas Olimpíadas Modernas. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo. Editora Best Seller. 1992.
- SINGER, Paul. **Desemprego e Exclusão Social**. São Paulo. Perspectiva. Vol. 10. Jan-mar. 1996.
- SOUZA, Herbert de (Betinho). **Ética e Cidadania**. São Paulo. Editora Moderna. 1994.
- SILVA, Jefferson I. **Cidade Educativa**. São Paulo. Editora Cortez e Moraes. 1979.
- THOMPSON, E.P. O Tempo, a Disciplina do Trabalho e o Capitalismo. In: SILVA, Thomás Tadeu (org). **Trabalho, Educação e Prática Social - Por uma Teoria de Formação Humana**. Porto Alegre. Editora Artes Médicas. 1991.
- TOFFLER, Alvim. **O Choque do Futuro**. Tradução de Edmundo Francisco Alves. Rio de Janeiro. Editora Record. 5ª ed. 1994.

- VALENTE, Edison F. **Perspectivas Históricas do Movimento Esporte para Todos no Brasil**. Campinas (SP). UNICAMP. Grupo de História do Esporte Lazer. 1994.
- VERBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. Tradução de O. Frahenbuhl. São Paulo, Editora Pioneira. 1965.
- WEFFORT, Francisco C. A Cidadania dos Trabalhadores. In: LAMONIER, Bolivar (org). **Direito, Cidadania e Participação**. São Paulo. Editora T. A. Queiroz. 1981.
- WRIGHT MILLS, C. **A Imaginação Sociológica**. Tradução de W. Dutra. 6ª ed. Rio de Janeiro. ZAHAR. 1982.
- ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao Paraíso**. Juventude e Política Social. São Paulo. Editora Escuta/Editora da UNICAMP. 1994.

PERIÓDICOS

- ALVES, Vânia. **O Tempo Livre e o Lazer Criativo**. Cadernos Cidadão. SESC. São Paulo. Nº 5. Julho/1998.
- BRANDÃO Carlos R. **Espaços Públicos de Lazer e Cidadania**. Revista Paixão de Aprender. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Nº 6. Março/1994.
- CAVALCANTI, Kátia B. **EPT: Utopia, Demagogia ou Democracia**. Anais do Congresso Latino Americano de Esporte para Todos. Santos (SP). SESC. UNICAMP. Prefeitura Municipal de Santos. 1996.
- CNBB. **Ética, Pessoa e Sociedade**. Documento Nº 50. 31ª Assembléia Geral. Itaci - São Paulo. Edições Paulinas. 1993.
- COSTA, Lamartine P. da. **A Reinvenção da Educação Física e do Desporto segundo Paradigmas do Lazer e da Recreação**. Revista Desporto e Sociedade. Nº 6. Lisboa. 1987.
- DAMINELLI, Mario. **Participação e Ócio Associativo**. SESC - São Paulo. Centro de Estudos do Lazer. 1982.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Democratização do Esporte?** Cadernos de Lazer. Nº 4. SESC. São Paulo. 1980.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Formas Ideológicas de Participação**. São Paulo. Serviço Social e Sociedade. Nº 9. Vol. 3. Agosto/1982.
- MIRANDA, Danilo Santos de. **O Direito à Cultura**. Cadernos Cidadão. SESC. São Paulo. Nº 6. Agosto/1998.

- PARLEBÁS, Pierre. **O Significado do Esporte na Sociedade Contemporânea.** Anais do Congresso Latino Americano de Esporte para Todos. Santos (SP). SESC. UNICAMP. Prefeitura Municipal de Santos. 1996.
- PIOVESAN, Flávia. **Direito à Liberdade de Reunião e Associação.** Cadernos Cidadão. SESC. São Paulo. Nº 3. Maio/1998.
- RIBEIRO, Renato Janine. **Direitos sem Deveres são Privilégios.** Cadernos Cidadão. SESC. São Paulo. Nº 2. Abril/1998.
- PRADO, Antonio Carlos M. **A Reinvenção do Esporte.** Anais do Congresso Latino Americano de Esporte para Todos. Santos (SP). SESC. UNICAMP. Prefeitura Municipal de Santos. 1996.
- PERSONNE, Jacques. **Meninas Embrulhadas para Presente.** Revista Panatlon Internacional. Abril/Junho 1998.
- SALLES OLIVEIRA, Paulo de. **Tempo livre, Trabalho e Lutas Sociais.** Revista Reflexão. PUC. Nº 35
- SANTIN, Silvino. **Corporeidade, Esporte e Educação.** Anais do Congresso Latino Americano de Esporte para Todos. Santos (SP). SESC. UNICAMP. Prefeitura Municipal de Santos. 1996.
- SÉRGIO, Manuel. **O Desporto do Futuro.** Revista Corpo e Movimento. APEF. São Paulo. Nº 3. Outubro/1984.

ARTIGOS DE JORNAIS

- ADORNO, T.W. ; HORKHEINER, M. **Dialética do Esclarecimento – Fragmentos Filosóficos.** Resenha publicada no Jornal Folha de São Paulo. Cad. Mais em 24/08/97.
- ALVES, Rubem. **Tarde demais para esperanças utópicas?** Palestra proferida no 1º Encontro “Arte, Sociedade e Utopia”, realizado pela UNICAMP. Comentário publicado pelo jornal Folha de São Paulo. 11/11/1981.
- CHAUÍ, Marilena. **Contra o Discurso Competente.** Artigo publicado pelo Jornal Folha de São Paulo. Folhetim p. 3. 07/02/1982.
- DANTON, Robert. **À Procura da Felicidade.** Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo. Caderno MAIS. P. 10. 03/11/1996.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Virei Aluno da Escola de Meus Filhos. Por que Nova York é um Sucesso. Cachorro também é Caso de Polícia.** Artigos publicados pelo jornal Folha de São Paulo em 31/08/97, 26/10/97 e 21/12/97, respectivamente.

GIANOTTI, José Arthur. **O Público e o Privado.** Ensaio publicado pelo Folha de São Paulo. 02/04/1995.

GLOBALIZAÇÃO. Caderno especial publicado pelo jornal Folha de São Paulo. 02/11/1997.

GRAJEW, Oded. **Educação para a Cidadania.** Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo. p. 3. 16/01/1997.

KEHL, Maria Rita. Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo. p.3. 10/11/1997.

NASSIF, Luiz. **Desestatização da Sociedade.** Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo. 29/05/1997.

VELHO, Gilberto. **Felicidade à Brasileira.** Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo. Caderno MAIS. p. 10. 03/11/1996.

VOY, Robert. Declaração publicada pelo jornal Folha de São Paulo. p. 2. 24/04/1997.

DADOS CURRICULARES DO AUTOR

Célio Nori, 48 anos, é Sociólogo, graduado em 1971 pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul.

Possui especialização em Filosofia da Educação (UNIMEP/ Piracicaba – 1983) e Administração Pública e Governo (UNIMES / Santos – 1994).

Iniciou Mestrado em 1995, como aluno regular da UNICAMP/FEF, concluindo-o em 1998 com a presente dissertação.

É funcionário do Serviço Social do Comércio, desde 1975, exercendo atualmente o cargo de Assessor de Gerência do SESC da Cidade de Santos, desenvolvendo funções de planejamento, controle, execução e avaliação de projetos, atividades e eventos culturais (artísticos e esportivos).

Foi Secretário de Esportes do Município de Santos, na gestão do Prefeito David Capistrano, no período 1993/1996, tendo também exercido a Vereança nesta cidade em 1996, pelo PSB.

Foi também Diretor da Faculdade de Educação Física de Santos (FEFIS/ UNIMES) nos anos letivos de 1995 e 1996, sendo Professor dessa instituição desde o ano de 1986.